

A UNESCO
E A EDUCAÇÃO
NA
AMÉRICA LATINA
E CARIBE
1987 - 1997

UNESCO

UNESCO-SANTIAGO

*A UNESCO
E A EDUCAÇÃO
NA AMÉRICA LATINA
E CARIBE*

1987 - 1997

As denominações empregadas nesta publicação e a apresentação dos dados que nela figuram não implicam, por parte da UNESCO, nenhuma tomada de posição à respeito ao estatuto jurídico dos países, cidades, territórios ou zonas, ou autoridades sem respeitar ao traçado de suas fronteiras ou limites.

Reprodução permitida com a indicação da fonte

Publicado em 1998 pelo
UNESCO-SANTIAGO
Escritório Regional da Educação da
UNESCO para a América Latina e Caribe

Imprimido em Chile
Abril 1998

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
INTRODUÇÃO	5
I. A UNESCO	9
1. Missão	9
2. Estratégias	10
3. Pensando o futuro	13
4. Partilhando os desafios e compromissos da sociedade com a educação	17
II. A UNESCO E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE	19
UMA ANÁLISE	19
1. Introdução	19
2. O desenvolvimento educacional da região nas duas últimas décadas	20
3. Balanço de duas décadas	35
PRINCIPAIS AÇÕES	38
1. Acesso universal à educação e superação do analfabetismo	38
2. Educação de qualidade com equidade para todos ao longo de toda a vida	43
3. A educação como dever de todos	67
4. A educação como direito humano para a paz, tolerância e a democracia	71
5. A educação para todos contribui para um futuro sustentável	81
6. Melhor e maior investimento em educação	84
7. Uso dos meios de comunicação social e novas tecnologias na educação	86
8. Temas transversais	87
9. Divulgação através de publicações	95

III. O FUTURO É HOJE	99
1. O fortalecimento da democracia, da paz e do desenvolvimento exigem uma educação com profundo sentido ético	99
2. A integração regional no marco da globalização e do respeito à própria identidade, requer uma educação que respeite à diversidade	101
3. A redução das desigualdade requer uma educação de maior qualidade para todos durante toda a vida	102
4. Colocar a educação como uma alta prioridade requer o compromisso de todos avançando na construção de uma sociedade educativa	104
5. As fortalezas da contribuição da UNESCO na construção do futuro da região	105
ANEXOS	109
1. Análise dos temas relevantes em educação acordados em eventos mundiais e regionais	109
2. Cúpulas e conferências mundiais e regionais	121
3. Lista de publicações	123

INTRODUÇÃO

América Latina e Caribe enfrentam com otimismo a passagem para o próximo século. A consolidação dos governos democráticos e os índices sustentáveis de crescimento econômico da última década parece ter deixado para trás épocas mais convulsionadas, onde a estabilidade e o crescimento eram exceção. A esta visão otimista acrescentam-se avanços nos acordos de integração econômico, também política e cultural, indicando que a região está enfrentando resolutamente os desafios da globalização.

Entretanto, o crescimento e a estabilidade política são vulneráveis. As mudanças da conjuntura econômica ameaçam a estabilidade dos mercados emergentes e o círculo vicioso empréstimo/reembolso/endividamento, sem uma melhora real das capacidades internas - impõe novos desafios à democracia. Esta fragilidade se deve em parte ao atraso de reformas orientadas para justiça social, com respeito às reformas econômicas e políticas.

Com efeito a América Latina tem as distribuições mais desiguais e regressivas do mundo. O crescimento tem-se caracterizado por uma divisão assimétrica, tanto na criação da riqueza. Assim como a exclusão social é um vetor primário de pobreza, radicalização e violência, a educação revela-se como um fator decisivo para a construção da paz, alcançar um desenvolvimento duradouro e consolidar a democracia.

Desde o começo da presente década os Ministros da Educação têm impulsionado um novo modelo de desenvolvimento educacional para a América Latina e Caribe que, sem descuidar da importância da expansão quantitativa do sistema, centra-se em modificar suas condições internas com a finalidade de responder aos desafios sociais, de trabalho, culturais e éticos deste fim de século. As Reformas Educacionais empreendidas em alguns casos, foram acompanhadas de investimentos consideráveis. É gratificante constatar que em vários países tem-se aproximado muito —e outros inclusive ultrapassado— 6% do PIB, como recomendado pela UNESCO para o quinquênio 2000 a 2005.

Uma educação de qualidade, mais que formar para o trabalho produtivo, “terá como objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais; favorecerá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos étnicos ou

religiosos e promoverá o desenvolvimento das Nações Unidas para manutenção da paz” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 26,2).

Por outra parte, o Informe da Comissão Internacional da Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, assinala que toda educação deve basear-se em quadro pilares fundamentais: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver”. A estes 4 preceitos gostaria de acrescentar um quinto pilar: “aprender a empreender”. Porque o mundo do futuro exigirá cada vez mais dos graduados universitários a capacidade de gerar empregos e riqueza, retribuindo, assim, à sociedade que lhes proporcionou educação e lhes permitiu acesso aos postos que ocupam. Porque, como gostaria de repetir, o risco sem conhecimento é perigoso, mas o conhecimento sem risco é inútil.

Educação - para que? Para despertar o potencial criativo, próprio da condição humano; para formar cidadãos capazes de participar e exercer plenamente seus direitos e deveres; para alcançar “soberania pessoal” dão os critérios próprios e que permite resistir as influências alheias. A revolução da qualidade significa situar os conteúdos educacionais em seus diferentes níveis, no centro de todo o processo, para propiciar o conhecimento e o direito dos direitos humanos, preservar a diversidade cultural, cultivar a tolerância, e possibilitar a convivência democrática e a paz.

Os conteúdos educacionais –que são a resposta ao “que”– constituem, no meu entendimento, o maior desafio da sociedade mergulhada na informação a tal ponto que pode, por ser mera “observadora”, reduzir a capacidade de reflexão e sua assimilação como conhecimento. Existem países bem dotados de infraestrutura, de equipamento, de máquina que estão se despertando para o que lhes faltam: “substância”, pensamento, “ser ator” e autor dentro de um processo educativo pessoal.

O “que” me parece tão relevante comparado ao “como”, ao “quando”, ao “quanto”, (que às vezes tem-se a impressão de ser o único que importa) que decidi solicitar ao Escritório Internacional de Educação (OIE, com Sede em Genebra) que proporcionasse a todos os países informação constantemente atualizada sobre aos melhores textos manuais, meios audiovisuais, etc.

O “com quem” é outro aspecto fundamental do processo educativo. E a resposta está com a sociedade em seu conjunto, especialmente com as empresas e os setores industriais. Os protagonistas que mais se destacam no âmbito produtivo – tanto as empresas nacionais como as multinacionais– devem ser os interlocutores mais dinâmicos do sistema de ensino, dos níveis iniciais até a universidade.

Logo é preciso ter em conta o “para quem”. A educação, como tem proposta reiteradamente a UNESCO, deve ser para todos e ao longo de toda a vida. Somente com este enfoque poder-se-ia evitar a exclusão, ao proporcionar a todos os cidadãos a oportunidade de adquirir os conhecimentos e as habilidades para incorporar-se plenamente à vida cultural, econômica e política dos países.

Incluir aos excluídos e alcançar aos inalcançáveis: o desafio da generalização do ensino consiste em proporcionar uma educação de qualidade para todos, ao longo de toda a vida, especialmente para os grupos mais vulneráveis, de forma que garanta a igualdade de oportunidade e evite a discriminação social.

Por último, tem que ser considerado o “quem”: os professores, os pais –sobre tudo as mães- são os responsáveis por educar as crianças. A sociedade tem que ter plena consciência do papel insubstituível que as mães tem desempenhado na transmissão e aquisição de atitudes e comportamentos, de valores que constituem a essência indispensável da convivência, pilares morais que servem de apoio e orientação às crianças na etapa de formação e aos jovens, nos anos difíceis da adolescência. A adequada formação de pais e mestres –figuras centrais do processo educativo– é indispensável para alcançar os objetivos que determinamos neste campo.

Nestas condições, a educação pode transformar-se em um eixo dinamizador do triângulo interativo conformado pela paz, pelo desenvolvimento e pela democracia. A educação contribuirá a derrubar os muros da intolerância, da pobreza, da exclusão, da injustiça e da incomunicabilidade. A educação pode rescatar o melhor da cultura e projetar a região como uma sociedade aberta, solitária, capaz de partilhar não só recursos e saberes, como também esperanças e ilusões. A educação é um elemento fundamental para realizar a transição da cultura de guerra e violência para a cultura de paz.

Através do Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe, a UNESCO tem colaborado significativamente para que a educação constitua em fator chave dos debates dos Chefes de Governo, Presidentes, Ministros, empresários e líderes sociais, com a convicção de que, desta maneira, contribua para a transformação econômica, política e social da América Latina e Caribe, seguirá promovendo foros, convidando à projetar o futuro, animando e mobilizando a cooperação internacional para ajudar à transformação que a educação requer nos tempos atuais.

América Latina e Caribe acolheram em 1996 o primeiro encontro regional preparatório da Conferência Mundial de Educação Superior, que se realizará no próximo semestre na Sede da UNESCO. Dada a grande concentração de jovens

que existe hoje no continente e as interessantes experiências educacionais que se tem realizado, esta região pode apresentar uma contribuição de primeira grandeza ao desenvolvimento deste Congresso, que deve estabelecer as bases para uma renovação educacional de grande escala, com vista ao século que se aproxima.

Simón Bolívar dizia sempre que a educação era a base da liberdade. Hoje, o Libertador afirmaria que é também a base da igualdade, da democracia, do desenvolvimento e da paz, porém de uma paz com alicerces –como declara a UNESCO– na solidariedade intelectual e moral entre os povos.

FEDERICO MAYOR
DIRETOR GERAL DA UNESCO

I. A UNESCO

1. MISSÃO

“Posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que se devem erigir os baluartes da paz”. Constituição da UNESCO, art.1.

Desde seu começo, a principal finalidade do sistema das Nações Unidas tem sido a construção da paz mundial. E, em seu caráter de organismo especializado, a UNESCO tem a missão de “contribuir para a paz e a segurança estreitando, mediante a educação, a ciência e a cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais que, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião, a Carta das Nações Unidas reconhece a todos os povos do Mundo”.

No domínio do conhecimento e da cultura é onde se deve assegurar a aprendizagem da paz. Dado que a cultura da guerra surge da desconfiança, do receio, da incompreensão entre os povos, da violação dos princípios democráticos de dignidade, igualdade e respeito entre os homens, cabe à UNESCO a enorme tarefa de combater os preconceitos e a ignorância, propiciar o intercâmbio de idéias e promover um acesso mais equitativo ao conhecimento.

Nesta perspectiva, a missão da UNESCO é eminentemente ética. Diante das transformações atuais da sociedade, das dificuldades enfrentadas para utilizar harmonicamente os avanços do progresso tecnológico, do enfraquecimento das morais tradicionais e da diminuição do sentido de solidariedade, surge com mais força a necessidade de uma voz como a da UNESCO que questiona sobre os limites do desenvolvimento tecnológico, a ética do mundo dos negócios, da comunicação social, da biotecnologia e do impacto do crescimento produtivo sobre o meio ambiente.

Sendo assim a UNESCO lança a questão: que cidadão formar, para que sociedade e com que elementos; sobre que opções sociais serão definidas as prioridades da pesquisa científica e quais as consequências culturais das transformações tecnológicas.

Neste sentido, desenvolve sua missão através da cooperação intelectual. Não que a UNESCO seja um centro de criação de conhecimentos, mas um espaço onde os intelectuais partilham seus saberes e contribuem para formar progressivamente

uma visão da humanidade, na que recuperem e se respeitem as diferenças culturais de todos os homens e mulheres do planeta. É um foro da comunidade intelectual que busca entender os desafios que a humanidade enfrenta às vésperas do terceiro milênio. Com mais de meio século de atividade, a UNESCO criou uma rede de colaboração intelectual e moral que constitui um patrimônio de valor inestimável para o futuro.

A UNESCO é também um organismo que mobiliza os responsáveis políticos do mais alto nível, estimulando-os a definir programas e planos de ação no campo da educação, da ciência e da cultura, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento e a paz.

Hoje continua plenamente vigente a visão com que foi criada a UNESCO. A paz e o desenvolvimento continuam sendo tarefas pendentes. As guerras, que atualmente se estendem no interior de algumas nações mais do que entre países, continuam sendo o grande flagelo da humanidade. E o desenvolvimento com equidade continua sendo a aspiração majoritária dos povos.

Para cumprir sua missão, a UNESCO desenvolve seu pensamento e ação inovadora em quatro Institutos Internacionais de Educação: O Escritório Internacional de Educação (OIE), com sede em Genebra; o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE), com sede em Paris; o Instituto da UNESCO para a Educação, com sede em Hamburgo; e o recém criado Instituto Internacional de Educação Superior, em Caracas. Com o objetivo de apoiar a gestão permanente de pensar o desenvolvimento educacional da região, a UNESCO conta também com o Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe, em Santiago do Chile; com quatro escritórios sub-regionais localizados em São José, Costa Rica; Quito, Equador; Kingston, Jamaica; e Bridgetown, Barbados; com Escritórios Regionais da Cultura, em Havana e da Ciência, em Montevideú; e com escritórios nacionais em La Paz, Bolívia; Buenos Aires, Argentina; Brasília, Brasil; Lima, Peru; San Salvador, El Salvador; Cidade de Guatemala, Guatemala; Cidade do México, México; Porto Príncipe, Haiti; e Porto Espanha, Suriname.

2. ESTRATÉGIAS

A UNESCO contribui, em sua esfera de competência, com os dois objetivos compartilhados por todo o sistema das Nações Unidas: o Desenvolvimento e a Paz. Ambos objetivos são inseparáveis. Por um lado, o melhor meio para prevenir os conflitos e consolidar a paz continua sendo a ação decisiva em favor do desenvolvimento. Por outro, é necessário delinear o desenvolvimento de tal

maneira que se harmonize com a paz, economia, meio ambiente, justiça social e democracia e com um lugar central para dignidade humana.

Nesta perspectiva, convém destacar o particular interesse da UNESCO para contribuir com o desenvolvimento e a paz mediante a valorização de recursos humanos, ajudando no fortalecimento da capacidade endógena dos países para promover conhecimentos e valores.

2.1 Para contribuir com o desenvolvimento

Promoção da educação para todos ao longo da vida

A educação é a chave para o desenvolvimento. Por um lado, é o instrumento vital para a plena realização do potencial de cada pessoa e, por outro, é a possibilidade mais próxima de combater o problema do subdesenvolvimento em sua origem. Trata-se de proporcionar educação para todos os membros da sociedade, sem distinção de sua condição individual, social, geográfica ou cultural. Trabalhar nesta linha significa avançar para uma sociedade educacional, onde cada pessoa aprenda durante toda a vida e seja fonte de aprendizagem para os demais.

Contribuição ao progresso, à transferência e ao aproveitamento partilhado dos conhecimentos

A UNESCO promove o progresso dos conhecimentos científicos e tecnológicos, como também impulsiona sua transferência e difusão por meio da melhoria da qualidade e pertinência do ensino superior; fomenta a pesquisa e a coordenação de atividades de formação avançada; fortalece os laços entre o setor produtivo e a universidade; incrementa as redes científicas e tecnológicas; e promove a articulação entre as ciências naturais - básicas e aplicadas - e as ciências sociais, procurando soluções adequadas às necessidades mais urgentes do desenvolvimento.

Valorização do patrimônio cultural, promoção das culturas vivas e estímulo à criatividade

A UNESCO contribui para a compreensão da influência que têm os fatores culturais no sucesso ou fracasso das estratégias do desenvolvimento. A memória é um motor fundamental da criatividade. Por isto os povos devem encontrar em seu patrimônio (natural e cultural, ético, de idéias e material) os pontos de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração, para construir adequadamente suas estratégias de desenvolvimento. Além da responsabilidade que lhe cabe na conservação e proteção do patrimônio universal da humanidade, a UNESCO está encarregada de revitalizar o conjunto de formas e expressões culturais que são o germe da criatividade.

Promoção da livre circulação da informação e do desenvolvimento da comunicação

A comunicação, estreitamente vinculada à liberdade de expressão e aos direitos humanos, é um fator de desenvolvimento e bem-estar social da humanidade e, simultaneamente, elemento indispensável na construção de um mundo onde reine a paz. Por um lado, fomenta a livre circulação da informação sem cercear para a liberdade de expressão, tanto no plano internacional como no plano nacional; e, por outro, coopera no fortalecimento da capacidade de comunicação, particularmente nos países em desenvolvimento.

2.2 Para construir uma cultura para a paz

Impulso para uma educação para a paz

A UNESCO impulsiona decisivamente uma educação para a paz, os direitos humanos e a democracia, com o objetivo de fomentar a tolerância, a não violência e o entendimento internacional. Colabora também com os governos na formulação de políticas e estratégias nacionais destinadas ao melhoramento dos programas, dos textos escolares, métodos pedagógicos e do próprio funcionamento das instituições educacionais. Procura, deste modo, converter as instituições em lugares especiais para o exercício dos direitos humanos, da prática da democracia, da aprendizagem da tolerância e abertura à diversidade cultural.

Promoção dos direitos humanos e a luta contra a discriminação

A UNESCO está convencida de que os direitos humanos são uma força mobilizadora para construção da paz justa e duradoura. Para isto, acompanha permanentemente os instrumentos internacionais relativos à proteção dos direitos humanos e à luta contra a discriminação, e analisa os fatores que se opõem ao pleno exercício destes direitos, como a exclusão social, a extrema pobreza, a xenofobia, o terrorismo e a produção, tráfico e consumo de drogas. Nesta ações focaliza principalmente a atenção aos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Apoio à consolidação dos processos democráticos

A democracia, quando acompanhada do desenvolvimento social equitativo, é o contexto natural do exercício dos direitos humanos e de uma paz duradoura. A UNESCO tem-se comprometido em promover a educação para uma cultura democrática e para o fortalecimento da cidadania.

Promoção do pluralismo cultural e do diálogo entre as culturas

A UNESCO está empenhada em promover o diálogo intercultural como estratégia para promover a paz. Para isto apoia-se no conceito de “patrimônio comum da humanidade” que permite realçar a diversidade e a interação cultural. Esta

necessidade faz-se presente num mundo que se globaliza ao mesmo tempo que se fragmenta e onde se debilitam as fronteiras tradicionais entre as culturas.

Contribuição à prevenção de conflitos e à consolidação da paz, após cessado os conflitos

Para cumprir a missão de erigir na mente dos homens os baluartes da paz, a UNESCO se esforça em estabelecer as bases intelectuais e morais da reconciliação entre as partes em conflito. Uma vez terminado o conflito, a UNESCO tem a tarefa de consolidar a paz, buscar os consensos e ajudar a construir as instituições adequadas que farão renacer a nova cidadania.

3.

PENSANDO O FUTURO

Em momentos chave de sua história, a UNESCO convocou acadêmicos de renome para pensar o futuro. Deste modo, tem-se constituído empreendimentos intelectuais de alcance mundial e de grande conteúdo estratégico para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura.

A Comissão Internacional, presidida por Edgar Faure, foi o primeiro destes grandes empreendimentos que em 1972 publicou seu Informe “Aprender a Ser”. Onde a educação é postulada como a chave para o desenvolvimento das pessoas e da democracia, o ambiente natural para o homem desenvolver-se em sua plenitude. A educação deve ser global e “permanente” e não apenas um processo de aquisição de conhecimentos isolados e definitivos. Educar-se é preparar-se para elaborar, ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução. Educar-se é “aprender a ser”. O informe Faure orientou o debate intelectual e inspirou campanhas e reformas educacionais em todo o mundo.

3.1 O Informe Delors: “A Educação Encerra um Tesouro”

Vinte anos mais tarde e motivada pelas mudanças políticas, econômicas e culturais do começo da década dos noventa, a UNESCO novamente se pergunta pelos desafios que devem enfrentar a educação nos próximos anos e quais as sugestões e recomendações para a tomada de decisões neste campo. Foi formada uma comissão de intelectuais, presidida por Jacques Delors, que elaborou o informe “A Educação Encerra um Tesouro”.

O horizonte da interdependência planetária é o ponto de partida da reflexão. Apesar de aparentar um atrativo desafio, apresenta-se como um enorme perigo, na medida em que poderia abrir um abismo entre uma minoria capaz de mover-se confortavelmente neste mundo e uma maioria rejeitada e impotente para influir no destino coletivo.

Para que este perigo seja convertido em oportunidade é urgente o planeta caminhar para um entendimento mútuo, um maior sentido de responsabilidade social e uma maior solidariedade internacional, baseada na aceitação de nossas diferenças culturais e espirituais. A coesão social e a participação democrática são desafios inevitáveis nesta era histórica que se inicia.

A UNESCO tem consciência de que a democracia é o ambiente natural para que haja a paz e o respeito aos direitos humanos. Entretanto a democracia, como forma de convivência social, está constantemente ameaçada. É na escola onde se deve iniciar e fortalecer a educação para uma cidadania consciente e ativa.

A educação é uma tarefa de toda a vida e para toda a vida. Este conceito é chave para ingressar no século XXI. Pois vai além da tradicional noção de educação permanente e coincide com a noção de “sociedade educacional”, onde tudo que acontece pode converter-se em situação de aprendizagem. Um mundo de transformações cada vez mais rápidas requer uma capacidade de aprender a aprender, que estimule permanentemente a curiosidade intelectual e o prazer da aprendizagem

Daí surgem novos desafios no trabalho educacional: o desenvolvimento da sociabilidade, que implica trabalhar o sentimento de pertencer a um grupo, a capacidade de viver juntos e o compromisso solidário; o pluralismo que, além de colocar barreiras para a violência, leva ao enriquecimento cultural da sociedade; e a tolerância, baseada na valorização do outro e de outras culturas.

Para o futuro é fundamental centralizar a atenção nas formas de aprender e nos tipos de aprendizagem que necessitam ser estimulados. O Informe ressalta quatro aprendizagens básicas:

- aprender a conhecer, relativo ao domínio dos instrumentos do conhecimento: desperta-se a curiosidade intelectual, estimula-se o sentido crítico, desenvolve-se a capacidade de discernimento autônomo e aprende-se a aprender.
- aprender a fazer, que se aplica não só como método da aprendizagem mas também ao extenso domínio da formação e atualização profissional, através da utilização da informática e das tecnologias de ponta, entre outros.
- aprender a viver juntos, quer dizer, aprender a ser interdependentes, a valorizar o que é comum e o que é diferente, a colocar-se no lugar do outro, a estimular o respeito e as formas não violentas de comunicação.
- aprender a ser, o que implica desenvolver todas as dimensões do ser humano, na perspectiva de formar cidadãos autônomos, capazes de formular seus próprios juízos de valor, de desenvolver a capacidade de discernimento e de serem críticos.

Estes quatro pilares da aprendizagem abrem ao educando as três dimensões da educação: a ética e cultural; a científica e tecnológica e a econômica e social, que lhe tornarão cidadão consciente e responsável do século XXI.

Para que se alcance esta meta em todo o mundo, sem criar abismo de desigualdade entre as nações, o Informe da UNESCO recomenda:

- enfatizar a educação para as meninas e mulheres;
- destinar para à educação a quarta parte dos recursos da agenda para o desenvolvimento;
- colocar ao alcance de todos os países as novas tecnologias da informação;
- mobilizar as organizações não governamentais em prol destes objetivos;
- estabelecer a cooperação em um sentido associativo e não assistencial;
- fazer com que os governos apoiem à UNESCO na difusão de inovações bem sucedidas e na promoção de um ensino de qualidade.

3.2 O Informa Pérez de Cuéllar: “Nossa Diversidade Cultural”

Paralelamente ao esforço que estava realizando a Comissão Delors, como decisão da Conferência Geral da UNESCO de 1991 e para responder a uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi criada a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, coordenada por Javier Pérez de Cuéllar, que divulgou o Informe “Nossa Diversidade Criativa”, em 1996.

São muitas as relações que existem entre os dois informes. O Informe A Educação Encerra um Tesouro assinala que aprender a viver juntos é um dos pilares fundamentais da educação. Em Nossa Diversidade Criativa a cultura é definida como “maneiras de viver juntos”. Ou seja educa-se para modificar uma maneira de conviver, com vista a formas mais solidárias e respeitosas com as diferenças individuais, culturais, sociais e geográficas.

O desenvolvimento é definido como uma ampliação das possibilidades humanas. A análise aponta como esta diversidade de formas de viver juntos interfere na ampliação de possibilidades e opções abertas ao ser humano. O desenvolvimento deve considerar o crescimento cultural de um povo, o respeito a todas as culturas e o princípio da liberdade cultural.

Ocorre então uma trilogia inseparável entre educação, cultura e desenvolvimento. O estímulo da boa convivência cultural surge no horizonte do desenvolvimento.

Por outro lado, no mundo cada vez mais interdependente, surge com força a necessidade de uma nova ética global, onde a cooperação entre os povos torna-se indispensável. Porém só poderá haver esta cooperação se é potencializada a aprendizagem de certos valores básicos para a convivência. De acordo com o Informe Pérez de Cuéllar, o núcleo desta nova ética global está baseado nos seguintes princípios:

- os direitos humanos e as responsabilidades derivadas destes;
- a democracia e os elementos da sociedade civil;
- a proteção às minorias;
- a vontade de resolver pacificamente os conflitos e negociar com equidade;
- a equidade inter e intragovernamental.

Neste código de valores partilhados encontra-se o essencial a ser aprendido para viver juntos e construir uma cultura de paz.

Até agora os modelos de desenvolvimento aceites comumente tem prestado pouca atenção à diversidade cultural das nações. O fracasso de muitos destes modelos, de certa maneira é devido, ao frágil reconhecimento das complexidades culturais e éticas dos países. Dando resposta a esta inquietude o Informe Pérez de Cuéllar convida aos governos a fazerem um esforço para educar para o pluralismo e a criatividade.

A educação para o pluralismo -no sentido de educar para a tolerância, o respeito e a aceitação da diversidade cultural- torna-se num instrumento de grande importância para a realização da missão da UNESCO, ou seja consolidar as relações de paz e democracia entre os países e entre diferentes grupos étnicos no interior de um mesmo país.

Por outro lado, em um contexto cultural em que cada dia mais as certezas são substituídas pelas dúvidas e questionamentos, o culto à criatividade humana surge com um instrumento privilegiado de adaptação às mudanças e transformação da realidade. Surge então a necessidade de educar para a criatividade, o que supõe importantes mudanças nas formas de ensinar e aprender.

Nesta perspectiva da diversidade cultural, o Informe da UNESCO faz um chamado as nações para que liberem um potencial da energia criativa, em função de caminhar para um desenvolvimento com rosto humano onde todos tenham espaço, onde os mais vulneráveis sejam protegidos e se prepare para a convivência num mundo mais plural.

4. *PARTILHANDO OS DESAFIOS E COMPROMISSOS DA SOCIEDADE COM A EDUCAÇÃO*

A UNESCO, em conjunto com os países, analisa, assume e coloca em discussão os atuais desafios da educação na sociedade. Isto é demonstrado pela coincidência entre os programas que desenvolve e as declarações e recomendações que surgem nas diferentes cúpulas e conferências internacionais realizadas na presente década.

A partir de 1990 ocorreram importantes eventos de caráter político nos quais a UNESCO tem sempre participado. Foram realizadas duas importantes cúpulas mundiais, uma sobre a infância e outra sobre desenvolvimento social; quatro conferências mundiais sobre: meio ambiente e desenvolvimento, direitos humanos, população e desenvolvimento e sobre a mulher. No âmbito regional ocorreram sete Cúpulas Ibero-americanas e uma Cúpula Hemisférica. Mais três conferências mundiais sobre educação para todos e uma sobre necessidades especiais sendo a UNESCO a promotora. Em temas mais específicos, registram-se conferências internacionais sobre educação de adultos e as organizadas periodicamente pelo Escritório Internacional de Educação da UNESCO. Também foram promovidas duas conferências regionais preparatórias: uma para preparação da Conferência de Educação de Adultos e outra sobre políticas e estratégias para a transformação da educação superior, ambas no interior da UNESCO. Na região também se realizaram reuniões para o acompanhamento da Cúpula Mundial da Infância.

Nestes eventos, foi destacada a importância da educação e a UNESCO vem contribuindo para a reflexão e reconhecimento de recomendações e compromissos.

Acredita-se que a educação pode contribuir para:

- Promover o desenvolvimento sustentável que favoreça a superação da pobreza, a redução das desigualdades e aumento da coesão social
- Fomentar e concretizar relações estáveis e harmônicas entre as comunidades e promover a compreensão mútua, tolerância, democracia e a paz.

Mas, para que a educação tenha verdadeira relevância é pré-requisito a implementação de mudanças substanciais, o que é expressado no conjunto de recomendações e compromissos acordados pelas mais altas autoridades políticas e técnicas da comunidade mundial.

A proposta global intrínseca é alcançar uma educação para todos ao longo de toda a vida.

Com esta premissa destacam-se sete acordos fundamentais subscritos por estas autoridades nos diferentes eventos mencionados:

1. Acesso universal à educação e superação do analfabetismo.
2. Educação de qualidade com equidade para todos ao longo da vida.
3. A educação como tarefa de todos.
4. A educação, direito humano fundamental para construir uma cultura de paz, tolerância e democracia.
5. A educação para todos contribui para o desenvolvimento sustentável.
6. Melhor e maior investimento de recursos na educação.
7. Uso de meios de comunicação social e de novas tecnologias de informação na educação.

Cada um destes acordos traz afirmações e propostas de ação que refletem os desafios e compromissos da sociedade com a educação, e estes estão sempre presentes na agenda da UNESCO.

Nos anexos 1 e 2 estão detalhadas as Cúpulas realizadas nesta década e a análise de seus temas relevantes.

II. A UNESCO

E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



UMA ANÁLISE

1. INTRODUÇÃO

A UNESCO tem contribuído de maneira importante para o desenvolvimento educacional na região da América Latina e Caribe, desempenhando um papel fundamental como foro permanente de debate educacional e busca de soluções, contribuindo para a constituição da agenda educacional, e promovendo a cooperação internacional e horizontal com o objetivo de apoiar os processos de mudança. Para ilustrar este processo, neste capítulo, analisa-se o desenvolvimento educacional da região, identificando os pontos mais importantes na definição do pensamento e das políticas educacionais, e fazendo um balanço geral dos avanços e das pendências. Em um segundo momento detalham-se as principais ações que foram realizadas pela UNESCO para contribuir com a mudança de conceitos e práticas da educação nas diferentes áreas e níveis educacionais.

A transformação educacional foi especialmente importante na década de 90. Não é possível fazer uma análise adequada da contribuição da UNESCO neste processo sem mencionar o final da década de 70, já que grande parte da ação realizada na região refere-se fundamentalmente ao desenvolvimento do “Projeto Principal de Educação para América Latina e o Caribe” (PPE), elaborado mediante solicitação dos Ministros da Educação, do Planejamento e da Economia reunidos em México em 1979. Este projeto foi aprovado em 1981 na 21ª reunião da Conferência Geral da UNESCO e tem vigência até o ano 2000.

São reconhecidas duas grandes etapas da contribuição da UNESCO para o desenvolvimento da educação na região: a década de 80 que inicia com a elaboração e aprovação do PPE, e a década de 90 com a IV Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal, em Quito (1991), onde se inicia uma nova etapa de desenvolvimento educacional na região. Nestas duas grandes etapas identifica-se, por sua vez, uma série de pontos que marcaram desdobramentos importantes no processo de transformação educacional, que podem ser identificados através das Conferências Regionais de Ministros da Educação e encarregados do Planejamento Econômico (MINEDLAC)¹, e das reuniões do

¹ MINEDLAC V, Cidade do México, 1979; MINEDLAC VI, Bogotá, 1987; MINEDLAC VII, Kingston, 1996.

Comitê Intergovernamental do Projeto Principal na esfera da Educação da América Latina e Caribe (PROMEDLAC)², realizadas durante este período. Estas reuniões constituem importante memória histórica do pensamento e das políticas educacionais desenvolvidas na região, motivo pelo qual foram consideradas como fonte de informação fundamental para a análise do processo de transformação educacional.

Esta memória sobre a ação da UNESCO na América Latina e no Caribe pode ser considerada como patrimônio intelectual de saberes e práticas e como patrimônio político e ético, pois em diferentes momentos estão presentes o respeito pelos outros e a busca da paz e da justiça social. Através da memória histórica é possível recuperar as idéias do passado e colocá-las disponíveis para projetos novos, contribuindo assim para vislumbrar horizontes e apontar direções a serem seguidas. Como tem afirmado Frederico Mayor, o patrimônio das idéias é parte de nossa herança e sua preservação é tarefa da UNESCO. Esta memória reafirma ainda, uma grande tarefa para a UNESCO: a distribuição igualitária da educação, concebida como educação para a paz e respeito à diversidade e como afirmação da liberdade e da democracia.

2. O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA REGIÃO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

A história recente do desenvolvimento educacional na região caracteriza-se por um importante processo de transformação, compreendendo três elementos fundamentais:

- O papel social da educação, situando-a como uma dimensão central do desenvolvimento econômico e social. Esta consideração envolve a articulação das políticas educacionais com estratégias globais de desenvolvimento.
- A importância da educação para assegurar a igualdade de oportunidades o que implica a transformação dos sistemas educacionais para alcançar uma educação de maior qualidade com equidade.
- O significado político-ético atribuído à educação para contribuir para a paz, a democracia e o desenvolvimento.

² PROMEDLAC III, Bogota, 1987; PROMEDLAC IV, Cidade do Guatemala, 1989; PROMEDLAC V, Quito, 1991; PROMEDLAC VI, Santiago, 1993; PROMEDLAC VII, Kingston, 1996.

Os aspectos assinalados anteriormente têm estado presentes de formas diferentes nas duas últimas décadas. As políticas promovidas nos anos 80 buscavam a expansão quantitativa da educação, a superação da pobreza e da desigualdade educacional, enquanto nos anos 90 o eixo central é a qualidade da educação e, particularmente, a qualidade na gestão do sistema. A proclamação do lugar de destaque que a educação ocupa no desenvolvimento é um elemento constante nas duas décadas porém tem sido interpretado de maneira diferente. Na década de 80 visualizava-se o desenvolvimento social somente do ponto de vista de melhoria da qualidade de vida das pessoas, já nos anos 90 o desenvolvimento está vinculado também aos princípios de “competitividade internacional” entre os países e de consciência da cidadania.

A década de 80 caracterizou-se por uma grave crise estrutural que provocou sérias repercussões no desenvolvimento educacional da região. No âmbito econômico havia uma grande dívida externa, dificuldades para obter novos créditos, e modelos de produção pouco adequados às novas exigências do mundo econômico e do trabalho. No âmbito político verificou-se uma transição a modelos democráticos porém ainda instáveis. No âmbito social esta década foi marcada por uma pobreza crítica que afetava a 40% da população e por uma grande desigualdade entre países e classes sociais, sem contar com estratégias efetivas para enfrentar esta situação. Culturalmente vivenciava-se uma perda de identidade.

Essa crise produziu, no âmbito da educação, uma grande deterioração do sistema com baixo financiamento, oferta educacional insuficiente, escassos meios e infraestrutura escolar e baixos níveis de qualidade. Esta situação de carências conduziu a um desenvolvimento educacional focalizado principalmente na expansão quantitativa da educação, dando prioridade aos grupos de população mais carente. Como já foi dito anteriormente, o desenvolvimento educacional da década de 80 iniciou-se e foi marcada pelo PPE, cuja elaboração respondia às necessidades assinaladas. No âmbito das políticas educacionais esta década caracterizou-se, num primeiro instante, pela definição e aplicação de estratégias a curto prazo que davam respostas a problemas conjunturais, porém paulatinamente foi feito um grande esforço para avançar na definição de políticas educacionais com visão prospectiva, articuladas com as políticas globais de desenvolvimento.

Na década de 90 ainda que persistissem problemas econômicos, inicia-se uma série de mudanças importantes na região, onde a educação é situada como elemento central do desenvolvimento e do crescimento. As reformas educacionais, acompanhadas por grandes investimentos em educação, e centralizadas na transformação curricular e da gestão, constituem o cenário no qual se desenvolve a ação da UNESCO. Verifica-se uma nova etapa de desenvolvimento educacional que, sem descuidar da expansão educacional, centraliza-se fundamentalmente na modificação das condições internas do próprio sistema com vista a uma educação de maior qualidade que responda aos desafios da transformação produtiva, da equidade e da democratização. Esta nova etapa tem origem na reunião de Quito

(1991) e caracteriza-se pelo desenvolvimento de políticas orientadas à transformação profunda do modelo educacional, nos aspectos pedagógicos e institucionais, e nos diferentes níveis do sistema educacional.

Como consequência dos avanços ocorridos, o desenvolvimento das políticas educacionais na década de 90, não só superam amplamente os objetivos e desafios colocados inicialmente no Projeto Principal de Educação, como também redefinem-se suas próprias metas e estratégias. A UNESCO tem contribuído constantemente na reconstrução do PPE, colocando novos problemas e desafios de acordo com as novas situações e mudanças verificadas na região, tais como: as mudanças sociais, políticas e econômicas que estão ocorrendo nos países e, de forma especial, o crescimento de sua capacidade técnica; as propostas surgidas nos encontros de caráter internacional e regional, entre os quais é importante destacar a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien 1990), cujo marco de ação foi contemplado em quase todos os Planos Nacionais de Educação da maioria dos países da região, e a proposta da CEPAL/ UNESCO “Educação e Conhecimento: Eixo da transformação produtiva com equidade” (1992), que foi uma referência importante para os países; a existência de outras agências e organismos que começaram a trabalhar no âmbito da educação, especialmente UNICEF, UNFPA, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, provocando mudança do papel e ação da UNESCO na região; a maior cooperação bilateral e horizontal entre os países; a globalização crescente do sistema econômico internacional, somado aos processos de globalização cultural e a presença crescente dos meios de comunicação social, que tem grande influência na educação.

Como síntese do processo de transformação mencionado, pode-se falar de um avanço progressivo de concretização, que vai desde os níveis e aspectos mais macro -como a definição do papel da educação e a formulação de políticas projetivas, passando por níveis intermediários como a mudança do sistema educacional em seu conjunto- até chegar aos níveis mais micros como a escola, a sala de aula e os processos de ensino-aprendizagem. A seguir serão desenvolvidos os pontos mencionados anteriormente e, para cada um deles, a situação educacional no contexto das Reuniões Regionais de Ministros, os problemas mais relevantes, os desafios colocados e as políticas e linhas de ação estabelecidas para enfrentar tais desafios.

2.1 Expandir a educação básica para elevar o nível de formação de toda a população e reduzir as desigualdades sociais

O primeiro marco importante na história recente da região é produzido na Conferência Regional de Ministros da Educação e de Ministros encarregados do Planejamento Econômico, realizada no México em 1979. Nesta conferência identificaram-se sérias carências educacionais: a extrema pobreza de vastos setores da população na maioria dos países, assim como a persistência de uma baixa escolaridade em alguns deles; a presença na região de 45 milhões de

analfabetos em uma população adulta de 159 milhões; uma excessiva taxa de evasão nos primeiros anos de escolaridade; sistemas de ensino inadequados à população à qual se destina; desajuste entre educação e trabalho; escassa articulação da educação com o desenvolvimento econômico, social e cultural e, em alguns casos, deficiente organização e administração dos sistemas educacionais, caracterizados por uma forte centralização nos aspectos normativos e funcionais.

Em meio a este diagnóstico, a Declaração afirma a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, capaz de dar resposta às necessidades dos países especialmente no campo da educação, do emprego e do trabalho produtivo, assim como o papel central da educação no desenvolvimento econômico e social. Defende o princípio da educação permanente e propõe tarefas específicas para os países, relacionadas com a universalização da educação básica, a superação do analfabetismo e o melhoramento da qualidade da educação.

Os Estados Membros solicitaram à UNESCO que tomasse a iniciativa de elaborar um Projeto Principal orientado a superar os problemas educacionais identificados. Em 1981 na Reunião de Quito é apresentado e aprovado o Projeto Principal de médio prazo, a ser desenvolvido durante 20 anos (1980-2000)³. O Projeto Principal de Educação marcou o início do desenvolvimento educacional na década de 80, cujo principal desafio era expandir a educação à maioria da população, dando prioridade ao atendimento dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis: pobreza crítica, indígenas, analfabetos de 15 anos ou mais, jovens e crianças do meio rural, menores de 6 anos em situações desfavoráveis e crianças com necessidades especiais de aprendizagem.

Para enfrentar estes desafios, o Projeto Principal propõe melhorar a escolaridade tanto da população em idade escolar como da população adulta, visando ao atendimento aos setores mais vulneráveis e buscando a articulação da educação e a cultura, a educação e o trabalho, a educação formal e a educação não formal. Nestes princípios estão baseados os três objetivos específicos do PPE:

- Garantir e oferecer, até o final de 1999, uma educação geral mínima de 8 a 10 anos a todas as crianças em idade escolar.
- Eliminar o analfabetismo até o final do século e desenvolver e ampliar os serviços educacionais para adultos.
- Melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas educacionais através das reformas necessárias.

³ O Projeto Principal foi aprovado pela UNESCO na Conferência Geral do mesmo ano. (Paris, 1981).

Ao estabelecer estes objetivos, o Projeto define os avanços em termos de escolaridade e fixa como campos de trabalho a educação básica para a população em idade escolar e a educação de adultos; ao mesmo tempo faz a distinção entre expansão das oportunidades educacionais e a qualidade do ensino. Observando-se hoje a proposta do PPE pode-se questionar a divisão de tarefas definidas, o enfoque dado ao analfabetismo e o otimismo nos objetivos colocados. Entretanto, é certo dizer que a educação permanente e a articulação das modalidades formais e não formais de educação foram o horizonte do Projeto, assim como um compromisso com os grupos sociais mais pobres; porém estes foram os acordos possíveis neste momento histórico, marcado pela presença de governos ditatoriais em grande parte dos países da região. Consequentemente, a aprovação do Projeto Principal em 1981 foi um momento de alívio democrático e uma proposta que antecipava as transformações que se desenvolveriam nas duas últimas décadas do século.

O mérito mais importante do PPE ter possibilitado um espaço de encontro regional entre países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico, político e social, em um momento em que a UNESCO era a única agência do Sistema das Nações Unidas que trabalhava no setor de educação, onde a cooperação bilateral entre os países latino-americanos e os programas de assistência com os países europeus, os bancos e outros organismos não tinham a mesma intensidade nem a diversidade que apresentam no fim dos anos 90.

Uma das instâncias criadas pela UNESCO para apoiar os países membros na concretização dos objetivos do PPE são as redes regionais, cuja finalidade é: sistematizar o intercâmbio de experiências e de informação, e fortalecer a capacidade endógena nos países para solucionar os problemas educacionais. Estas redes estão integradas por instituições e projetos nacionais que desenvolvem atividades nos campos e programas prioritários. Foram criadas as seguintes redes:

- Rede regional de capacitação de pessoal e de apoio específico aos programas de alfabetização e educação de adultos (REDALF), participam 17 países.
- Rede regional de inovação e mudança na formação, aperfeiçoamento e capacitação de educadores (PICPEMCE), formada por 21 países.
- Rede regional para a capacitação, a inovação e a pesquisa nos campos de planejamento e administração da educação básica e dos programas de alfabetização (REPLAD). Nesta rede participam 18 países. Os países do Caribe de fala inglesa e holandesa, estão representados na rede pela REDE CARNEID.
- Sistema regional de informação do Projeto Principal (SIRI), participam todos os países da região.

2.2 Definir o papel da educação no marco do desenvolvimento para a superação da pobreza

Em 1987 a UNESCO organizou em Bogotá a VI Conferência Regional de Ministros da Educação e de Ministros encarregados do Planejamento e a III Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação. A reflexão esteve centralizada na análise da influência de fatores externos ao sistema educacional e o papel da educação na situação de crise que afetava todos os âmbitos da sociedade.

Nesta ocasião é reconhecido que continua havendo sérios problemas em relação ao acesso à educação e permanência no sistema, que houve uma leve redução do número de analfabetos, sérias carências na infra-estrutura escolar e de meios educacionais, e baixos níveis na qualidade da educação. Esta situação vem confirmar a vigência dos objetivos do PPE, centrando suas ações na universalização da educação básica com duração de 8 a 10 anos, considerando as grandes diferenças que existem entre os países. Observa-se a necessidade de reduzir drasticamente a repetência, a evasão e o fracasso escolar e de intensificar as ações no nível da Educação Pré-escolar. Em relação à melhoria da qualidade, há um avanço, reconhecendo a necessidade de superar a dicotomia entre quantidade e qualidade.

O desafio fundamental expressado nesta reunião foi definir o papel da educação em relação a políticas de desenvolvimento para superar a pobreza, salientando o papel protagonista do setor público em educação, como dinamizador das iniciativas e dos esforços do conjunto da sociedade.

Para enfrentar este desafio definiram-se uma série de prioridades que têm estado presentes, com ênfases e pontos de vista diferentes, durante a última década:

- Incorporar a educação como elemento fundamental e decisivo em qualquer estratégia global criada e aplicada para a superação da pobreza.
- Suber a perda de financiamento na educação e destinar prioritariamente os recursos para os serviços educacionais aos setores mais populares.
- Incorporar às políticas e à administração educacional o princípio de igualdade de oportunidades, tanto no acesso como na permanência no sistema, especialmente na educação básica de crianças, jovens e adultos.
- Melhorar substancialmente a infra-estrutura das escolas.
- Promover maior participação na tomada de decisões na área educacional para fortalecer os processos democráticos que estão sendo consolidados na região.

- Promover a pesquisa sócio-educacional para que a tomada de decisões e inovações em educação sejam baseadas no conhecimento científico.
- Elevar a condição profissional e o status social dos docentes, entendendo que a qualidade da educação está estreitamente vinculada a uma melhor formação dos docentes.
- Reconhecer nos processos educacionais a diversidade lingüística e cultural da região.
- Promover uma cultura de a paz, incorporando conteúdos nos currículos, elaborando e divulgando materiais e desenvolvendo pesquisas.

Como se pode verificar, nesta reunião estabeleceram-se numerosos propósitos e ações que abrangem diferentes níveis e componentes da ação educacional, sendo difícil estabelecer um foco ou ênfase concreto. Tal amplitude é explicada pela necessidade de encontrar alternativas para as numerosas carências e dificuldades geradas pela grave crise que atravessava a região no âmbito econômico e social. Este conjunto de proposições configuraram um mapa que está orientando os passos da transformação, que está sendo implementada e concretizada em sucessivas etapas.

2.3 A necessidade de definir políticas educacionais de médio e longo prazo e gerar consensos para alcançar um maior crescimento e desenvolvimento

Em 1989 realizou-se em Guatemala a IV Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal, onde é estabelecido o segundo plano regional de ação do PPE. Neste plano foram priorizadas atividades destinadas a incrementar a cooperação internacional em torno dos objetivos do PPE e a fortalecer a cooperação horizontal, coordenando os esforços neste campo, tanto entre os principais organismos como entre estes e as autoridades nacionais. Foi estabelecida a necessidade de concentrar os escassos recursos nacionais em pontos decisivos, como por exemplo o salário dos professores e destinar o financiamento internacional ao apoio de iniciativas vinculadas à qualidade da educação. Foi estabelecido, também, que a função mais importante da cooperação deveria ser a de apoiar ações para alcançar maior qualidade do ensino, através de atividades de capacitação, métodos diversificados de avaliação, pesquisa e estímulo às inovações.

Foi reconhecido que a crise econômica levou a uma concentração dos recursos e energias na solução de problemas conjunturais. As situações de emergência no campo econômico e social obrigaram a postergar-se a reflexão e elaboração de planos e programas de caráter projetivo.

O grande desafio da região para começar a sair da crise era alcançar maior crescimento, desenvolvimento e uma distribuição equitativa. No âmbito educacional implicava definir políticas globais de médio e longo prazo que contribuiriam para um maior desenvolvimento social. Foi considerado que o desenvolvimento social só tem sentido na medida em que consegue resolver os problemas da população e melhorar sua qualidade de vida. Reconheceu-se também a importância de considerar a dimensão cultural no desenvolvimento social, já que muitas estratégias fracassaram por não se adequar à idiosincrasia da população. Finalmente, se reconhece a importância futura do papel da informação, do saber e da inteligência nas atividades sociais e produtivas geradoras do desenvolvimento.

Três grandes eixos para a transformação educacional foram estabelecidos com a perspectiva de superação da crise:

- Definir políticas de desenvolvimento integrais que conjuguem programas de emergência para os setores da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, com estratégias orientadas à reflexão e tomada de decisões de médio e longo prazo. Destaca-se a necessidade de maior articulação entre os responsáveis pelas políticas sociais e econômicas, dada a impossibilidade de resolver os problemas educacionais com estratégias setoriais isoladas, especialmente no que se refere às populações definidas como prioritárias no PPE (setores em situação de extrema pobreza, marginais urbanos, população rural e indígena, etc.); as carências educacionais estão associadas a carências similares no trabalho, alimentação, saúde e habitação.
- Gerar grandes consensos nacionais em torno dos objetivos do PPE, de forma que possam ser mobilizados todos os recursos humanos e materiais disponíveis na sociedade durante prazos prolongados.
- Modificar os estilos de gestão de modo que contemplem uma maior parcela de responsabilidade pelos resultados. Revisão profunda das estruturas e estilos de gestão vigentes para aumentar a eficácia e eficiência dos sistemas educacionais, articulação entre diferentes níveis, estimular as ações das ONG (participação), promoção de inovações, incrementar os níveis de responsabilidade pelos resultados.

É manifestada a necessidade de aumentar os recursos financeiros, porém com base na melhoria substancial do aspecto pedagógico, já que a universalização da escolaridade básica não poderá ser alcançada sem modificações substanciais na qualidade da oferta educacional.

2.4 Uma nova concepção do desenvolvimento educacional na região através de um novo estilo de gestão

Em 1991 realizou-se em Quito a V Reunião do Comitê Inter-governamental do Projeto Principal. A Declaração de Quito marcou um ponto de reflexão fundamental no desenvolvimento educacional da região, iniciando-se uma nova etapa caracterizada pela mudança substancial do modelo e estilo educacional condizente com as mudanças e exigências para a década de 90. Durante a década de 80 o desenvolvimento educacional esteve marcado pela necessidade de definir políticas e estratégias que permitissem expandir a educação à maioria da população, dando prioridade aos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis. Na década de 90 o desenvolvimento educacional orienta-se para uma transformação qualitativa do sistema para alcançar maior qualidade com equidade.

Nesta reunião assumiram-se os delineamentos básicos da Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien 1990, organizada pela UNESCO; UNICEF; Banco Mundial; PNUD); e da Reunião Mundial em Favor da Infância (Nova York, 1990) organizada pelas Nações Unidas. Foi estabelecida a necessidade de articular o PPE com a Conferência Mundial de Educação para Todos, incorporando aos planos nacionais de educação os princípios e ações destacadas nesta conferência: a responsabilidade social da educação; a articulação das ações educacionais com outras áreas do desenvolvimento humano; a necessidade de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, principalmente dos grupos mais vulneráveis; uma nova visão da educação mais centrada na aprendizagem que no ensino, e o compromisso da cooperação internacional para satisfazer as necessidades educativas básicas.

No início da década de 90, apesar de persistirem os problemas econômicos, pode-se falar que houve uma crescente consolidação dos processos democráticos. O sistema educacional continuou deteriorando-se, refletindo nas condições de trabalho, emprego e valorização dos docentes; nos meios e recursos disponíveis, infra-estrutura das escolas e nos programas de assistência aos alunos. São mantidos os altos índices de analfabetismo, baixa escolaridade, repetência, evasão e fracasso escolar; diminuição do ritmo de crescimento do ensino pós-obrigatório, especialmente em famílias de baixos recursos, aumento da segmentação interna do sistema e deterioração da qualidade da educação.

O maior problema que enfrenta a educação é não ter conseguido harmonizar o crescimento quantitativo com os níveis satisfatórios de equidade e qualidade, delineando-se como desafio definir uma nova concepção e desenvolvimento educacional, com novo estilo de gestão orientado a melhorar a eficácia, a equidade e a eficiência do sistema.

Para enfrentar este desafio propõem-se mudanças que afetam à totalidade do sistema, o que supõe um grande avanço a respeito dos acordos da Reunião de Guatemala (1989), que estavam centrados nas grandes linhas de definição

política. Assume-se a gestão como o eixo da transformação, integrando os diferentes níveis do sistema educacional e promovendo a autonomia das escolas, dos docentes e dos alunos. Define-se uma nova concepção do currículo, centrado nas necessidades de aprendizagem dos alunos, e com um maior grau de abertura e flexibilidade que permita ajustar o ensino de acordo com as diferenças de contexto e dos alunos. Espera-se, transformar definitivamente o estilo e sistema educacional dominante na década de 80 caracterizado por: administração centralizada, burocrática e com traços de autoritarismo; visão de curto prazo na tomada de decisões; escassa articulação com outros setores do estado e da sociedade; oferta educacional homogênea para populações heterogêneas; processos educacionais mais centrados no ensino que na aprendizagem; maior ênfase nos desenhos e meios curriculares que no papel profissional dos docentes.

Para alcançar a transformação do modelo e sistema educacional foram propostas as seguintes linhas de ação política, que marcaram o desenvolvimento posterior da região:

- Articulação entre a educação e as estratégias sociais de desenvolvimento para possibilitar uma distribuição equitativa dos benefícios advindos do crescimento econômico, introduzindo projeção no desenho de políticas educacionais diferenciando, assim, as respostas à situação de emergência e às necessárias a longo prazo.
- Fortalecimento da dimensão democrática como estratégia do desenvolvimento educacional: assegurando o acesso à educação formal e não formal, destinando recursos financeiros aos setores menos favorecidos; promovendo conteúdos e métodos que garantam uma educação democrática, e promovendo amplos consensos nacionais em torno da educação como fator essencial e prioritário.
- Articulação novas alianças em torno da educação para que seja assumida como tarefa de responsabilidade de todos. A necessidade de consensos nacionais que já haviam sido recomendados na reunião de Guatemala, deverá ser contemplada com novas alianças dentro do país e entre países, a coordenação dos organismos oficiais com as instituições de educação superior, as ONGs, os grupos organizados de educação, diversos atores do setor privado e da comunidade. Observa-se a necessidade de formular políticas de comunicação que coloquem os temas relacionados com a educação ao alcance de todos os setores e do público em geral.
- Modernização das modalidades de planejamento e gestão, vinculadas a processos mais amplos de transformação do Estado, tais como a desconcentração e a descentralização, e orientada para novas funções estratégicas como a formulação de políticas de compensação ou de discriminação positiva e de sistemas de acompanhamento e avaliação que gerem a informação necessária à tomada de decisão.

- Reorientação do currículo da educação básica em função das necessidades básicas de aprendizagem, superando o enfoque baseado nas disciplinas. Delinear as necessidades básicas de aprendizagem de caráter instrumental que permitam o acesso aos códigos de informação, ao seu processamento e expressão, e com caráter ético-transformativo, referentes à relação consigo mesmo, identidade cultural e meio ambiente.
- Nova concepção da alfabetização e educação de adultos, entendendo a alfabetização como parte substancial da educação básica e objeto de políticas educacionais integrais que articulem a alfabetização dos jovens e dos adultos com o acesso, permanência e o sucesso escolar no sistema formal, integrando não só a problemática do analfabetismo absoluto, mas também o analfabetismo funcional; estabelecendo prioridades e focalizando as atividades em grupos específicos, como as mulheres e os jovens excluídos do sistema formal de educação.
- Dinamização do sistema educacional através da convergência de ações dos agentes educacionais, fortalecendo o papel da família, da escola, das organizações comunitárias e dos meios de comunicação social. Observa-se a necessidade de atenção especial ao fortalecimento da função docente por meio da captação de candidatos com atitudes destacadas; da formação permanente; da melhoria de suas condições de trabalho e do aspecto pedagógico; do estabelecimento de mecanismos de estímulo do reconhecimento profissional para que o docente esteja em condição de desempenhar seu papel profissional e responsabilizar-se pelas necessidades básicas de aprendizagem de seus alunos, com vistas à transformação da escola num centro de desenvolvimento cultural comunitário.
- Diversificação das fontes de financiamento do sistema educacional, captando e coordenando diferentes fontes: estatais, privadas, não governamentais, comunitária e de organismos internacionais de cooperação técnica e financeira. Há que levar em consideração a otimização dos recursos, destinando-os prioritariamente ao investimento e inovação da educação.

2.5 A nova etapa de desenvolvimento educacional através da profissionalização da ação educacional

Em 1993, a UNESCO organizou a V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação em Santiago do Chile. Esta reunião desenvolveu-se num momento especial para a região, caracterizado por mudanças na sociedade, que atribuíam à educação grande importância no processo de desenvolvimento da região.

Nesta reunião são reconhecidos avanços importantes em relação à expansão das oportunidades educacionais. Em quase todos os países mais de 95% da

população está matriculada na educação básica ficando somente 5 países com taxas inferiores a 80%. Pela primeira vez observa-se também uma redução significativa das taxas de analfabetismo absoluto, 15% na população maior de 15 anos, porém ainda persiste um grande número de analfabetos funcionais que não têm a capacidade de utilizar a leitura na sua vida cotidiana.

Entretanto, os avanços na qualidade da educação são lentos e continuam sérios problemas numa grande parte do sistema educacional da região, afetando principalmente os grupos mais vulneráveis da população. Esta situação contribuiu para que fossem ratificados consensos a que haviam chegado os ministros participantes na reunião de Quito, em relação às necessidades de iniciar uma nova etapa de desenvolvimento educacional, com perspectiva renovada tanto institucional como nos aspectos curriculares e pedagógicos.

A reflexão e a discussão desta reunião tiveram como ponto de referência os princípios e marcos de ação da Conferência de Educação para Todos (1990), e as conclusões da proposta da CEPAL/UNESCO "Educação e Conhecimento: Eixo de transformação produtiva com equidade" (1992). O ponto central foi como conjugar a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de toda a população com a necessidade de atingir um maior nível na qualidade das aprendizagens para alcançar a integração da cidadania e a competitividade internacional. Destaca-se o papel central da educação nas novas estratégias de desenvolvimento sustentável, tanto para o crescimento econômico, como para a justiça e a solidariedade social. caráter instrumental Nesta perspectiva, a educação converte-se num fator estratégico e dá um novo sentido aos três objetivos do Projeto Principal.

É reconhecido que os países da região estão entrando numa estimulante etapa de modernização educacional, em ritmos diferenciados, implicando assim um novo impulso a fim de produzir uma dinâmica mais efetiva. Nesta reunião a preocupação central está na melhoria da qualidade das aprendizagens e nos fatores internos do sistema que contribuirão para alcançá-la não deixando de reconhecer que a expansão quantitativa do sistema requer uma atenção permanente e que os fatores de ordem econômica e social têm uma grande influência na dinâmica dos sistemas educacionais.

Analisaram-se as causas do fracasso dos esforços de reforma realizados no passado: instabilidade das políticas educacionais devido a mudanças de governo; pouca informação disponível para desenhar reformas; escassa articulação entre as medidas provenientes de diferentes setores; dificuldade de fazer com que as medidas adotadas cheguem à sala de aula.

O desafio delineado na reunião de Santiago foi desenvolver o novo modelo educacional, discutido na reunião de Quito, através da profissionalização da ação educacional e em meios a consensos e acordos educacionais estáveis e democráticos. A profissionalização foi entendida como o desenvolvimento sistemático da educação, sustentado em conhecimentos especializados, não

sendo apenas um ato exclusivamente técnico mas de consensos e acordos com todos os setores da sociedade.

Para enfrentar este desafio propõem-se mudanças substanciais nos componentes pedagógico e institucional e em todos os níveis do sistema educacional (Administração educacional central e local, escola, e sala de aula). A reunião de Santiago coloca uma ênfase maior nos níveis mais micro do sistema como são as escolas e os processos de ensino-aprendizagem que acontecem nas sala de aula. É reconhecido que a escola e a sala de aula são o âmbito fundamental para introduzir mudanças nos modelos pedagógicos e de gestão.

As linhas de ação que se propõem para obter a profissionalização da ação educacional são as seguintes:

- Em relação com os ministérios e outros níveis da administração educacional propõe-se uma definição das capacidades específicas para cada nível, e a dotação de novas capacidades humanas, políticas e técnicas. É necessário, também, estabelecer parâmetros nacionais e sistemas de avaliação de resultados do processo educacional e criar condições institucionais para melhorar a quantidade e qualidade das aprendizagens, como por exemplo um maior tempo efetivo de aprendizagem na escola; identificar ações para reduzir as desigualdades; fomentar inovações.
- No nível das escolas deve-se desenvolver maior capacidade para decidir sobre seus próprios projetos educacionais, através da descentralização curricular; desenvolver uma nova gestão das escolas, com participação dos docentes e comunidade escolar; definir indicadores que fundamentem as decisões pedagógicas; estimular uma cultura escolar que valorize o desempenho acadêmico; fortalecer a função estratégica do diretor da escola: fortalecer novos papeis dos docentes (facilitador, avaliador, orientador para o uso de materiais e de fontes de informação e outros); e garantir uma boa infra-estrutura física e técnico-pedagógica.
- Em relação aos processos de ensino-aprendizagem propõe-se o desenvolvimento responsável e criativo de práticas pedagógicas pertinentes, através da formação, aperfeiçoamento e atualização dos docentes e o uso de materiais adequados.

2.6 A importância de incorporar um profundo componente ético nos processos educacionais para alcançar a paz, a democracia e o desenvolvimento

Em 1996 a UNESCO organizou em Kingston a VII Conferência de Ministros da Educação (MINEDLAC) e a VI Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal, na esfera da educação na América Latina e Caribe. Esta Conferência adotou os princípios e pressupostos do informe da UNESCO sobre a Educação

para o Século XXI, dando continuidade à reflexão sobre os desafios que devesse enfrentar o sistema educacional em função das exigências de uma educação para todos ao longo de toda a vida e a criação de uma cultura de paz, baseada na prática da tolerância, na aceitação das diferenças e na busca de uma solução pacífica dos conflitos. As recomendações desta reunião estiveram em consonância com os princípios fundamentais derivados de outras reuniões internacionais: Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade” (1994); Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing 1995); Reunião Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995).

Foi reconhecido um significativo que na região devido aos processos de reformas educacionais em grande número de países, e o importante apoio da cooperação internacional e horizontal a estes processos. Destaca-se a necessidade de manter a prioridade da alfabetização, porém devendo ser considerados os maiores níveis de uso funcional atualmente requeridos, a permanência da população na educação básica e o alcance de maior equidade no acesso a uma educação de qualidade.

Foi estabelecido que a paz, a democracia e o desenvolvimento deverão ser o fundamento dos novos processos educacionais que deverão fazer com que as pessoas participem e sejam atores de seu próprio desenvolvimento, reconhecendo a identidade e legitimidade dos demais, e atuem solidariamente; que utilizem as capacidades adquiridas no sistema educacional e participem voluntária e responsabilmente na transformação produtiva e social que conduz ao desenvolvimento.

Na reunião de Kingston surgem dois desafios importantes. O primeiro referente à necessidade de introduzir mudanças educacionais com perspectiva de uma educação para todos ao longo de toda a vida, que reúna qualidade e equidade. O segundo desafio diz respeito à necessidade de incorporar o sentido ético ao processo educacional. Novamente se destaca a importância da educação no processo de desenvolvimento social, mas com uma perspectiva ética baseada em três princípios: o exercício da cidadania de toda a população sem exclusões; o domínio total dos códigos da modernidade, entendidos como linguagem e capacidades básicas para participar na vida pública e produtiva; e a criação de uma atitude ética e moral de respeito por si mesmo e pelos demais.

Estabeleceram-se uma série de orientações para serem incorporadas às políticas nacionais, sendo importante destacar o grande protagonismo dos Ministros na elaboração destas recomendações:

- Conceber a educação como política de estado para assegurar a continuidade das políticas públicas, através de mecanismos de concentração que impliquem a participação mais eficaz da sociedade civil em seu conjunto.
- Melhorar a capacidade de gestão através de um maior protagonismo local e um papel mais estratégico da administração central. Destaca-se a

importância da recuperação do estado no papel de assegurar o alcance dos objetivos básicos para todos e o fomento da igualdade de oportunidades de acesso e permanência no sistema. Como na reunião de Santiago, insiste-se na importância de criar condições que favoreçam o desenvolvimento de projetos educacionais nas escolas com a participação da comunidade educacional.

- Dar prioridade às aprendizagens e à formação integral, colocando ênfase no desenvolvimento de potencialidades com sentido ético, fundamentais em um mundo de rápidas mudanças, grande volume de informação e a presença das tecnologias de comunicação. Destaca-se a importância de contemplar nos currículos competência para acessar, organizar, interpretar e analisar a informação, o desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica e outras capacidades quase sempre esquecidas como as relacionadas com a interação e inserção social e o equilíbrio emocional.
- Incorporar os valores fundamentais do ser humano à agenda da transformação educacional para alcançar a democratização e a cultura de paz. Foi destacada a necessidade de definir a gratuidade escolar como um compromisso entre o Estado e a sociedade garantindo assim que todos alcancem o nível de capacidade consideradas imprescindível. Destaca-se ainda a necessidade de criar condições para desenvolver escolas integradoras nas quais as crianças que apresentam necessidades educativas especiais ou dificuldade de aprendizagem aprendam junto com seus companheiros e de ajustar a processos educacionais às necessidades e diferenças das populações indígenas.
- Estabelecer alianças com os meios de comunicação, o mundo do trabalho e a família como forma de aproximar a educação da sociedade. Delineia-se o desafio de utilizar os meios de comunicação não só para obter a informação, mas também como instrumento de intercâmbio entre instituições e pessoas para construir conhecimentos através do diálogo e da discussão.
- Avaliar e medir a qualidade da educação para assumir responsabilidade com os resultados educacionais. Observa-se a necessidade de criar indicadores qualitativos para complementar os indicadores quantitativos na avaliação de qualidade e de realizar medições nacionais em diferentes níveis, estabelecendo mecanismos de análise regional dos resultados escolares. Observa-se a importância de desenvolver sistemas de avaliação do desempenho das escolas que não contemplem apenas os resultados dos alunos, mas também aspectos relacionados com o desempenho da instituição. Finalmente, destaca-se a necessidade de melhorar o uso e comunicação da informação obtida nos processos da avaliação e medição.
- Valorizar a profissão docente. É reconhecida a necessidade de melhorar a profissionalização do docente na perspectiva de que sejam capazes de atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno e assumam a

responsabilidade dos resultados; reconhece, também, as condições difíceis nas quais vivem a maior parte dos docentes da região.

- Promover a educação ao longo de toda vida para uma aprendizagem contínua, incorporando a educação permanente e de adultos ao conjunto do sistema educacional, formulando estratégias integrais de alfabetização - especialmente para populações indígenas e mulheres - e desenhando estratégias para melhorar a oferta educacional para jovens que requeriram educação formal e contínua. É reconhecida a urgente necessidade de incluir os excluídos, favorecendo aos jovens marginalizados com oportunidades para que concluam o processo educacional, e também às crianças e jovens de famílias imigrantes.
- Promover políticas que fortaleçam a capacidade das instituições de educação superior para cumprir com os mais altos parâmetros de qualidade. caráter instrumental Constata-se a necessidade de uma profunda reforma da educação superior, impulsionado mudanças para que as instituições de formação colaborem na melhoria da qualidade dos níveis educacionais, desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica em estreita colaboração com os setores produtivos, e explorando novas formas de gestão e financiamento.
- Continuar incrementando o orçamento da educação, já que este continua sendo insuficiente quando considerada a importância da educação no desenvolvimento dos países.

É importante mencionar que nesta reunião enfatiza-se novamente as prioridades da década passada. Recupera-se com maior força o significado ético da educação para assegurar melhor equidade e construção da identidade cultural. Coloca-se ênfase nas necessidades das políticas educacionais incluírem os excluídos, não só com medidas compensatórias como acontecia no passado, mas introduzindo modificações no sistema educacional comum que permitam ajustar o ensino às diferenças individuais, sociais e culturais. Volta-se a destacar a importância de fortalecer o papel do estado para assegurar a igualdade de oportunidades, ausente desde a reunião de Bogotá, 1987.

3.

BALANÇO DE DUAS DÉCADAS

Após este relato histórico, pode-se concluir que a UNESCO tem promovido uma redefinição constante do pensamento e das políticas educacionais, que tem conduzido a uma transformação gradual do desenvolvimento educacional na região. Embora os objetivos fixados na década de 80 no Projeto Principal mostraram-se pequenos para responder aos crescentes desafios, eles ainda constituem metas a serem alcançadas.

Às portas do século XXI observam-se avanços substanciais quanto ao acesso à escolaridade básica, ainda que haja um caminho a percorrer para garantir o acesso de toda a população à educação, especialmente dos grupos em situação de desvantagens. Porém, um desafio ainda maior que o acesso é conseguir a permanência e a distribuição mais equitativa no sistema educacional. Observam-se altos índices de evasão e fracasso escolar e uma oferta de menor qualidade para os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis, o que implica avançar para uma situação na qual além de incluir os até agora excluídos, ofereça uma educação de maior qualidade que assegure a igualdade de oportunidade e reduza as desigualdades sociais.

Embora houve uma redução do analfabetismo absoluto continua existindo um número elevado de pessoas que não contam com os níveis de alfabetização exigidos atualmente, o que implica desenvolver programas de maior qualidade e ajustados a uma nova concepção de analfabetismo funcional.

No que diz respeito a qualidade pode-se mencionar avanços significativos na década de 90. Os países têm conseguido estabelecer consenso em torno de ações necessárias para atingir uma educação de maior qualidade; entretanto, é necessário avançar para uma maior relação entre qualidade e equidade, fortalecendo a educação pública e o papel estratégico do estado para garantir a igualdade de oportunidades. Neste sentido, é fundamental, nos processos de descentralização, dotar as escolas de condições e recursos necessários para realizar sua tarefa educacional com estreita colaboração da comunidade.

Os anos 90 estão caracterizados por reformas educacionais globais no aspecto pedagógico, curricular e de gestão, porém estas não chegam, em muitos casos, a modificar o processo de ensino-aprendizagem que ocorre na sala de aula, ficando pendente que docentes e comunidades educacionais interiorizem e se apropriem das mudanças propostas, avançando definitivamente no desenvolvimento das sociedades educacionais na quais todos assumem compromisso com a educação.

Este desafio implica maior esforço no desenvolvimento de pesquisa e avaliação da educação, como um meio fundamental para obter informação relevante que contribua para a tomada de decisões e a melhoria da prática educacional. É necessário desenvolver pesquisas direcionadas aos problemas da prática –com maior participação dos docentes– de maneira que esta pesquisa sirva de apoio e sistematização da gestão. Necessita-se também de um grande esforço para melhorar as condições de trabalho e o nível de formação dos docentes, de forma que possam enfrentar à novas mudanças e desafios. A preocupação por estas condições sempre esteve presente nas políticas da UNESCO; inclusive à medida em que avança a década observa-se um interesse crescente pela formação de formadores e a necessidade de incorporar a elas aspectos relacionados com a autonomia e flexibilidade curricular e os componentes éticos da educação necessários à paz, à democracia e à tolerância. As recomendações sobre a

formação em serviço enfatizam a importância de centralizar os processos formativos na escola e a constituição de grupos e associações de docentes.

Sem dúvida, todos os fatores mencionados anteriormente são importantes para alcançar uma educação de qualidade, porém o ponto essencial é produzir mudanças substanciais nos processos de ensino-aprendizagem a serem promovidos através da educação. Na década de 80 a ênfase era o ensino e não se considerava importante o protagonismo do indivíduo no processo de aprendizagem. Nos 90, ao contrário, a ênfase é a aprendizagem e o ensino é concebido como um processo que deverá facilitar e acompanhar a construção e apropriação do conhecimento por parte dos alunos.

É interessante observar como vão surgindo novas necessidades de aprendizagem em função das mudanças sociais, tecnológicas e culturais. No início dos 90, pela importante influência da Conferência de Jomtien, a ênfase esteve em assegurar as capacidades básicas para toda a população, necessárias ao exercício cidadania. Na reunião de Santiago (1993) o interesse de ampliar as necessidades de aprendizagem requeridas pela produção, pela competição internacional e pela participação. Em Kingston (1996) amplia-se o foco de atenção para as capacidades relacionadas com aprender a aprender; o acesso e domínio das tecnologias de informação; o equilíbrio pessoal e a relação interpessoal, baseada no respeito por si mesmo e a legitimidade do outro; o desenvolvimento do sentido ético para enfrentar um mundo competitivo e em permanente mudança.

Uma educação de qualidade com equidade implica também respeitar e considerar as diferenças sociais, culturais e individuais. As crianças com necessidades especiais ou de diferentes etnias, línguas e culturas costumam ter uma escolaridade segregada que não favorece ao seu adequado desenvolvimento e plena participação na sociedade. A diversidade e integração estiveram presente nas reuniões realizadas durante a última década, porém continua sendo um tema não resolvido na região. É preciso avançar no desenvolvimento de escolas integradoras onde todas as crianças da comunidade aprendam juntas, adaptando o currículo e a prática educacional à diversidade das necessidades de aprendizagem dos alunos. Uma educação integral é um passo essencial para a construção de sociedades que respeitem e valorizem as diferenças.

Finalmente, um aspecto que continua pendente na região é a construção de uma cultura de paz e a consolidação da democracia. A dimensão ética na educação tem uma importância cada vez maior no mundo altamente competitivo, consumista, individualista e segregador. Próximo de iniciar um novo século, pode-se afirmar que o motivo central que deu origem à UNESCO continua vigente na América Latina e Caribe: "Construir a paz na mente dos homens", e a educação ajudará as futuras gerações a realizar esta construção.

PRINCIPAIS AÇÕES

A seguir apresenta-se um conjunto de ações desenvolvidas pela UNESCO na América Latina e no Caribe. Estão agrupadas em sete temas os quais identificados no Capítulo Y deste documento representam os maiores desafios da sociedade com a educação.

Ainda são apresentadas ações de caráter transversal; ou seja, ações comuns a uma ou mais das sete áreas referidas.

1. ACESSO UNIVERSAL À EDUCAÇÃO E SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO

1.1 Educação de Jovens e Adultos

A UNESCO tem dado grande apoio aos esforços dos Estados Membros para melhorar o acesso das crianças da região à escola formal do Projeto Principal. A melhoria do acesso se dá mediante aumento da matrícula no ensino inicial; a universalização da educação primária e secundária; a inclusão de crianças com deficiências físicas leves ao seio da escola comum. Os esforços de hoje se dirigem a conseguir uma melhor qualidade com equidade em toda a educação. Estes esforços estão descritos em outros capítulos deste documento; em particular, no ponto 2 “Educação de qualidade com equidade para todos ao longo de toda a vida”.

A seguir destaca-se a ação da UNESCO para apoiar os esforços realizados para alcançar o acesso e a qualidade da educação dos adultos que se encontram fora do sistema formal. Estes esforços seguem um conjunto de linhas estratégicas, descritas a seguir, juntamente com um breve relato dos impactos da ação no último decênio e a apresentação de atividades e projetos ilustrativos.

Os principais programas de educação para pessoas jovens e adultas na América Latina e no Caribe estão dirigidos à população que, por efeito do círculo vicioso da pobreza não tem acesso a níveis educacionais suficientes para superar o analfabetismo absoluto ou funcional. Os principais programas desta modalidade estão dirigidos a população indígena; a população camponesa; a trabalhadores urbanos e a núcleos específicos de populações urbano-marginais nas quais predomina a presença de mulheres chefe de família e de jovens

Os princípios básicos que sustentam a educação de jovens e adultos promovida

pela UNESCO na região são o reconhecimento a todas as pessoas do direito à educação ao longo de toda a vida e do direito à equidade educacional, que implica a criação de condições para que todos os grupos da população tenham oportunidade a uma educação básica de qualidade, reduzindo os efeitos da desigualdade social e econômica, da diversidade étnica, cultural ou de gênero.

As linhas estratégicas da educação para pessoas jovens e adultas durante a última década estiveram orientadas para:

- A valorização social e política da alfabetização e a educação de jovens e adultos.
- A integração dos sistemas e modalidades educacionais.
- A diversificação da oferta educacional para jovens e adultos.
- A construção de subsistemas de educação de jovens e adultos, propiciando o vínculo entre estado e sociedade civil e uma ação inter-institucional e inter-setorial.
- Qualidade: ênfase na aprendizagem de jovens e adultos e na sua participação no processo educacional; profissionalização dos serviços educacionais.

Com estas linhas estratégicas tem-se procurado manter a idéia da educação de adulto como meio necessário para atender bolsões de iniquidade e possibilitar a educação permanente ao longo de toda a vida. Consequentemente o apoio à instituição de subsistemas de educação de adultos com participação inter-setorial e presença de organismos representativos da sociedade civil constitui uma ação prioritária; um bom número de países alcançaram integrar as ações sociais às outras modalidades educacionais, tirando do isolamento a educação de adultos. E ainda há de se reconhecer o crescimento da presença de jovens nos programas, destinados a adultos, gerando novos enfoques e estratégias que privilegiam o atendimento aos jovens. Todos os elementos anteriores contribuíram na preparação (Conferência Regional Preparatória de Brasília) e na participação regional da Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFITEA V, Hamburgo, 1997).

Ações

- Para tratar da coleta, difusão e intercâmbio de informação relevante da área, para a tomada de decisões e o desenvolvimento de experiências, houve quatro Reuniões Técnicas Regionais de REDALF em Colômbia (1989), Argentina (1991), Venezuela (1993) e Brasil (1997), que definiram as políticas da educação de jovens e adultos e da alfabetização, particularmente de mulheres indígenas. Em Barbados delineou-se a relação

Universidades e Educação de Adultos no Caribe Inglês. (25-27 Outubro 1989).

- Foram realizadas numerosas oficinas e seminários de intercâmbio de experiência entre pesquisadores, profissionais e técnicos do campo da EDJA. Em particular destacam-se a Oficina subregional de pesquisa sobre a educação básica de adultos na América Central, México e Panamá (Antigua, 2-4 Outubro 1989); o Seminário de Planejamento Estratégico do Programa Nacional "O Equador Estuda". (Quito, 26-30 Março 1990); o Seminário sobre experiências e pesquisas inovadoras no ensino da matemática com os adultos dos setores populares (Novembro 1990); o Curso oficina regional sobre educação de adultos (Pátzcuaro, 3-28 Setembro, 1990); o Seminário oficina sobre a instituição de subsistemas de educação de jovens e adultos. (São José, Costa Rica, Dezembro 1994); a Reunião para os países do Cone Sul sobre a educação do consumidor. (Montevidéo, Uruguai, 19-21 de Maio, 1994); as Jornadas de reflexão e capacitação sobre as matemáticas na educação básica para jovens e adultos (Rio de Janeiro, Brasil, 24-28 de Outubro, 1995); as Jornadas de Formação docente para programas de educação de 1º e 2º grau de jovens e adultos (La Serena, Agosto, 1995; Maracay, Venezuela, Outubro 1995) e o Seminário oficina regional sobre os novos desenvolvimentos curriculares da educação de jovens e adultos de América Latina (Monterrey, México, 21-26 de Janeiro, 1996).
- Referente à promoção, desenvolvimento e seguimento de experiências ou projetos inovadores, destacam o apoio à elaboração do Plano Nacional de Ação de Educação para Todos nos países do Istmo Centro-americano (UNESCO/ACDI, 525/RLA/10), 1992-1993 com apoio da Agência Canadense de Cooperação Internacional (ACDI); em Costa Rica destaca-se o Projeto "Educação sem fronteiras". 1994-1997; um dos três projetos piloto que a UNESCO promove e que posteriormente pretende estender a todo o continente Centro-americano. Seu propósito é criar condições que permitam a todas as pessoas ter acesso aos níveis educacionais, para que desta maneira tenham os conhecimentos indispensáveis para trabalhar e viver dignamente, participando no desenvolvimento da comunidade local e nacional, dentro de um marco cooperativo e com as tecnologia adequadas; em El Salvador destaca-se a colaboração da UNESCO com o Projeto ELS/92/L02 (Emergência em alfabetização e educação básica para os desmobilizados) no marco do projeto PNUD/Universidade de El Salvador, na formulação do Projeto; o governo de El Salvador solicitou também a colaboração da UNESCO para prestar assessoria técnica na educação de 1º grau intensiva em duas etapas, no final de 1992 e no primeiro semestre de 1993. Em Panamá o Projeto UNESCO/PNUD PAN/92/001. Projeto mobilizador de apoio às ações relevantes de educação para todos. 1992-1994 realizado no marco da Declaração de Educação para Todos e articulado a processos amplos de desenvolvimento econômico e social, este projeto contribuiu no apoio as políticas e estratégias nacionais do

desenvolvimento educacional, especialmente à melhoria da qualidade da educação e a ampliação de sua cobertura.

- Pesquisa Regional sobre a Educação Básica de Adultos realizada em treze países da região: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. Esta atividade concebida como um sistema formado por 13 estudos nacionais e um regional comparativo se realizou no marco da Rede REDALF. Alguns destes estudos foram co-patrocinados pela Organização de Estados Ibero-americanos e os estudos correspondentes aos países de América Central teve ativa participação do Centro Regional de Alfabetização e Educação de Adultos para América Latina –CREFAL– com sede em México. A pesquisa desenvolveu-se de 1988 a 1991 e baseou-se na necessidade de caracterizar o atual estado desta modalidade educacional –sobre a base de dados primários– e propor recomendações para aumentar seu impacto social.
- Destaca-se também o processo de Sistematização de Experiências sobre Inovações que correspondeu a seleção de seis estudos de caso de experiências nacionais de caráter inovador na educação com pessoas jovens e adultas nos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Honduras e Venezuela. Os estudos separadamente aprofundavam-se sobre cada realidade e houve uma apresentação de seus resultados através de uma análise comparativa.
- Referente às publicações ligadas a educação com jovens e adultos, no último decênio produziram-se 42 publicações sobre o tema. Constituem-se num grande esforço institucional em pró da divulgação da teoria e prática da educação com jovens e adultos da região, nas suas diferentes expressões. Estas publicações correspondem a estudos, diagnósticos, seminários e conferências, trabalhos de pesquisas que em seu conjunto tem fortalecido as análises e a visão programática da alfabetização, da educação bilingüe intercultural, da educação vinculada ao trabalho, da revalorização de maiores oportunidades educacionais para as jovens e mulheres, bem como da constituição de subsistemas de educação com pessoas jovens e adultas nos países da região. Muitas destas publicações foram organizadas dentro do contexto da Rede REDALF.

1.2. Alfabetização, pós-alfabetização e educação básica para todos

Os índices de analfabetismo e de população educada na região tem relação direta com o incremento e desenvolvimento experimentados pelos sistemas do ensino primário. Hoje já não se discute que, a universalização da escolaridade básica será o que assegurará baixos índices de população com escassa educação ou em situação de analfabetismo, entre os jovens e adultos. Mas, a história da educação de adultos latino-americana e caribenha mostra claramente que a envergadura dos

esforços por um ensino que responda às necessidades educacionais primárias da população, é o resultado de conjunturas políticas que nem sempre dão a importância devida a estes grupos da população.

Os informes estatísticos da UNESCO indicam que assim como o número absoluto de analfabetos maiores de 15 anos não diminuiu substancialmente, tem sido considerável a quantidade de adultos alfabetizados - fundamentalmente graças ao maior acesso e permanência na educação básica e ao impacto de ações pontuais de alfabetização- em relação com o crescimento demográfico desta população. Por isso no lapso de 15 anos a taxa de analfabetismo (%) baixou de 20,3 a 13,4 prevendo-se que para o ano 2000 reduza-se a 11,8%.

A pesar da cifra de 42 milhões de analfabetos absolutos, pode-se indicar que este é um fenômeno residual concentrado em áreas de determinados países -nordeste em Brasil, Haiti, populações rurais em países de América Central e República Dominicana e em populações indígenas de países como Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru- e em grupos etários maiores de 40 anos.

Ações

Através da atividade da Rede REDALF -criada pelo mandato dos países em 1984- o desenvolvimento de uma ampla estratégia liderada pelas unidades nacionais públicas da educação de adultos de 19 países em coordenação com atores universitários e da sociedade civil, compreendem: a realização de cursos, oficinas, seminários e conferências para capacitar e aperfeiçoar profissionais e técnicos temáticas integradas e específicas; o desenvolvimento de pesquisas, processamento de informação e a sistematização e avaliação de experiências; o apoio à experimentação de novas ações, opções pedagógicas e inovação na gestão; o aumento considerável de livros, publicações especializadas sobre diferentes temáticas de educação de adultos e a difusão de informação através de diferentes tipos de materiais; a promoção de estágios e intercâmbios assim como uma multiplicidade de missões técnicas desenvolvidas baixo a modalidade de cooperação horizontal.

Foi implementada uma transformação conceptual, organizativa e curricular da educação básica para adultos (EBA) na região através das seguintes ações:

- Organização e difusão de seus resultados em uma publicação e difusão de um vídeo e de materiais organizados sobre os resultados de pesquisas.
- Oficinas, seminários e ações de assistência técnica.
- Pesquisa sobre níveis de analfabetismo funcional nos seguintes países da região: Argentina, Brasil (São Paulo), Colômbia, Chile, México, Paraguai e Venezuela. Publicaram-se livros e realizaram-se reuniões técnicas para aprofundar nas características e possíveis saídas a este problema.

- Estímulo a estudos diagnóstico nacionais sobre os níveis de alfabetização e os de educação básica em populações bilingües nos cinco países mais representativos e com grupos majoritários ou significativos da população indígena: Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru. A estes estudos somaram-se reuniões técnicas e publicações especializadas consideradas de grande valor por governos e entidades vinculadas com a educação bilingüe intercultural.

2. **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COM EQUIDADE PARA TODOS AO LONGO DE TODA A VIDA**

2.1 Educação Inicial

Os primeiros anos da infância constituem um período chave para o desenvolvimento humano. A ausência de estimulação e educação apropriadas nestas idades, geralmente, associada a situações de desnutrição, pobreza, marginalidade e outras situações de desvantagem produz alterações do desenvolvimento que tem importantes repercussões escolares. A maioria dos problemas de aprendizagem que se destacam na educação básica poderia ser evitados ou reduzidos com uma estimulação precoce.

As razões mencionadas justificam a necessidade de considerar a Educação Infantil como uma etapa educacional com objetivos e entidades próprias e não simplesmente como uma etapa preparatória para a Educação Primária. Apesar da importância desta etapa educacional, sua oferta é ainda insuficiente e sua distribuição injusta, ainda que se reconheça os avanços experimentados nos últimos anos. Na Região, sua oferta está concentrada na zona urbana e nos setores meios e alto da população. Um desafio importante dentro da Região será aumentar o investimento e a oferta educacional, através de programas formais e não formais, para alcançar o objetivo de uma maior equidade e qualidade da educação.

Os pais e a família constituem a principal fonte de estimulação e, em muitos casos a única que recebem as crianças, implicando que a educação nesta etapa da vida, mais do que em qualquer outra, deve estar estreitamente vinculada à família e à comunidade. Para que os pais desempenhem um papel efetivo na educação dos seus filhos, devem ser preparados para tal, através de escolas de pais, campanhas educacionais, grupos de apoio, grupos de intercâmbio, etc. Devendo promover também a participação comunitária, os enfoques baseados na

comunidade têm particular relevância nos países em desenvolvimento que contam com poucos recursos humanos.

Finalmente, é fundamental a articulação entre a educação da Primeira Infância e a Educação Básica para garantir a coerência e continuidade no processo educacional dos alunos e favorecer seu adequado desenvolvimento pessoal e social. É fundamental estabelecer linhas de comunicação, intercâmbio e coordenação entre as escolas de educação infantil e de educação primária.

Ações

- Assessoramento técnico ao Ministério da Educação de México, para desenho de um Plano Nacional sobre educação não formal, financiado pelo Banco Mundial (1989).
- Colaboração no desenho e desenvolvimento dos Simpósios Latino Americanos sobre educação da primeira infância organizados pela OEA: Santiago (1991); Lima (1993); San José de Costa Rica (1995); Brasília (1997).
- No marco do Programa “Educação para Todos” apoio ao curso semi presencial para a graduação de professores em educação inicial, realizado em Piriápolis, 1996.
- Elaboração do informe sobre a situação do cuidado, educação familiar e primeira infância na região da América Latina e Caribe. Este documento foi feito com a colaboração da Junta Nacional de Jardins Infantis de Chile (1997).
- Elaboração do conjunto de materiais para a formação relacionados com desenvolvimento de habilidades na primeira infância. Esta atividade teve como objetivo melhorar a capacidade técnica dos docentes, promovendo os princípios da aprendizagem ativa e cooperativa. Realizou-se junto a Fundação Van Leerm, UNICEF e SFC (USA)(1995).
- Desenho e realização do Plano de Capacitação Nacional, convênio com a Junta Nacional de Jardim Infantis de Chile, para formar uma rede de facilitadores na área de necessidades educacionais especiais, com a finalidade de fortalecer o processo de integração e melhoria da qualidade educacional (1996-1998). Estarão sendo formados 30 profissionais das 13 regiões do país.

2.2 Educação Secundária

Na América Latina, de 1985 a 1990, o crescimento médio anual da matrícula escolar na educação secundária foi 1.5%, enquanto que para o período 1990-1995

atingiu 3.2%. Esta expansão revela importante avanço no acesso à educação secundária de setores que haviam estado a margem dela. Entretanto, a expansão está acompanhada do aumento do índice de repetência e evasão escolar. Na América Latina a proporção de repetentes alcança em cada ano 30% do total dos alunos, percentagem que é ainda maior nos grupos sociais mais desfavorecidos. Esta situação de inequidade, que se acentua na educação secundária, aprofunda a brecha entre as classes sociais.

A educação secundária, pensada até pouco tempo atrás como uma proposta para uma população homogênea, deve encontrar soluções não só para o aumento quantitativo da matrícula, como também, para atender a uma população cada vez mais heterogênea. Num momento, em que a complexidade do mundo faz da educação secundária o setor educacional privilegiado para contribuir na aquisição de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes necessárias para participar plenamente no mundo moderno.

A conferências regionais de Ministros enfatizaram a necessidade de ampliar e melhorar a qualidade e pertinência da educação secundária com a finalidade de aumentar os níveis de formação da população no seu conjunto. Trata-se de uma educação secundária que possibilite à sociedade alcançar maiores níveis de produtividade e que ofereça à população oportunidades de acesso equitativo ao bem estar econômico, cultural e a participação política.

Neste contexto, a UNESCO estabelece a necessidade de repensar a educação secundária, com a finalidade de transforma-la numa possibilidade real e eficiente para todos. A UNESCO propõe a diversidade dos sistemas educacionais e o reconhecimento de todos os tipos de formação. Deste modo, no marco da educação ao longo de toda a vida, este setor educacional permitirá o acesso a todos os jovens e adultos as mais variadas ofertas de formação.

A educação secundária deverá estabelecer uma maior articulação entre a educação geral e a profissional, com o objetivo de preparar os jovens e adultos para estudos superiores, para o mundo do trabalho e para a cidadania responsável.

Conseqüentemente, a UNESCO estimula a renovação de estruturas, conteúdos e metodologias, enfatizando a aplicação de modalidades de aprendizagem flexíveis com a finalidade de chegar a um número maior de alunos e responder a suas diferentes necessidades tornando viável o princípio de igualdade de oportunidades e equidade. Da mesma maneira, neste processo de renovação estimula as estratégias nacionais que promovem uma maior participação das organizações de professores, associação de empregados, grupos de pais e alunos.

A UNESCO também insiste na necessidade de enriquecer as propostas de educação secundária, explicitando a globalização crescente dos fenômenos, a necessidade de uma compreensão intercultural e a utilização da ciência para o

serviço do desenvolvimento sustentável. Este enriquecimento significa enfatizar a aquisição de valores e atitudes favoráveis à cidadania dentro de uma sociedade multicultural.

Ações

- Elaboração e desenho de orientações e estratégias para o desenvolvimento de políticas educacionais: participação na preparação do programa de melhoria da educação secundária -projeto de investimento BID-, no Estado do Paraná, Brasil. Aportes ao processo de reforma da educação secundária do Brasil - a nível ministerial - através de Seminários, documento diagnóstico e modelos de simulação sobre o financiamento desta etapa educacional. A UNESCO e PNUD cooperam com o Ministério da Educação e o Banco Mundial na preparação do projeto com abordagem descentralizada e participativa para ampliar e melhorar a educação em Colômbia. Preparação do documento Papel Estratégico da Educação Média para o Bem Estar e Equidade, em colaboração com CEPAL, apresentado na PROMEDLAC VI, Jamaica, 1996 numa mesa redonda sobre a problemática da educação secundária, com a finalidade de debater o tema na reunião de Ministros da região.
- Coleta, difusão e intercâmbio de informação relevante para a tomada de decisões e desenvolvimento de experiências em educação secundária. Destacam em particular a análise comparativa das reformas que estão sendo desenvolvidas em alguns dos países da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Costa Rica). Apresentação desta análise em seminários nacionais e regionais. Este material será ampliado durante o ano de 1998 e será a base para publicação que apresentará o estado atual da educação secundária na região. Destaca-se também a publicação do Boletim Nº 42 do Projeto Principal sobre Educação Secundária, no qual estão presentes todas as exposições apresentadas sobre este tema na mesa redonda realizada em Jamaica.
- Na promoção do debate e da reflexão em vista à toma de consciência sobre a importância e urgência do tema, destacam-se a realização de um seminário regional sobre a problemática da educação secundária, com a participação da maioria dos países da região e com expositores de diferentes países e convidados, em Chile 1996 e diversos seminários de caráter nacional e subregionais nos quais a UNESCO debateu vários aspectos do tema durante 1997. A Oficina Regional participou e promoveu reuniões de formação de professores para educação secundária.
- Junto às ações realizadas, as crescentes demandas dos países e o papel que desempenha este nível no desenvolvimento e equidade é evidente a importância do tema na região. Por este motivo, é conveniente estender o Projeto Principal para a Educação Secundária, o que permitiria centralizar a

atenção das políticas educativas dos próximos anos nesta etapa da escolaridade, assim como alcançar os consensos e compromisso regional necessários para conseguir a transformação desejada.

2.3 Educação Científica

Já faz mais de um século que foi dito que para integrar-se plenamente na sociedade é preciso saber ler e escrever. Porém, nas sociedades cada vez mais globalizadas, com a ciência e tecnologia impregnando todos os aspectos da vida cotidiana, é importante reconhecer a necessidade de outros saberes para que os cidadãos e cidadãs possam participar plenamente em sociedades democráticas, tomando suas próprias decisões. Em torno a este pensamento, definiu-se o objetivo do Programa 2000+, iniciado como aplicação das recomendações da Conferencia Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990) e da Cúpula da Terra (Rio de Janeiro, 1992). Este programa tem por finalidade:

- Impulsionar programas educacionais (formais e não formais) para que as pessoas possam satisfazer suas necessidades básicas e participar de maneira produtiva numa sociedade cada vez mais tecnológica.
- Definir claramente as maneiras de fomentar a educação científica-tecnológica para todos.
- Incentivar a formação de formadores no campo da educação científica e tecnológica.
- Elaborar uma ampla gama de projetos destinados a melhoria da qualidade de vida e a produtividade na sociedade.

O princípio geral é fomentar a educação para o futuro e o desenvolvimento humano tornando pertinente e acessível a ciência e a tecnologia. Promover uma aprendizagem eficiente para todos e desmascarar a idéia de que a educação científica tecnológica está destinada somente para alguns.

Neste marco, a UNESCO tem desenvolvido uma importante ação no âmbito mundial, junto com organizações não governamentais para melhorar a formação dos formadores, diversificar as ofertas da educação científica fora do âmbito estritamente escolar, enriquecer os bancos de dados sobre inovações científicas e tecnológicas, utilizar novas tecnologia no ensino da ciência e constituir grupos nacionais de trabalho para educação científica incentivando uma maior participação das meninas e mulheres nos programas científicos escolares. Em 1996, a UNESCO realizou um seminário internacional sobre educação científica e tecnológica com o objetivo uma cidadania responsável.

Na América Latina e no Caribe, os Ministros da Educação reunidos em Kingston, Jamaica (1996), recomendaram “completar as aprendizagens anteriores com o

desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica fundamental, desde a educação e com estabelecimento de objetivos transversais no processo educacional, desenvolvendo a capacidade de conhecer a si mesmo, relacionar-se solidariamente com os demais e interagir respeitando o entorno natural e cultural”.

Seguindo as recomendações de PROMEDLAC VI e dentro do marco do programa de educação científica e tecnológica para todos, desenvolveu-se ações com o objetivo de reconceituar o ensino das ciências para contribuir à formação de gerações solidárias, éticas e que reflitam estes valores na vida cotidiana com ingrediente indispensável para a democracia o desenvolvimento e a paz. Entendendo que o conhecimento científico deve ser democratizado, a UNESCO tem assumido como estratégia de mudanças curriculares a formação de professores e a elaboração de materiais didáticos e materiais de difusão e divulgação científica, assim como a promoção do intercâmbio de docentes, informação e experiências.

Ações

Apoio às equipes técnicas dos Ministérios da Educação que tem incidência no desenho curricular na área de ciências naturais, através da apresentação do documento “Un currículo científico para los estudiantes de 11-14 años”, UNESCO-OEI; foram realizados dois seminários subregionais, com a participação de todos os países da América do Sul.

- Consulta a especialistas para análise da situação do ensino das ciências naturais na América Latina, participaram Chile, Equador, Espanha, México, Uruguai e Venezuela (Equador, 1993).
- Consulta a especialistas sobre o documento “Un currículo científico para los Estudiantes de 11-14 años”, UNESCO-OEI; participaram especialistas da Argentina, Colômbia, Espanha, México (Montevideu, Uruguai, 1996).
- Assessoria ao desenho de novos currículos para ciências naturais nos níveis básicos e médio a pedido dos Ministérios da Educação de Bolívia e Peru.
- Distribuição e difusão do documento “Un currículo científico para los Estudiantes de 11-14 años”, em seminários regionais e nacionais, eventos organizados pelas associações de professores de ciência de vários países da região.
- Dois seminários para a promoção, desenvolvimento e seguimento de experiências inovadoras na área de ensino das ciências naturais na educação obrigatória (Chile e Uruguai, com a participação da Argentina, Chile, Colômbia, Panamá e Uruguai).
- Participação em seminários, congressos e eventos organizados por universidades, instituições de formação de docentes e associações de

professores das ciências naturais ou associações para o avanço da ciência, realizado em vários países da região (Argentina, Bolívia, Colômbia, Panamá, Uruguai e Venezuela).

- Oficina internacional de preparação de recursos humanos para a elaboração de materiais facilitadores de aprendizagem e a utilização de novas tecnologia no ensino das ciências naturais, em colaboração com ICASE, Clube de Ciência Alberto Einstein, UNESCO-Paris e UNESCO-Montevideu (Mar del Plata, Argentina).
- Assessoramento na formação de professores para a educação básica e secundária, tanto na formação inicial e serviço; promover as capacidades de pesquisa no ensino das ciências naturais e da matemática (Bolívia, Panamá e Uruguai).
- Seminário sobre o ensino das ciências organizado pelo escritório da UNESCO de La Paz, junto à Secretaria Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Cochabamba, 1996).
- Promoção do trabalho de docentes em grupos de pesquisa e inovação, com a finalidade de analisar os diferentes aspectos da concepção da Educação Científica de qualidade para todos (Uruguai).
- Fortalecimento de capacidades de pesquisa no ensino das ciências naturais, Matemática e da tecnologia, em universidades e instituições de formação de docentes (Bolívia e Panamá).
- Incentivo da colaboração com outras agências concretizando projetos conjuntos. Um exemplo eficaz de cooperação está sendo realizado com a OEI, que está permitindo somar esforços entre dois organismos internacionais e também facilitando a colaboração entre profissionais ibero-americanos dos dois lados do Atlântico. Está contribuindo para o conhecimento das problemáticas educacionais e enriquecendo as diferentes propostas.
- Trabalho conjunto com a universidade de Alcalá de Henares para a formação de professores de ciências em universidades de vários países da região (Argentina, Bolívia, Chile, Cuba e Equador).
- Participação de instituições da Argentina, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, R. Dominicana, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, na UNESCO International Network for information in Science and Technology Education.

2.4 Educação técnica e vocacional

A articulação da educação e trabalho é uma das idéias força subscritas pela UNESCO. Entretanto, este vínculo é complexo, pois requer de coordenação que vai mais além do setor educacional. Ao mesmo tempo e como produto das rápidas mudanças tecnológicas em quase todos os países observa-se a procura de novos modelos que permitam adaptar a educação de jovens e adultos às novas demandas do mundo do trabalho.

Neste contexto a UNESCO tem promovido a educação técnica como uma modalidade da educação secundária; a formação profissional para jovens e adultos, especialmente de setores sociais mais vulneráveis; articulação entre a educação técnica e profissional; e o vínculo educação- trabalho como elemento articulador de todos os níveis e modalidade educacionais.

Os dois últimos pontos, requerem estruturas cada vez mais flexíveis do sistema educacional, contemplando a existência de pontes que permitam comunicar as diferentes opções e que respeitem as necessidades e inquietudes da juventude e as dinâmicas do mercado de trabalho. Os programas de ensino atuais destacam a polivalência, interconexão da educação e as empresas produtivas, a formação empresarial e a educação ao longo de toda a vida.

Ações

Em 1992 a UNESCO iniciou um novo Projeto Internacional de Ensino Técnico e Profissional, UNEVOC. Este projeto está destinado a criar relações de trabalho mais eficazes entre a UNESCO e outras agências especializadas das Nações Unidas, organismos regionais, organizações não governamentais, fontes de financiamento públicas e privadas e empresas privadas. A finalidade do projeto é criar uma rede de interconexão entre os planejadores educacionais, as instituições de educação técnica e profissional, as instituições de formação de docentes, os professores, as escolas e os estudantes de todo o mundo. Pretende contribuir a reduzir as disparidades que existem entre as diferentes regiões, sub-regiões e mesmo no interior dos países. UNEVOC representa uma nova forma de mobilizar a sociedade civil.

Como parte da ação da UNESCO para propiciar a reorientação da educação técnica-profissional na América Latina e Caribe, realizou-se as seguintes ações:

- Auspicio financeiro e técnico para diversas instituições com a finalidade de possibilitar a reorientação da educação técnica e profissional na região.
- Estudos sobre políticas e legislação para educação técnica e profissional e estudos de casos sobre o papel desta em diferentes países da região (Argentina, Colômbia, Costa Rica, Chile e México). Baseado nos estudos de caso realizou-se um estudo regional comparativo sobre a situação da

educação técnica e profissional e suas perspectivas frente às mudanças e às novas relações entre a educação e sistema produtivo.

- Distribuição do boletim trimestral de UNEVOC e outros materiais sobre experiências em educação técnica e profissional.
- Cooperação técnica e administrativa para o desenvolvimento do Projeto de investimento na melhoria da educação técnica BID-UTU Uruguai. Elaboração do projeto de um desenho de política de formação profissional financiado pela PNUD e executado pela UNESCO. Argentina, 1997.
- Participação em diferentes seminários para a difusão do Projeto UNEVOC, para análise da situação da educação técnica e vocacional na região e de metodologias de desenvolvimento curricular. Presença na mesa redonda internacional sobre a formação e capacitação de docentes.
- Outras ações de importância foram a participação nos seminários sobre Educação e Trabalho frente aos desafios do Século XXI, organizado pela Rede Latino-americana de Educação e Trabalho (Argentina, 1994); sobre Educação para o mundo do trabalho e a luta contra a pobreza, organizado pelo Instituto Internacional de Planejamento da UNESCO, Instituto Nacional de Educação Tecnológica da Argentina e a Rede Latino-americana de Educação e Trabalho (Argentina, 1995); no seminário correspondente ao projeto Desenho de uma política de uma formação profissional financiado pelo PNUD e executado pela UNESCO, Educação para o trabalho (Argentina, 1997) e o Seminário Internacional sobre o ensino técnico e profissional a serviço do desenvolvimento rural (Paris, 1996).

Cooperação com outras agências e instituições

A UNESCO trabalha em cooperação com outras agências das Nações Unidas, com organizações governamentais, não governamentais e com agências financeiras. Em particular, UNESCO trabalha em estreita colaboração com OIT, FAO e ONUDI.

2.5 Educação superior

No campo da Educação superior, a população estudantil experimentou um grande aumento, ao passar de aproximadamente 6 milhões, em 1985, para 8 milhões em 1994. Na região existem cerca de 4.750 instituições educacionais superiores, das que perto de 750 são universidades e concentram aproximadamente 70% da matrícula. As demais instituições oferecem geralmente, carreiras de curta duração e estão em grande medida especializadas em algumas áreas de conhecimento. O predomínio do setor privado nos dois tipos de instituições torna-se cada vez mais visível. Entretanto, a população estudantil de terceiro grau representa uma porcentagem relativamente reduzida para o grupo de idade correspondente (17.7%). Nos países desenvolvidos é superior ao 40%.

Enquanto os países desenvolvidos registram 20 mil estudantes de nível superior para cada 100 mil habitantes, América Latina não chega a 2 mil. A evolução da matrícula por setores revela que a antiga importância das profissões de direito e medicina diminuíram, incrementando-se as carreiras correspondentes a administração, comércio, economia, educação, engenharia, tecnologia, incluindo informática. Seguindo uma tendência internacional, mais da metade dos estudantes concentram-se em carreiras vinculadas ao setor de serviços da economia. Por outro lado, o sistema universitário Latino Americano está cada vez mais contraído estabelecendo claras diferenças entre seus formandos quanto ao acesso ao mundo do trabalho e o prestígio social, em estreita dependência com a qualidade e reputação das instituições. Na educação superior mundial os países gastam uma média de 3.070 dólares por estudante. Na América Latina o gasto é menor que em qualquer outra região do mundo.

Ações

Diante da problemática da educação superior na região, a UNESCO apresentou 3 tipos de respostas, que traduziram-se em processos de cooperação internacional, iniciado-se de maneira simultânea e interrelacionada em 1991. O primeiro processo foi de reflexão, acordo e mobilização que originou a organização de reuniões regionais. O segundo foi de ação, concretizado através do projeto UNITWIN que prevê a promoção de associação de instituições de educação superior para alcançar uma transferência mais fluida de conhecimento no âmbito mundial. O terceiro processo, de difusão, serviu de suporte aos anteriores, materializando em publicações de diversa índole os resultados das atividades de reflexão e ação.

O programa UNITWIN oferece apoio à criação e desenvolvimento de centros de excelência, de cátedras e redes cooperativas. Vem sendo realizado através de duas modalidades: as cátedras de formação e pesquisa e as redes cooperativas para o desenvolvimento de programas e projetos. Atualmente, já foram criados e apoiados ao redor de 260 projetos de cátedras e redes, sendo que um número significativo destes foram realizados na América Latina e o Caribe, com cobertura em todos os campos de conhecimento e quase todos os países da região.

Como parte do processo de reflexão, organizaram-se 3 reuniões regionais, na América Latina e o Caribe (1991), na África (1992) e Europa (1992) realizaram-se consultas em vários países da região da Ásia, Pacífico e do Mundo Árabe. O objetivo destas reuniões e consultas era propiciar um intercâmbio de idéias, conhecimentos e experiências em torno aos problemas e tendências da educação superior e seu novo papel na emergente sociedade globalizada, no alvorecer do século XXI.

Os processos descritos contribuíram na elaboração de uma nova formulação do desenvolvimento da educação superior, orientada para atingir o objetivo a ser alcançado pela comunidade acadêmica: a transformação da educação superior para tornar-se em fator ativo no contexto e processo de globalização.

- A UNESCO concebeu um programa de conferências sobre educação superior, a ser efetuado em todas as regiões do mundo, mais estruturado que o processo de reflexão e orientado para a formulação de propostas e estratégias concretas para a transformação. As declarações, informes e planos de ação emanados destas conferências deverão constituir no insumo básico para a Conferência Mundial sobre Educação Superior que se realizará em Paris em 1998.

- A Conferência Regional da América Latina e o Caribe titulada como “Políticas e estratégias para a transformação da educação superior na América Latina e Caribe” realizada em Havana, de 18 ao 22 de novembro de 1996, foi organizada por CRESALC, as Unidades de Ciências Sociais e Humanas e Informação e Informática do escritório da UNESCO em Venezuela, a Divisão da Educação Superior da UNESCO e o Ministério da Educação Superior de Cuba. Estiveram presente ao redor de 750 participantes, entre professores, pesquisadores, autoridades e diretores de instituições da educação superior, bem como especialistas e diretores de organizações não-governamentais de educação superior, altos funcionários de governo de vários países da região e organismos internacionais. Quase todos os países da região estavam representados e seus resultados estão escritos em dois livros que foram divulgados para toda a região da América Latina e o Caribe.

- Os resultados do processo na reflexão em América Latina e no Caribe, foram difundidos através de um livro publicado por CRESALC, em 1992. Os pontos importantes da reflexão a nível mundial, publicaram-se em 1995, no documento oficial da UNESCO titulado Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior. Este documento integra de forma sintética as contribuições de todas as reuniões e consultas regionais e foi difundido para todo o mundo. Na América Latina e Caribe divulgou-se amplamente através dos meios de comunicação, mais especialmente através de 12 reuniões organizadas em 10 países dentro e fora da região, nas quais participaram 808 pessoas. A medida que transcorreram estas reuniões fortaleceu-se a idéia de organizar uma Conferência Regional sobre Educação Superior, porém orientada mais para ação que para reflexão, já que não havia sido esta a característica das anteriores.

- Como seguimento das conclusões e recomendações da Conferência, o CRESALC, com a cooperação das unidades setoriais do Escritório da UNESCO em Venezuela, dedicou-se à elaborar um Plano de Ação, que deverá constituir o marco de referência básica para a transformação da educação superior e instrumento de efeito mobilizador, demonstrativo e significativo. O Plano está sendo estruturado em 5 áreas de trabalho intimamente relacionadas, cujas temáticas correspondem às da comissão de trabalho da Conferência Regional sobre Educação Superior. Iniciou-se um processo de consulta na região através de reuniões e comunicações para as

instituições de educação superior e as autoridades educacionais em cada país. Em abril de 1997 realizou-se uma primeira consulta com as organizações não governamentais do campo da educação superior. Em janeiro de 1998, realiza-se uma segunda consulta com especialistas das instituições de educação superior e representantes dos governos em vários países da região. Após esta segunda consulta procederá a elaboração do Plano com o objetivo de apresentá-lo como insumo para a elaboração de um Plano Mundial para a educação superior, no marco da Conferência Mundial sobre Educação Superior, que se realizará em Paris, outubro 1998.

- Ademais destas atividades acordadas, o CRESALC tem promovido a realização de um conjunto de projetos mobilizadores, significativos e demonstrativos para fortalecer o Plano de Ação. Tais projetos aproveitarão as iniciativas e infra-estrutura de gestão já existentes e produzirão resultados a curto prazo que estimularão ações de alcance mais estratégico, a médio e longo prazo.
- Para promover o debate realizaram-se múltiplos eventos em toda a região, tanto de caráter nacional como subregional, que permitiram a discussão dos diferentes aspectos do tema.
- Um fato significativo quanto à resposta da UNESCO às exigências do desenvolvimento da região neste campo, foi a transformação do Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (CRESALC), num instituto internacional. Esta decisão foi tomada na 29 Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris entre outubro e novembro de 1997, através da resolução DR 125, atendendo às recomendações da Conferência Regional sobre Políticas e Estratégias para a Transformação da Educação Superior na América Latina e Caribe.

RELAÇÃO DAS CÁTEDRAS UNESCO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

SEDE	SETOR	ÁREA TEMÁTICA	INST. COORDENADORA
ARG	Ciências SC/EST	Cooperação Universidade/Indústria	Centro de Estudos Avançados (B. Aires)
ARG/ AUGM	Ciências SC/ ECO	Ecologia e Meio Ambiente	Universidade de la Plata - LISEA
BRA UNA MAZ (8 países da Amazônia)	ED/HEP CRESALC EDP	Associação de Universidades Amazônicas UNAMAZ (Ambiente, Educação, Cultura, População, Saúde, Informação, Ciência e Tecnologia).	Secretaria Executiva-Universidade Federal do Pará, Belém, BRA SIAMAZ-Sist. Informação Am. EISA- Avaliação Impacto des Saúde e População Amazônica

SEDE	SETOR	ÁREA TEMÁTICA	INST. COORDENADORA
BRA	SC/ECO	Meio Ambiente	NUMA/Universidade Federal do Pará, Belém, BRA
BRA GRUPO SANTAN	SC/EST	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Universidade Luterana do Brasil (Porto Alegre) - Brasil Universidade de León, Espanha
BRA	SHS/SRP/ HH	Desenvolvimento Sustentável	Universidade Federal do Rio de Janeiro
BRA	SC/ECO	Cátedra Cousteau em Ecotécnicas no marco de NOE	Universidade de São Paulo - BRA
BRA	ED/HEP/TE	Ciência da Educação	Universidade Federal de Mato Grosso
BRA	SHS/SRP/ HH	Desenvolvimento Sustentável	Universidade Federal do Paraná, Curitiba, BRA
BRA AUGM	ED/HEP	Política Comparada e Integração com LAC	Instituto Latino americano de Estudos Avançados (ILEA), Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BRA
BRA	ED/HEP CRESALC	Rede de Integração Curricular e Mobilidade Acadêmica (RIMA)	Fundação MEMORIAL da A.L. Parlamento Latino americano
COL (8 pa'ses)	CLT/BCR	Rede de Cooperação Interuniversitária em Direito do Autor	CERLALC, Bogotá, COL
COL	ED/HEP CRESALC	Educação Superior	Universidade de los Andes, COL
COL	CII/COM	Comunicação Social	Universidade Javeriana, COL
COL	SHS/HRS	Democracia e Direitos Humanos	Instituto para o Desenvolvimento da Democracia Luis Carlos Galán, Bogotá, COL
COL	SHS/HRS	Cátedra Itinerante sobre Ética e Valores	Universidade de La Sabana, COL
COL	SHS/IDS	Rede de Antropologia-Estudos Afro-americanos	Pontifícia Universidade Javeriana
CUB	ED/HEP CRESALC	Gestão da Educação Superior	Centro de Estudos para o Aperfeiçoamento da De. Sup. CEPES-Univ. de Havana
CUB	CLT/CH	Patrimônio Cultural	Centro Nacional de Conservação. Restauração e Museologia (CENCREM), Havana

SEDE	SETOR	ÁREA TEMÁTICA	INST. COORDENADORA
CUB	ED/HEP	Capacitação de Docentes - Ciência da Educação	Instituto Pedagógica Latino americano e Caribe (IPLAC), Havana
CHI	SC/ECO ORCYT	Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ciências Marítimas e Oceanográficas)	Universidade de Concepción, CH
CHI	SC/EST	Avaliação em Engenharia	Universidade de Santiago, CHI
CHI	PHE	Cátedra em Filosofia	Universidade de Chile, CHI
GUI	SC/ECO	Utilização Sustentável dos Recursos dos Bosques Tropicais	Universidade de Guiana, Georgetown, GUY
JAM	SHS	Ciências Sociais	Universidade de West Indies, St. Augustin, JAM
MEX	SHS/HRS	Direitos Humanos	Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)
MEX	ED/HEP	Integração e Universidade	Centro de Investigação e Serviços Educativos (CISE), Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM)
MEX	CII/PGI	Centro de Produção de Discos Compactos e Novas Tecnologias de Informação	Universidade de Colima, MEX
TRI&TOB	SHS	Ciências Sociais	Universidade de West Indies, St. Augustin
URU ESPANHA	CH/COM	Comunicação e Desenvolvimento	Faculdade de Comunicação Social, Universidade Católica do Uruguai, Universidade Complutense de Madri
VEN	SHS/HR CRESALC	Cátedra Itinerante sobre Direitos Humanos	Conselho Nacional de Universidades (CNU), através da Fundação de Direitos Humanos
VEN	ED/HEP COLUMBUS CRE	Contribuição da Educação Superior as atividades de I&D na América Latina	Centro de Estudos das Ciências do Instituto Venezuelano de Investigação Científica (IVIC)
VEN	URSHLAC CRESALC CPP	Cultura da Paz	Fundação Planeta Livre, Universidade Central de Venezuela e Venezuela em Positivo
VEN	CRESALC ED/HEP	Rede de Inovação em Educação Superior a Distância (RIESA)	Instituto de Investigações Educativas da Universidade Nacional Aberta (UNA)

**PROGRAMA UNITWIN E CÁTEDRAS UNESCO
(ESPANHA / AMÉRICA LATINA E CARIBE)**

SEDE	SETOR	ÁREA TEMÁTICA	INST. COORDENADORA
ESP/BOL	SC/ECO	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Universidade das Palmas, Grã Canária e Uni. Maior San Simón, Cochabamba (BOL)
ESP/BRA	SC/ECO	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Universidade de Granada (ESP.), Universidade Federal do Pará (BR.)
ESP/BRA	CLT	Cultura Luso-brasileira	Universidade de Santiago de Compostela
ESP/URO	CII/COM	Comunicação para o desenvolvimento	Universidade Complutense de Madri (ESP.) e Universidade Católica do Uruguai
ESP/BRA/ COL	CLT/ACL	Estudos Afro-ibero-americanos	Universidade de Alcalá de Henares Universidade de São Paulo (BR.) Pontifícia Universidade Javeriana (COL.)
Grupo de Santander- ARG/BRA/ CHI	SHS/IDS	Direção de Empresas e Administração Internacional de Empresas	Universidade de Valladolid (ESP.) Universidade de Palermo (ARG) Universidade Fed. Fluminense (BR.) Universidade de Viña del Mar (CHI)
ESP/ALFA/ ARG/BRA/ COL/CHI/ NIC	ED/HEP	Rede de Universidades Europeias e Latino-americanas de Formação de Recursos Humanos (Áreas: Direito, Economia e Administração de Empresas, Saúde e Família, Psicopedagogia, Sociologia)	Universidade de Deusto, Bilbao (ESP.) Pontifícia Universidade Javeriana (COL.) Universidade de Salvador (ARG) Universidade Católica Pernambuco, Recife (BR.) Universidade Centro-americana (NIC) ILADES, Santiago (CHI)
AUGM/URU	ED/HEP	Novas Técnicas de Ensino e Inovação Pedagógica	Universidade da República do Uruguai

2.6 Necessidades educativas especiais

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca (1994), significou uma oportunidade internacional para dar continuidade aos princípios impulsionados na Conferência Mundial de Jomtien, centralizando a atenção nas necessidades educativas daquelas crianças, que por diferentes motivos, apresentam dificuldades nos processos de aprendizagem. O princípio mestre desta Conferência é que as escolas devem acolher a todas as crianças da comunidade independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais, como uma via fundamental para assegurar-lhes a igualdade de oportunidades e a plena participação nos diferentes âmbitos da sociedade. Para que isto seja possível, é necessário provocar mudanças substanciais no sistema educacional e o esforço conjunto dos pais, professores e comunidade. O desenvolvimento de escolas integradoras é um passo decisivo para conseguir a mudança de atitudes discriminatórias e o desenvolvimento de uma sociedade que acolha, respeite e valorize a diversidade.

A educação integradora deve formar parte de uma estratégia global cuja meta seja alcançar uma educação de qualidade para todos. A educação especial não pode avançar isolada, mas deve fazer parte das políticas gerais de educação e vincular-se estreitamente com todos os níveis e áreas do sistema educacional.

Na região da América Latina e o Caribe está sendo realizado, durante a última década, esforço cada vez maior para impulsionar a integração de crianças com necessidades educativas especiais. Uma das recomendações da VII Reunião de Ministros de Educação da América Latina e o Caribe, (Kingston 1996), alude a necessidade de fortalecer as condições e estratégias que favoreçam o desenvolvimento de escolas integradoras.

Ações

- Promover a reflexão e o debate público sobre as necessidades educativas especiais e a integração educacional, para definir orientações, políticas e estratégias de âmbito nacional e regional. No âmbito mundial realizaram-se diferentes atividades: Consulta Internacional sobre Educação Especial (1988); Seminário Regional sobre Política, Planejamento e Organização de Educação para Crianças com necessidades especiais (África, Estados Árabes, Ásia, Europa do Leste e América Latina, 1992-1993); Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994); Consulta Internacional de necessidades educativas especiais e primeira infância (1997). Dentro da região cabe assinalar as seguintes atividades:
 - Seminário regional sobre políticas, planejamento e organização de educação integrada para alunos com necessidades educativas especiais, organizado pela UNESCO em Caracas, Venezuela, 1992.

Os objetivos deste seminário estão pautados pelo compromisso da UNESCO de executar as recomendações da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e, em consequência, orientar os países na tomada de decisões.

- Reunião Regional sobre Perspectivas da Educação Especial nos países da América Latina e o Caribe, organizada pela UNESCO, em Viña del Mar, Chile - 1996, teve finalidade realizar um seguimento do marco de ação proposta na Conferência Mundial de Salamanca, participaram 19 países.
- Assistência técnica e apoio a Ministérios da Educação na formulação de políticas, normativas e elaboração de Planos Nacionais de Educação Especial e Integração. Foram realizadas ações nos seguintes países: Equador (1990 e 1995); Peru (1991); Paraguai (1995); Bolívia (1997); Secretaria Departamental do Vale do Cauca, Colômbia (1997). No contexto do Programa de Participação em 1996-1997 foram coordenadas diferentes consultorias na República Dominicana orientadas para o desenvolvimento das políticas de integração no contexto da Reforma Educacional.
- Promover mudanças de atitudes e fortalecer a capacidade técnica dos diferentes agentes educacionais. Esta ação está sendo realizada através da organização de seminários, cursos, oficinas e de participação em Congressos e Jornadas organizadas pelas diferentes Associações, Organismos e Instituições.
- Revalidação, divulgação e seguimento do projeto da UNESCO de Formação de Docentes "Necessidades Especiais na Aula", cuja finalidade é ajudar os professores a enriquecer sua teoria e prática para que possam atender às necessidades educativas de todos os alunos e, de maneira especial, aqueles que têm dificuldade de aprendizagem. Este projeto está sendo desenvolvido em todas as regiões do Mundo. Na América Latina e no Caribe foram realizadas as seguintes ações:
 - Aplicação experimental do material no Chile, Bolívia, Equador e Peru com a finalidade de verificar sua pertinência em diferentes contextos culturais (1990-1991).
 - Desde 1992 até o presente momento, o escritório da UNESCO/Santiago tem divulgado o projeto através de oficinas regionais, sub-regionais e nacionais em 24 países (Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, Dominica, Granada, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Louis, Saint

Vincent, Suriname, Trinidad, Uruguai e Venezuela), com participação total de 550 profissionais do âmbito de educação regular e especial. A estratégia consiste em formar facilitadores que multipliquem a formação recebida nos seus respectivos países.

- O seguimento realizado mostra que o projeto tem servido de base para a realização de atividades de formação inicial e em serviço e para a realização de projetos de integração. No Paraguai está sendo utilizado o material para formação de todas as escolas envolvidas no processo de Reforma.
- Seminários-oficina sobre temas chaves para o desenvolvimento de escolas integradoras: Projeto Educacional, adaptações curriculares, evolução e modelos de apoio. Foram realizadas atividades nos seguintes países: Paraguai (1995), Peru (1996), Equador (1997), Bolívia (1997), Chile (1997), Colômbia (1997).
- Organização de um seminário oficina dirigidos a representantes de carreiras docentes de Educação Básica, Inicial e Especial, de diferentes Centros de Educação Superior no Chile, com a finalidade de analisar as mudanças curriculares e institucionais necessárias para favorecer o processo de integração escolar (1997). Foi organizado junto com o Centro de Aperfeiçoamento, Experimentação e Inovação Pedagógica do Chile (CPEIP).
- Assistência técnica às universidades para o desenho de Planos de Estudos e programas de pós-graduação em relação com às necessidades educativas especiais e a integração escolar: Faculdade de Educação Elementar e Especial da Universidade de Cuyo (1997), Argentina; Universidade Católica de Temuco, Chile (1997).
- Seguindo as recomendações da Conferência Mundial de Salamanca foram promovidos projetos locais de integração de caráter demonstrativo, com a finalidade de produzir efeito multiplicador, tanto no âmbito nacional como no âmbito regional, com a assistência técnica da UNESCO/Santiago. Estão sendo desenvolvidos os seguintes projetos:
- Projeto de integração de crianças especiais na escola regular em Peru, Bolívia e Equador, com financiamento de DANIDA. A primeira fase deste projeto desenvolveu-se em Peru de 1993 a 1995. A segunda fase foi estendido para Bolívia e Equador com uma duração de 3 anos (1996-1999).
- No contexto do Projeto Mundial “Escolas Integradoras e Programas de Apoio à Comunidade”, iniciou-se 3 projetos em Nicarágua, Paraguai e República Dominicana, financiados por Dinamarca, Noruega e Suécia. Estes projetos têm duração de 2 anos.

- A UNESCO tem promovido na região programas de Reabilitação com Base nas Comunidades (RBC) com a finalidade de facilitar a plena participação e igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. O projeto “Passos de Esperança” que está sendo realizado em Guiana desde 1986, abrange atualmente cinco regiões do país e está começando a expandir-se para outros países do Caribe.
- Recopilação, divulgação e intercâmbio de informação relacionada com as necessidades educativas especiais. A UNESCO elaborou e difundiu diferentes estudos e documentos: Série de guias para a educação de crianças e jovens com deficiências específicas; Estudos sobre a situação da educação especial (1988, 1995); Estudo da legislação relacionada com a educação especial (1996); Compilação de estudos sobre programas com sucesso em Reabilitação com Base na Comunidade e Integração Escolar (1994); Relatos de experiências de integração na primeira infância (1997); Monográfico da Revista Perspectivas sobre necessidades educativas especiais (1995).

O escritório da UNESCO/Santiago tem editado diferentes publicações: “A integração de crianças deficientes na escola comum” (1991). Série de Vídeos “Aprender Juntos” (1993); “Necessidades especiais na classe. Formação de Docentes no âmbito da educação especial” (1995); A Integração de alunos com necessidades educativas especiais. Situação Atual e Perspectivas na América Latina e Caribe (1996).

2.7 Educação para Todos no Grupo dos Países mais Povoados do Planeta (E-9)

Brasil e México países membros do Grupo dos 9 países mais povoados do mundo, estão incorporados ativamente ao trabalho conjunto e, graças a seus patamares comparativos mais altos em matéria de educação, tem partilhado suas ricas experiências com outros países membros, especialmente no que diz respeito a programas inovadores e eficientes de Educação para Todos.

Ambos países participaram na Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos nove países mais povoados, que se realizou em Nova Deli, em 1993 cuja declaração final estabelece o objetivo de prover a educação básica a todos os seus cidadãos até o ano 2000.

Ações

Participação dos dois países na primeira reunião ministerial de revisão dos acordos da Reunião (Bali, 1995); Brasil enfatizou os ganhos na matéria de cobertura, de localização de recursos para as zonas mais pobres e merendas escolares para 34 milhões de crianças como mecanismo para reter as crianças no sistema escolar e México destacou o aumento de 29% na matrícula de educação

gratuita. Participação na segunda revisão ministerial (Islamabd, 1997) destacando o tema da mobilização política e social para a educação básica.

Participação em diversos estudos: “Assistência técnica na Educação para Todos no Grupo dos 9”; tal estudo mostrou que o Brasil receberia empréstimos e *grants* em mais de US\$ 969.2 milhões entre 1995 e 2000 enquanto México receberia US\$ 1,21 bilhões entre 1992 e 2000. Participação dos dois países em diferentes estudos comparativos. Por exemplo, o Brasil participou em um estudo relacionado com a formação de professores em serviço e outro no ensino da leitura, escrita e aritmética nas três primeiras séries, enquanto México fez um estudo de inovações na capacidade dos professores e pesquisa-ação na formação de conceitos e atitudes na educação pré-escolar e primária.

2.8 O papel da UNESCO na formação docentes na América Latina e Caribe

Desde sua criação, a UNESCO tem reforçado, o importante papel dos professores no processo educacional e tem contribuído para o melhoria das condições na prática do ensino. Em particular no marco da convocatória da UNESCO se promulgaram duas recomendações mundiais que promovem e defendem a profissão docente: Recomendação relativa a situação do pessoal docente, (1996, UNESCO/OIT) e Recomendação Nº 69 aos Ministérios da Educação relativa a situação do pessoal docente, Conferência Mundial de Educação 1975.

As estratégias de formação docente articulam-se com as políticas de formação docente e está dirigida para os educadores: primeira infância, alfabetizadores, professores, pessoal diretivo e de supervisão. Almeja-se a integração da formação inicial com a formação contínua e a formação em diferentes modalidades presenciais e à distância; utilizando tecnologia de informação e multimídia; para modalidades formais e não-formais. A UNESCO propõe a integração da pesquisa nos programas de formação, o apoio da formação através da criação de cátedras UNESCO em ciências da educação e a preparação de materiais para os docentes e suas organizações.

O fato de que a Conferência Mundial de Educação de 1996, organizada pela UNESCO (45ª reunião), tenha sido dedicada ao tema da profissão docente e o papel do professor, expressa a importância que ocupa o tema na agenda da organização. A Conferência reconhece que as condições e situações de vida dos docentes não correspondem com o significado e importância da sua tarefa e recomenda incentivar a participação ativa dos docentes e suas organizações nas mudanças educacionais, “todas as formas de apoio” aos professores, para aqueles que recebem a tarefa central como construtores da paz e democracia.

No informe Delors, que constitui outro marco de referência para a formação docente, afirma-se que os professores devem contribuir na recuperação pelo “gosto de aprender”; a formação contínua e o diálogo permanente com as

organizações de docentes são os mecanismos especiais para fortalecer a tarefa dos professores. O informe Delors enfatiza também a importância de promover os coletivos de professores e os espaços de trabalho compartilhado e de encontro.

As recomendações do PROMEDLAC no final da década dos 80 (PROMEDLAC 1987 e PROMEDLAC 1989) propõem que devem ser melhoradas as condições de trabalho dos docentes junto com estimular sua participação na formação dos Planos Nacionais de Ação no PPE, em particular a participação dos professores e estudantes dos centros de formação inicial e dos sindicatos de docentes. Postulam, também, promover a formação de professores através do trabalho conjunto entre as instituições de pesquisa educacional e os centros de formação, a realização de pesquisas nas quais participam os educadores e a formação dos professores para áreas rurais, urbano-marginais e bi-culturais, assim como, a formação de planejadores, administradores e supervisores dos níveis centrais, intermediários e locais.

Nos anos 90, iniciam-se na maioria dos países processos de articulação entre a formação inicial e a formação contínua; além do mais, foi elevado o nível da formação docente inicial e encontram-se em processo de transformação e/ou reconhecimento, as instituições de formação docente inicial. Todas estas mudanças coexistem com condições deficientes de trabalho e de remuneração para os professores, assim como uma escassa participação nos processos da Reforma.

Na medida que avança a década observa-se nas estratégias propostas pela UNESCO no marco do PPE, um interesse crescente pela formação dos formadores, direcionada para a autonomia e a flexibilidade curricular, por um professor capaz de educar para a paz e democracia. As estratégias articulam-se em torno da categoria de profissionalização da ação educacional; enfatiza-se também a articulação da formação inicial com a contínua, o intercâmbio de inovações neste tema, as oficinas de formação docente, com metodologia de reflexão desde a prática, a formação em serviço na própria escola, a constituição de docentes organizados como coletivo para sua própria formação.

Ações

- O PPE organiza sua ação através de um sistema de redes operativas; uma delas é o PICPEMCE (Programa de Inovação e Mudança na preparação de educadores para melhorar a qualidade de educação), criado em 1985. Os objetivos iniciais da rede PICPEMCE foram: estimular às inovações de centros de formação de educadores; promover e facilitar o intercâmbio de experiências e promover mecanismos de cooperação horizontal no que diz respeito a modalidades de formação e inovações; apoiar os projetos de inovação de centros especializados na formação de educadores e promover o efeito multiplicador das experiências.

- Durante a década dos 80, as ações da Rede PICPEMCE orientaram-se na criação de um espaço regional de intercâmbio e debate no campo da formação docente com especial referência aos professores da educação básica. Destacam-se nesta etapa um conjunto de reuniões nacionais, sub-regionais e regionais sobre os subsistemas de formação docente, assim como oficinas de formação de educadores. Um marco importante nesta década foi o Seminário Regional sobre Inovações nas instituições formadoras de docentes para os níveis primário e básico (Quito, março 1988), organizado em conjunto pela UNESCO, OEA, OEI e Convênio Andrés Bello, participaram 19 países. Baseado nos informes nacionais, apresentados pelos participantes, foi possível no Seminário elaborar um estado da situação docente e vislumbrar caminhos para o futuro. Outro acontecimento que se destaca nesta década foi a aplicação de um questionário nos países da região, em colaboração com a OIT, para atualizar a informação associada com a Recomendação de 1966, relacionada à condição do pessoal docente, colocando especial atenção às condições de formação e trabalho dos professores rurais.
- A rede PICPEMCE tem expandido desde sua criação, dando lugar a uma rede regional de redes nacionais organizadas em cada país em torno de uma ou mais instituições locais. Em 1985, ano de sua criação participavam 11 países, em 1998 registram-se todos os países da região. Participam na rede as direções de formação docente ou as de educação superior dos Ministérios da Educação, todas as Universidades Pedagógicas, e alguns centros nacionais de formação, tais como ISE (Instituto Superior de Educação), Paraguai, Pontifícia Universidade Católica de Peru e Escola Normal Superior de Sucre, Bolívia (desde 1997, a rede PICPEMCE conta com a participação de 33 instituições de formação).
- Na década dos 90, a rede PICPEMCE tem seu eixo na formação docente inicial dos professores para a educação básica. As ações em torno da formação docente inicial para a educação básica organizaram-se em um Projeto de médio prazo (1994-1999), o Projeto FIDEB (Formação inicial dos docentes de educação básica), que conta com o apoio do Governo da Espanha.
- Desenvolvem-se na região ações de formação docente inicial referentes a áreas específicas: pesquisa e prática pedagógica, ensino da língua, necessidades especiais, educação ambiental, educação em bairros marginais e ensino das ciências e educação para a diversidade. Dado que o ensino da língua materna é um tema importante na qualidade da educação, trabalhou-se com formadores de docentes para transformar os currículos e a formação de formadores em didática da língua materna. Também foram criadas redes nacionais e uma rede sub-regional para trabalhar este tema realizando seminários, publicações e reuniões técnicas.

- São constituídas sub-redes ou circuitos de formação ao interior da rede PICPEMCE, organizadas em torno a um princípio comum; a transformação curricular dos centros de formação inicial sendo desenvolvidas 4 linhas de ação: promoção do debate através de seminários e consultas a especialistas, no âmbito regional; formação de formadores, através de oficinas nos centros de formação inicial; estudos sobre a formação docente inicial; intercâmbio documental. Estas linhas de trabalho são somadas ao apoio e a presença do Escritório da UNESCO em seminários e reuniões nacionais, sobre a formação de docente e/ou sua relação com a pesquisa e a prática pedagógica organizadas pelas universidades, ministérios da educação e os sindicatos de professores.

Os marcos mais importantes na década de 90, no interior da rede ICPEMCE, são:

- As reuniões técnicas regionais de 1995 (UNESCO/OREALC, Santiago, janeiro de 1995; UNESCO/OREALC e UPEL, Caracas, novembro de 1995; OEI e UNESCO/OREALC, julho de 1995) e a consulta a especialistas em 1997 (UNESCO/Santiago, Santiago, dezembro de 1997).
- Reuniões para organizar as redes nacionais das instituições e profissões que formam professores para a educação básica (Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai).
- Durante 1996-97 realizaram-se oficinas de formação de formadores de centros de formação inicial (universidades, institutos superior, escolas normais superiores) e oficinas para professores em serviço da educação básica e secundária, em vários países da região, em algum destes em colaboração com organizações de professores (Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Peru).
- O estudo regional de diagnóstico sobre a dimensão institucional da formação docente inicial, contou com a participação de 17 países. Os resultados deste estudo confirmam as conclusões saídas do seminário regional PICPEMCE de 1988, e ao mesmo tempo, especificam esta informação: comprova-se o aumento na formação docente inicial no sentido da transferência, maioritariamente, das instituições de formação inicial, para o nível de educação superior, bem como, uma extensão da escolaridade de formação inicial; e surgem também, nos países circuitos diferenciados de formação inicial; como um exemplo, coexistem no mesmo país escolas normais de nível secundário com universidades ou universidades com institutos superiores e/ou universidades com diferenças significativas de qualidade.
- Os tele-seminários, em cooperação com ATEI (Associação de Televisão Educativo Ibero-americana), sistema de foros concebidos como espaços de formação a nível de pós-graduação para os professores das universidades participantes em torno a temas como a qualidade da educação, educação

ambiental, educação para a paz (entre 1995 e 1997). O tele-seminário de 1997 foi parte das atividades de seguimento da reunião de Ministros da Educação em Kingston, 1996.

Ao término da década observa-se que a UNESCO contribuiu a situar o tema da formação docente na agenda dos países; e a desenvolver novos modelos de formação e treinamento.

2.9 Laboratório Latino-americano de Avaliação de Qualidade da Educação

Desde o começo, a UNESCO concebeu diferentes mecanismos para ajudar aos Estados Membros a elaborar, melhorar e renovar os diferentes aspectos dos seus sistemas educacionais. Melhorar a qualidade da educação é um dos desafios que os Ministros da Educação da região propuseram-se desde a origem do Projeto Principal de Educação. Em PROMEDLAC VI (Kingston, Jamaica 1996) recomendam “a avaliação e medição da qualidade para assumir responsabilidades pelos resultados”. Sugerem aplicar critérios e procedimentos que permitam avaliar os resultados e os processos que realizam os alunos para desenvolver os diferentes tipos de competência. Destacam “Agora que a orientação dos sistemas educacionais encontram-se num processo de transição desde a expansão quantitativa para a qualidade da educação, sendo necessário criar indicadores qualitativos para complementar os quantitativos na avaliação de qualidade. A UNESCO –com e entre os países– propus elaborar indicadores relevantes sob a qualidade da educação na região.

O Laboratório é a Rede de Sistemas de Medição e Avaliação da Qualidade da Educação na América Latina e no Caribe e foi criado em 1994. Participam 18 países ou 18 sistemas de medição e avaliação.

Suas principais linhas de ação são:

- a realização de estudos internacionais sobre níveis de qualidade e fatores, podendo ser comparativos e/ou temáticos. Em 1998 será conhecido o estudo que analisa os ganhos e as variáveis que afetam aos alunos da terceira e quarta série do ensino básico nos países membros
- a geração de parâmetros regionais e o estabelecimento de sistemas de informação e divulgação dos avanços;
- estimular um programa de pesquisas sobre as variáveis associadas à qualidade da educação básica, e
- fortalecer a capacidade dos Ministérios da Educação na área de avaliação, através o aporte de formação, da assistência técnica e banco de informação especializada.

Ações

Em 1989 e 1993, a UNESCO realizou uma pesquisa em 7 países (Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, República Dominicana e Venezuela), para avaliar um conjunto de fatores que afetavam os avanços da aprendizagem. Esta pesquisa serviu de preâmbulo ao Laboratório de Medição e Avaliação da qualidade de educação.

Atualmente, realiza-se um importante Estudo Internacional sobre a Linguagem e as Matemáticas nos 18 países da Rede dos quais, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela, já foram aplicados os instrumentos. A amostragem compõe-se de pelo menos 4.000 estudantes da 3ª e 4ª série da escola primária, em 100 escolas de cada país. O universo total estima-se no mínimo de 52.100 alunos, 50% para cada série e 1.300 escolas.

Os resultados deste estudo contribuirão na definição de políticas educacionais já que estão baseados nos currículos nacionais e propõem-se produzir informação sobre que aprender, quanto aprender, quando ocorre a aprendizagem e quais são os fatores que lhe afetam. O propósito é gerar informação pertinente à política, relevante aos conteúdos e que explique o rendimento acadêmico.

A Rede do Laboratório realiza reuniões de trabalho periódicas para estabelecer a coordenação e interação permanente com os países e entre os países, facilitando a consolidação de uma "cultura avaliativa relevante" na região. Realizaram-se 4 reuniões de coordenação: Caracas, Venezuela (1995); Fortaleza, Brasil (1996); Buenos Aires, Argentina (março de 1997) e Brasília, Brasil (maio de 1997).

Foram realizados 3 cursos regionais de formação de recursos humanos para os sistemas de avaliação.

3.

A EDUCAÇÃO COMO DEVER DE TODOS

3.1 Consensos nacionais

Na IV Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América e o Caribe (Guatemala, 1989), estabeleceram-se 3 grandes eixos de transformação educacional com a perspectiva de sair da crise econômica na qual se encontravam os países da região.

Um destes era “Gerar grandes consensos nacionais em torno aos objetivos do PPE para mobilizar todos os recursos humanos e disponíveis na sociedade durante prazos prolongados”.

Ações

Entre 1989, e até a presente data, realizaram-se numerosas reuniões nacionais, com o apoio da UNESCO, para gerar este consenso nacional em vários países da região (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Panamá, Paraguai, Peru, entre outros).

Neste marco, destaca-se a reunião realizada no Equador, em 1993, onde a UNESCO colaborou com a UNICEF e com o Banco Mundial na definição de uma política a longo prazo; apoiou-se a elaboração de uma consulta nacional que foi sistematizada no “Acordo nacional da educação para o século XXI”, sendo aprovado por instituições educacionais, religiosas, políticas e sindicais, constituindo-se este Acordo numa importante ferramenta política para as atividades educacionais do país a médio e longo prazo.

O Parlamento Latino americano, PARLATINO e a UNESCO, prepararam um Plano para o Desenvolvimento e a Integração da América Latina, concebido em 1995, com o objetivo de mobilizar a todos os países e instituições da região, para avançar no desenvolvimento integral dos cidadãos latino americanos e na maior integração dos países, através da educação. Este desenvolvimento integral enfatiza os valores éticos de cidadania e a integração é considerada como uma aproximação dos povos da região e como elemento importante para o desenvolvimento.

O plano tem 2 componentes, um de pesquisa para conhecer melhor os conceitos e atitudes que existam no setor educacional, em relação a outros países e a integração. Promoverá o estudo destes conceitos e atitudes nos estudantes, docentes, currículos e materiais educativos, principalmente no ensino e nos textos de história.

O outro componente refere-se a introdução no ensino de conceitos e atitudes positivas para com os demais países e a integração da América Latina, através de currículos relacionados a este tema, da sensibilização de professores e estudantes e da produção de materiais para as escolas, entre outras iniciativas.

O Parlamento Latino americano aprovou o Plano e os Ministros da Educação da América Latina e do Caribe lhe deram apoio na reunião de Kingston (1996). Foram realizado 2 amplos estudos, um para cada componente e o marco teórico do Plano e foi desenhada a primeira fase de atividades. Todos os Parlamentos nacionais foram convidados a promover ações, solicitando aos poderes executivos a implementação do Plano. Começaram-se também gestões para conseguir apoio financeiro na sua execução.

3.2 Educação comunitária com perspectivas a uma educação para todos, especialmente para meninas e mulheres

O marco de referência da ação da UNESCO na educação das meninas e mulheres continua sendo as recomendações e o Plano de Ação da Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a consecução dos objetivos da Plataforma de Ação de Beijing, no marco do Plano de Médio Prazo no âmbito de todos os sistemas para o avanço da mulher (1996-2001).

Ações

- Participação nas conferências regionais organizadas pela CEPAL, para favorecer a integração das mulheres no desenvolvimento econômico e social nos países da América Latina e Caribe.
- Participação nas Conferências de Primeiras Damas onde o melhora da condição da mulher e uma constante.
- Apoio aos governos da região com assessorias permanentes ou auspício de atividades relacionadas com a promoção da mulher, como o caso particular do Chile.
- Em julho de 1993, a UNESCO com a colaboração do Ministério da Educação da Argentina, organizou em Buenos Aires, uma reunião regional sobre "A igualdade de oportunidades para as mulheres: um desafio para a educação Latino americana", participaram representantes de ministérios de 7 países da região, 3 países europeus, Estados Unidos e 4 agências das Nações Unidas.
- Em 1994, especialistas da UNESCO e da CEPAL, prepararam o documento de trabalho sobre a educação de mulheres na região, que foi apresentado em Mar del Plata (Argentina) em setembro de 1994, na Conferência Regional Preparatória para a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, China 1995).

Trata-se do documento (DDR/6) para a IV Conferência Regional sobre Integração da Mulher ao Desenvolvimento Econômico e Social, "Hacia una estrategia educativa para las mujeres de la América Latina y Caribe", publicado por CEPAL, Santiago do Chile, julho de 1994.

3.3 Educação para os pais

O reconhecimento da repetência e da evasão como principais expressões do fracasso escolar regional e uma das motivações centrais para iniciar-se um novo ciclo educacional, demandam que seja dado um particular valor aos ambientes próximos de aprendizagem e socialização, fornecidos fundamentalmente pelo ambiente cultural da família e pelo ambiente escolar para que as crianças e adolescentes consigam alcançar destrezas cognitivas básicas.

Entretanto, os resultados das últimas avaliações, realizadas pela UNESCO na região, assinalam que o domínio das áreas da linguagem e das matemáticas depende mais do ambiente familiar e social do que o é ensinado nas escolas.

Si queremos realmente melhorar as oportunidades das crianças em situação de risco social, procede iniciar uma grande ação para transformar as condições culturais que determinam o fracasso escolar. Demanda-se valorizar especialmente o trabalho com os pais e considerar outros elementos que possibilitem um ambiente favorável à mudança educacional.

No marco das atuais reformas educacionais, assim como nos projetos escolares que estão sendo realizados nos países da região, está sendo solicitada uma maior participação dos pais na gestão escolar (Colômbia, El Salvador e outros). Por isso convém apoiar programas destinados à educação dos pais, as destrezas adquiridas e utilizadas ao longo de suas vidas podem ser o ponto de partida de suas próprias aprendizagens.

- A UNESCO, está decidida a promover a educação de pais principalmente em setores populares da região, com o propósito de melhorar a prontidão escolar das crianças, sua auto estima e prepara-los para sua participação na gestão escolar. Em 1993, o Convênio Andrés Bello e a UNESCO lançou um Concurso de projetos educacionais para as mulheres com a finalidade de melhorar a educação de seus filhos. Os resultados de este Concurso foram publicados em 1995.
- Em 1997, no marco do projeto para elaboração de materiais de auto aprendizagem, a UNESCO publicou um Manual titulado “Os pais, primeiros educadores de seus filhos”, com a finalidade de facilitar a capacitação de jovens e adultos, tanto nas relações de casal, quanto em seu papel de primeiros educadores de seus filhos.

Colaboração com outras agencias e instituições

Na região da América Latina e do Caribe existem experiências valiosas educacionais com os pais para apoiar à família no papel de educação e socialização de crianças pequenas. Em 1995, a UNESCO –em colaboração com a UNICEF– identificou alguns dos principais programas de educação de pais na região, elaborando uma matriz preliminar de análise deste tipo de experiências e recopilando documentação própria a estes programas.

Baseada nesta colaboração, a UNESCO elaborou um Projeto Regional para a participação dos pais na gestão educacional e no desenvolvimento educacional e educação de seus filhos, será lançado pronto.

4. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO PARA A PAZ, A TOLERÂNCIA E A DEMOCRACIA

A UNESCO declara que o maior desafio traçado para o mundo neste fim de século é a transição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz.

Entendendo por cultura para a paz “o conjunto de valores, atitudes e condutas que permeiam e suscitam interações e intercâmbios sociais baseados nos princípios da liberdade, justiça, democracia, tolerância e solidariedade; que repudiam a violência e procuram prevenir os conflitos tratando de solucioná-los na raiz; solucionando-os através do diálogo e da negociação; e que garantam a todas as pessoas o pleno exercício de seus direitos, como também proporcionem os meios para participar plenamente no desenvolvimento endógeno de suas sociedades”. (Atas da 28ª reunião da Conferência Geral 1995).

Em 1995, considerou-se que a transição para uma cultura da paz era a expressão contemporânea do mandato designado à UNESCO por sua Constituição, na qual se declara que a paz não pode estar fundada exclusivamente em acordos políticos e econômicos entre governos, mas que deve erigir-se nas mentes dos homens e das mulheres. (Preâmbulo da Constituição da UNESCO).

Na região da América Latina e o Caribe, o projeto transdisciplinário da UNESCO “Para uma cultura para a Paz”, cumpre-se através de várias ações:

- A Educação para uma Cultura para a Paz;
- Os Direitos Humanos para uma Cultura para a Paz;
- A Cultura para a Paz nos países de Pós-guerra.

4.1 Educação para uma cultura para a paz

Desde o começo, a UNESCO considerou como seu objetivo fundamental erigir os baluartes da paz nas mentes dos homens e mulheres, utilizando a educação como meio privilegiado para isto. Um dos principais objetivos da UNESCO é a promoção da educação para todos, que supõe o acesso universal à educação e o fomento do entendimento, da tolerância e da amizade entre as nações, etnias e grupos religiosos. Somente desta maneira poderá reforçar a segurança da humanidade em todos os planos e estabelecer uma cultura para a paz.

Ações

- Em abril 1994, a UNESCO e OEI organizaram em Santiago do Chile, uma Reunião Regional de Especialistas da América Latina sobre “Educação e perspectiva da educação para a compreensão internacional”, com representantes de Ministérios de Educação de 6 países da região, seus aportes foram de suma importância na 44 Conferência Internacional de Ministros de Educação realizada em Genebra sobre o mesmo tema.
- Em setembro 1994, a Comissão Internacional de Educação da UNESCO para o Século XXI, presidida por Jacques Delors, realizou sua 5ª reunião em Santiago do Chile, com personalidades do mundo da educação e da cultura de 7 países da região, que analisaram o tema “Educação e Cidadania”. Estes aportes foram sistematizados no Informe da Comissão e publicados com o título “A educação encerra um tesouro”.

Plano de escolas associadas da UNESCO

Desde a criação da UNESCO existe um Plano de Ação Integrado sobre a educação para a paz, direitos humanos e democracia que incorpora uma perspectiva global e para toda a vida estes 3 elementos indispensáveis para uma cultura da paz.

Este Plano de Ação Integrado realiza-se dentro do marco do Plano de Escolas Associadas da UNESCO. Em junho 1997, contava com 4.220 instituições educacionais de todos os níveis em 137 países. Atualmente, 900 escolas em 27 países da região, além de Estados Unidos e Canadá, estão participando na rede eletrônica “UNESCO ASPnet”. O principal objetivo da rede é conduzir projetos pilotos para reforçar as dimensões humanas, culturais e internacionais da educação, desde o nível pré-escolar até a formação docente e facilitar o intercâmbio de experiências a nível internacional.

O Escritório Regional da UNESCO no Chile, colabora com o Plano de Escolas Associadas através da capacitação de diretores e docentes das Escolas Associadas e através da produção e divulgação de boletins, publicações e cartazes de interesse das escolas.

Ações

- Em abril 1989, aconteceu o Primeiro Congresso Regional de Escolas Associadas da UNESCO em Cartagena (Colômbia), reuniram-se 9 países da região.
- Em 1994, realizou-se o primeiro seminário sub-regional sobre Experiências nas Escolas Associadas em Matéria de Ensino de Direitos Humanos, em Puerto Cabello, Venezuela. Este seminário foi organizado no marco do

- 40º Aniversário das Escolas Associadas e a continuação foi realizada uma Oficina para a Produção de Manuais sobre o Ensino de Direitos Humanos.
- Em janeiro 1995, o Escritório Regional da UNESCO participou no Primeiro Seminário Regional de Escolas Associadas da UNESCO em Dakar (Senegal) para fortalecer o Plano de Escolas Associadas no âmbito mundial.
 - Entre os dias 2 e 6 de Dezembro 1996, organizou-se no Escritório da UNESCO em Santiago (Chile), a 2ª Oficina Internacional para o Desenvolvimento e Extensão do Programa de Escolas Associadas da UNESCO. Participaram neste seminário Coordenadores Nacionais Destacados do Plano de Escolas Associadas da África, América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, Estados Árabes e Europa, assim como coordenadores regionais da UNESCO. Na região foram selecionadas as Coordenadoras Nacionais de Costa Rica e Venezuela.
 - Em 1995, o Escritório da UNESCO, a Comissão Nacional Chilena da UNESCO e a ONG Chilena “Ideas”, produziram um cartaz com “La carta por la Tolerancia y No Discriminación”, sendo distribuída aos coordenadores nacionais das Escolas Associadas da UNESCO para todos os países da região.
 - Em maio 1997, a UNESCO assinou, junto com outras agências das Nações Unidas, um protocolo para os Direitos dos Jovens, proposto pelo Instituto Nacional da Juventude do Chile, foi enviado a todos os Coordenadores Nacionais participantes do Plano de Escolas Associadas da UNESCO na região, para que reflexionassem sobre os direitos dos jovens no marco do 50º Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos.
 - No Brasil, este protocolo foi examinado durante o Segundo Encontro Nacional de Escolas Associadas realizado em agosto 1997.
 - Em 1994, lançou-se o Projeto do Mar Caribe, com cobertura para 7 países do Caribe, incluindo Cuba e Venezuela. Na segunda fase inclui-se a Colômbia, Costa Rica e Haiti, entre outros. Espera lançar uma 3ª fase com os demais países que são banhados pelo Mar Caribe.
 - Em 1995, Ano Internacional da Tolerância, o Escritório da UNESCO em Santiago, apoiou numerosos programas de formação de docentes de Escolas Associadas em Argentina e Chile, com o Método de Aproximação Crítica, que promove uma metodologia participativa baseada na discussão sobre as mensagens dos meios de comunicação social.
 - Em fevereiro 1995, junto com a Fundação Roberto Noble –principal acionista do Diário Clarín da Argentina– a UNESCO organizou em Buenos Aires uma oficina para os professores de Escolas Associadas. Nesta oportunidade, o

Clarín se comprometeu a incluir suplementos no periódico com temas relacionados com a paz e a tolerância.

- Em setembro de 1995, a UNESCO apresentou o Método de Aproximação Crítica no Quinto Encontro Internacional sobre O Jornal na Escola, realizado em Buenos Aires e organizado pela Sociedade Interamericana da Imprensa, SIP.
- Em abril de 1995, o Governo do Chile e o Escritório Regional da UNESCO, assinaram uma carta de acordo sobre a incorporação deste método em 15 escolas públicas ao longo do país. Foram treinados 200 professores na aplicação deste método.
- Neste mesmo ano, a UNESCO apoiou a organização de um Concurso sobre o poeta e escritor cubano “José Martí” realizado em conjunto com as Escolas Associadas da Argentina e Cuba e financiou as viagens dos vencedores Argentinos à Cuba.
- Em outubro de 1995, Costa Rica participou no Projeto de Festivais Sub-regionais de Crianças para a Cultura para a Paz no âmbito mundial. Como resultado deste Projeto, elaborou-se um kit chamado “Jogo para a Paz”, que consistia em uma mochila com materiais educativos sobre o tema. Atualmente se está experimentando o uso deste kit em diferentes países.
- Em 1996, o Escritório da UNESCO organizou em sua sede uma Mesa Redonda sobre “Educação para Paz”, por motivo da visita do Lama Gangchen Rimpoche no Chile. Participaram nesta mesa redonda duas Diretoras de Escolas Associadas do Chile.
- Em setembro de 1997, no marco do Seminário Internacional sobre a Cooperação organizada pela Agência Chilena de Cooperação, a UNESCO organizou –junto com o Instituto para a Cultura da Criança e do Adolescente da Universidade Bolivariana do Chile– um Concurso de Desenhos Infantis sobre a Cooperação, participaram crianças de 3 Escolas Associadas Chilenas.
- Atualmente, Granada e Guatemala, participam em um projeto interregional de educação de artesãos profissionais. Argentina, Brasil, Cuba, Equador, México e Jamaica estão participando no Projeto de Educação para Jovens sobre o Patrimônio Mundial. Elaborou-se um kit sobre a temática que será distribuído mundialmente em 1998.
- Durante todo este período tem havido reuniões nacionais de Escolas Associadas em quase todos os países da região. Algumas delas foram beneficiadas pelo apoio do Escritório Regional da UNESCO. Como é o caso de 2 reuniões realizadas no Brasil (Rio de Janeiro, 1996 e São Paulo, 1997);

uma reunião nacional em Bolívia (Tarija, 1997) e 2 reuniões nacionais em Chile (Viña del Mar, 1994 e Santiago, 1997).

- Entre os dias 20 e 25 de setembro, 1997 realizou-se em Tarija, Bolívia uma semana de atividades sobre o tema “Integração para uma Cultura da Paz”. Foi organizada pelo Escritório da UNESCO em Bolívia –em colaboração com o Escritório da UNESCO em Santiago, Instituto Internacional da Integração do Convênio Andrés Bello e a participação das Escolas Associadas nas fronteiras da Argentina e Bolívia– que propuseram projetos conjuntos na área de meio ambiente, tecnologia apropriada e integração familiar.

Colaboração com outras agência e instituições

- Entre 1993 e 1994, UNESCO e PNUD apoiaram a elaboração de projetos sobre educação e cultura para todos para a integração, a paz e o desenvolvimento no âmbito nacional e sub-regional para América Central. A preparação foi desenvolvida no marco da coordenação educacional e cultural da América Central (CECC).

Outros pontos na educação para a paz

- O Escritório Internacional de Educação (Genebra), lançou uma pesquisa transcultural chamada: Que educação, para que cidadania?, em 34 países nos quais 8 eram da América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua e Trinidad e Tobago). Os resultados da entrevista, foram publicados no boletim de Informação do BIE “Innovación” (número 82 e 90), permitiram desenvolvimentos importantes relacionados tanto ao conhecimento sobre a cidadania como conhecimentos sobre a pedagogia para a educação cidadã. Os resultados da entrevista foram integrados a um “Manual de referência genérico para o desenvolvimento de programas de informação e educação no campo da cidadania”, a versão espanhola está sendo preparada.
- No marco do Ano Internacional da Tolerância elaboraram-se as memórias da Conferência sobre Tolerância e Comunicação Social, que foi realizado 15 de abril 1996 em Montevideu, Uruguai, organizada em conjunto com o Ministério de Relações Exteriores, UNESCO, Instituto Afro Latino Americano e a Iniciativa para o Desenvolvimento Norte-Sul.
- O Escritório da UNESCO, em Montevideu, preparou um kit multemeio chamado “Construímos a paz, aprendemos a tolerância e a viver harmoniosamente com nosso meio ambiente”. Preparou a tradução e elaboração de uma série de cartazes sobre o tema da tolerância com recursos financeiros privados. Estes cartazes foram entregues ao Conselho de Educação Primária para ser distribuídos em todas as escolas públicas do Uruguai.

- Dia Internacional da Tolerância, 15 de novembro 1996, o Escritório da UNESCO de Montevideu, junto com a fundação Carlos Milles para a Tolerância e o Conselho da Educação Primária do Uruguai, organizou um Concurso sobre a Tolerância, nas escolas primárias do Uruguai.
- Em maio de 1996, no marco da Sexta Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação, para América Latina e Caribe e a Sétima Reunião de Ministros da Educação da América Latina e Caribe, realizada em Kingston (Jamaica) do 13 ao 17 de maio de 1996, a UNESCO, em colaboração com ATEI (Rede de Televisão Espanhola), realizou uma tele-conferência sobre o tema “Educação para a Paz”.
- Tanto na reunião sobre Educação para uma Cultura da Paz, ocorrida em setembro 1996, no Rio de Janeiro, como na Conferência Latino Americana sobre História e Cultura da Paz, ocorrida em Cartagena (Colômbia), no mesmo ano, decidiu-se que se revisarão os manuais educativos na América Latina, em colaboração com os compiladores e editores de manuais de história com a participação do Governo de Colômbia, Pacto Andino e da Comissão Andrés Bello.
- A cultura da paz é fomentada também pela rede universitária LINGUAPAX, em colaboração com a Cátedra UNESCO de lingüística em Mons (Bélgica). Um dos projetos mais importantes é a preparação de um Atlas Lingüístico Mundial. Neste marco está iniciando-se um novo programa sobre educação bilingüe na América Central. Espera-se estender este projeto a outros países da região, através de cursos de formação e capacitação, para divulgar as guias práticas de LINGUAPAX .

4.2 Os direitos humanos para uma cultura para a paz

Os princípios básicos educacionais para a paz e os direitos humanos foram sendo estabelecidos em determinados instrumentos normativos nos quais é importante citar; a Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacional e a Educação Relativa aos Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais (Paris, 1974); o Plano de Ações para o Decênio das Nações Unidas para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos, 1995-2004 (Paris, 1995).

Costa Rica e Uruguai pertencem ao Comitê Consultivo para a Educação para a Paz, os Direitos Humanos, a Democracia e a Compreensão Internacional e a Tolerância.

A UNESCO solicitou aos Estados Membros informação sobre o seguimento das recomendações da Sexta Consulta dos Estados Membros sobre a Implementação da Convenção e Recomendação contra a Discriminação em Educação. Para logo depois preparar um documento consolidando as respostas recebidas.

Ações

- A Educação dos Direitos Humanos no Istmo América Central (UNESCO/DANIDA, 510/RLA/10) 1993-1996. De caráter sub-regional, o objetivo deste projeto é apoiar aos 6 países do Istmo América Central no fortalecimento e incorporação da educação em direitos humanos nos programas formais e não formais de educação, contribuindo assim a criar uma consciência coletiva e individual na sub-região.
- Ações principais: programas radiofônicos, cursos sobre direitos da mulher, populações indígenas e meninas; oficinas para o uso dos pacotes radiofônicos, em cada país, tanto com as ONGs como nas Escolas Associadas da UNESCO, reuniões em cada país com as emissoras.
- Em 1995 publicaram-se resultados dos textos ganhadores no Primeiro Concurso Nacional Para Unidades Didáticas em Direitos Humanos, co-patrocinado pela UNESCO e Corporação Nacional de Reparação e Reconciliação do Chile. O livro chama-se “Unidade dos Direitos Humanos para a Dignidade do Indivíduo”.
- Em 1995, publicou-se “Valores em Educação. Resumos Analíticos e Monotemáticos Nº 6”. Este livro foi co-patrocinado pela REDUC e a UNESCO.
- No Encontro Internacional de Rádio, organizado em Santiago (Chile), nos dias 5 a 9 de outubro 1997, distribuíram-se mais de 500 exemplares do boletim titulado “O Direito Humano para a Paz”, tendo boa aceitação. Na stand da UNESCO neste Encontro também distribuíram-se vídeos e publicações sobre os Projetos da Paz em El Salvador, Costa Rica e Guatemala.
- No plano universitário, as Cátedras UNESCO da paz, direitos humanos e democracia, estão promovendo um sistema integrado de pesquisa, formação e informação e fomentando a cooperação sub-regional e regional. Existem Cátedras em mais de 25 países em todas as regiões, bem como uma rede regional na América Latina e no Caribe, e em Nicarágua publica-se uma revista trimestral “Cultura para a Paz” da Universidade Politécnica. Em março 1997 reuniram-se 50 institutos de direitos humanos e Cátedras da UNESCO para formular propostas sobre as atividades que se desenvolverão na celebração do 50º aniversário da Declaração de Direitos Humanos.
- Existem numerosas Cátedras da UNESCO na região sobre estes temas. Coordenadas pelo Conselho Nacional de Universidades de Venezuela, funciona a Cátedra Itinerante sobre Direitos Humanos. Coordenada pela Universidade Central de Venezuela em colaboração com a Fundação Internacional Planeta Libre funciona a Cátedra de Cultura para a Paz.

- Em 1996, em colaboração com a Fundação para o Desenvolvimento da Democracia “Luis Carlos Galán”, a UNESCO criou uma cátedra UNESCO de Democracia e Paz na Colômbia, formando-se uma rede de universidades, com participação de mais de 500 academias e professores de ensino básico.
- O prêmio UNESCO 1996 de Educação para os Direitos Humanos foi outorgado a Jean-Bertrand Aristide, ex-presidente da República de Haiti e o Prêmio UNESCO de Educação para a Paz deste mesmo ano a Chiara Lubich (Itália), fundadora e presidenta do Movimento dos Focolari. No Congresso Internacional “Cidades e Educação para uma Cultura para a Paz”, celebrado em setembro 1996, no Rio de Janeiro, premiou a Sra. Gloria Cuartas Moya, Prefeita da cidade colombiana de Apartado, com o Primeiro Prêmio de Prefeito para a Paz da região da América Latina e o Caribe.
- A paz, tanto internacional como interna, é um direito humano, segundo as recomendações formuladas nas reuniões internacionais de especialistas realizadas em Las Palmas (Espanha), em fevereiro de 1997, que propôs a preparação de uma Declaração sobre este tema. Um Projeto de Declaração foi preparado por especialistas em direitos humanos em Oslo, em junho de 1997, sendo apresentado para ser examinado na Conferência Geral da UNESCO (Outubro 1997).
- Na reunião de editores e redatores da imprensa latino americana que se realizou em Puebla (México), maio 1997, recomendou-se a proclamação de um dia internacional da cultura para a paz. As personalidade que receberam o Prêmio Nobel da Paz tem feito um chamamento as Nações Unidas para que a primeira década do próximo milênio seja proclamado “Decênio para uma cultura da não violência” e que o seu primeiro ano seja declarado “Ano da educação para não violência”. Entre as ações presentes, cabe citar a produção de um folheto - em 6 idiomas e distribuído pela UNESCO - sobre a Declaração e o Plano Integrado de Ação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia”, bem como sua transmissão por INTERNET contendo os instrumentos normativos da UNESCO e das Nações Unidas.
- Entre as publicações mais recentes da UNESCO mencionam-se: um guia sobre “Tolerância, o suporte da paz”, para escolas de nível primário, secundário e a formação docente; Um “Manual para Educação em Direitos Humanos. Níveis Primário e Secundário”; Lista de materiais produzidos pela UNESCO para educação Cívica.

Colaboração com outras agências e instituições

- Em agosto de 1994, o Escritório Regional de UNESCO apresentou um resumo das atividades realizadas pela UNESCO em matéria de Educação para Democracia e os Direitos Humanos, no Segundo Encontro Latino

americano de Experiências de Aprendizagem dos Direitos Humanos realizado em Aguas Calientes, México.

- Em junho 1995, a UNESCO participou no Seminário Internacional sobre Direitos Humanos organizado por Anistia Internacional e o Instituto Interamericano de Direitos Humanos em Caracas (Venezuela).
- Em junho 1996, a UNESCO participou na Quarta Reunião da Comissão Interparlamentária Latino americana de Direitos Humanos, organizada pela UNICEF e o governo do Chile, Concepción (Chile), tratou sobre o tema “A Convenção dos Direitos da Criança e seu Impacto na Legislação e na Sociedade”.
- Em junho 1996, a UNESCO teve importante participação no Primeiro Encontro de Educação Internacional, Integração e Desenvolvimento - organizado pela Universidade do Chile e a UNESCO - constituiu-se um Foro Permanente para a promoção da educação internacional com assessoria da UNESCO.

4.3 A cultura para a paz nos países pós-guerra

A cultura para a paz tem um caráter universal, mas tem especial importância para aqueles que estiveram envolvidos em atividades militares.

Ações

- Após a reunião realizada por Ministros de Defesa e oficiais superiores das instituições militares da América Central em 1996, a UNESCO está assessorando a criação de uma biblioteca para as Forças Armadas e de uma Cátedra de Cultura da Paz para proporcionar aos oficiais do exército uma formação sobre gestão da paz e dos conflitos.
- Na conferência realizada em 1997 em Miami, organizada em conjunto com o Comando Sul dos Estados Unidos e Instituto Interamericano dos Direitos Humanos, o Diretor Geral da UNESCO fez uma intervenção sobre a formação e educação em direitos humanos.
- A UNESCO apoiou também um Programa Sul-Sul no qual os militares desmobilizados prestavam aos seus homólogos uma formação de promotores da paz; nesta atividade participam veteranos das guerras de Guatemala, Nicarágua, Moçambique e Zimbawe.
- A Organização ajuda aos Estados Membros a realizar programas e iniciativas nacionais de cultura para a paz que contribuam à edificação da paz.

- Desenvolve programas em El Salvador, entre outros, onde reúne aos antigos antagonistas para trabalhar juntos no planejamento, realização e avaliação de projetos de desenvolvimento, fazendo que a inimizade converta-se em cooperação.
- Em Abril 1993, a UNESCO e o Ministério de Educação de El Salvador, organizaram um Foro Internacional sobre Educação e Cultura para a Paz, onde surgiu um consenso nacional sobre um programa com o mesmo nome. Neste foro participaram várias organizações da sociedade civil, inclusive representantes do antigo movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional.
- O programa Cultura para a Paz em El Salvador prevê as seguintes áreas principais de trabalho: a cidadania democrática e o desenvolvimento humano; resgate e fomento da identidade nacional da cultura da paz; aprendizagem e vivência de uma cultura para a paz; temas transversais como informação, comunicação social e capacitação de pessoal envolvido no programa.
- A Reforma Educacional lançada em 1993, em El Salvador, está fortemente impregnada de temas relativos à construção de uma cultura para a paz.
- Na área não formal, a UNESCO e governo da Alemanha lançaram em 1995, uma série de programas educativos por rádio, dirigidos para as mulheres pobres de El Salvador. Entre os conteúdos encontra-se os direitos das mulheres; o tema da violência contra as mulheres; a auto estima e apoio às áreas domésticas. Em 1996, estes programas foram transmitidos por 24 estações de rádio, de cobertura nacional e local. O projeto deve terminar em 1998.
- Os acordos de paz assinados em Guatemala em 1996, trazem incorporados uma responsabilidade especial para a UNESCO, a respeito da tarefa de prestar apoio aos sistemas educacionais criados pelos povos indígenas durante os anos de sua expulsão.
- Desde 1994, a UNESCO presta sua cooperação para a formulação de um plano específico de educação para as populações desapropriadas. A UNESCO está apoiando o fortalecimento institucional da Rádio Pax de Zacapa e a elaboração de programas radiofônicos com participação comunitária no marco dos direitos humanos e da cultura para a paz. A UNESCO colabora também com a fundação Rigoberta Menchú na elaboração de um documento do projeto para os povos indígenas de México, Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.
- Em Nicarágua, a UNESCO tem dado apoio na elaboração de um Programa de Cultura para a Paz que contempla educação para todos e cultura para a

paz. Também apoia a Revista Cultura para a Paz, publicada pela Universidade Politécnica de Nicarágua.

- Em Panamá, a UNESCO tem apoiado a criação de uma Cátedra Cultura para a Paz e ações dentro do marco do Ano Internacional da Tolerância, onde foram executadas atividades vinculadas com o desenvolvimento curricular e a vivência dos direitos humanos e tolerância.
- Em Haiti, junto com as autoridades governamentais do país e os organismos das Nações Unidas, tem contribuído a propiciar uma cultura para a paz mediante projetos de radiodifusão comunitária e formação sobre situação de conflitos destinados a jovens e organizações comunitárias.

5.

A EDUCAÇÃO PARA TODOS CONTRIBUI PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Em 1994, a UNESCO lançou um projeto internacional e interdisciplinário que diz respeito à educação e informação sobre a população para desenvolvimento humano e a sustentabilidade, baseado na necessidade de tratar as relações entre a população, o meio ambiente e o desenvolvimento, de maneira integral com a finalidade de alcançar o desenvolvimento que garanta uma melhor qualidade de vida a todas as pessoas.

As ações de Educação para um Desenvolvimento Sustentável procura tornar realidade as recomendações relativas à educação, informação e tomada de consciência aprovada em várias Cúpulas e Conferências mencionadas no início deste documento. Em particular, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992); a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (1994); a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995).

A UNESCO enfrenta os desafios da educação para a construção de um futuro sustentável na região mediante ações específicas em 2 âmbitos: por um lado, a população e o meio ambiente, com estratégia centralizada na formação e treinamento de professores; e por outro lado no campo da população, a saúde reprodutiva e a vida familiar, com estratégia preferencialmente voltada ao apoio às políticas e projetos nacionais, trabalhando com outras agências do sistema, em particular o Fundo da População das Nações Unidas, FNUAP.

As linhas de ação:

- provocar mudanças de valores, comportamentos e estilos de vida necessários para o desenvolvimento sustentável.
- divulgar o conhecimento, as técnicas e habilidades necessárias para criar perfis de produção e consumo sustentáveis e melhorar a gestão dos recursos naturais.
- garantir uma população informada, preparada para respaldar as mudanças para a sustentabilidade emergentes em outros setores.

Ações

- Nos anos 90, com apoio do Fundo de População, FNUAP, desenvolveram-se 13 projetos de caráter nacional de educação em população nos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana. O desenho e a implantação implicou 26 missões de cooperação técnica para formação e avaliação. Realizou-se, também, uma missão de apoio ao desenho do “Plano Verde” para crianças de setores carentes em Uruguai.
- Realização de 15 seminários de caráter regional e sub-regional, com planejadores em educação e responsáveis por decisões de políticas educacionais, bem como seminários de formação docente, sobre educação para um desenvolvimento sustentável. Além de que, realizaram-se os seguintes seminários: “Fatores culturais que afetam o comportamento demográfico e suas implicações para formação e execução de políticas e programas da população”, 1995; Reunião de Diretores de Projetos de Educação em População apoiados pela UNESCO, 1996;
- Implantação de experiências inovadoras para tratar a problemática da população, meio ambiente e desenvolvimento. Em particular, realizaram-se 15 seminários-oficinas em diferentes países da região e 2 experiências em formação inicial de professores (Instituto de Formação de Professores de Sucre, Bolívia e Instituto Pedagógico Monterico de Lima, Peru).
- Realização de seminários sobre temas da população desenvolvimento e meio ambiente, com jornalistas da imprensa oral, escrita e televisiva no Uruguai. Elaboração de materiais didáticos e educativos, como de materiais de difusão e divulgação. Por exemplo, o kit do Programa Hidrológico Internacional “Conociendo la cuenca”; e um folheto para estudantes de escolas secundárias sobre o impacto em zonas costeiras (UNESCO, Montevideu); “Globesight” para tomada de decisões sobre a água para todos os países da região.

- Os projetos nacionais com gestão da UNESCO elaboraram materiais de alcance nacional como currículo de Educação Sexual e Vida Familiar (PESIF) na República Dominicana; materiais e programas de educação sexual em Bolívia, a partir da metodologia de Encontro de Saberes; e Guias de trabalho para que as Administrações Departamentais de Colômbia incentivassem a incorporação dos temas da educação em população nos Projetos Institucionais em estabelecimentos educacionais.
- Foram publicados 28 títulos relacionados com temas de população, desenvolvimento e meio ambiente, destacando-se em particular a produção de uma série realizada com o Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e um número especial do Boletim do Projeto Principal dedicado ao tema de educação sexual em 1997.

Colaboração com outras agências e instituições

- Cooperou-se com Governos Municipais e Locais em atividades de formação e informação de caráter não formal e com organizações governamentais e não governamentais da região. No tema da População trabalhou-se especialmente com o Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) e FUNAP.

Educação preventiva

Na América Latina e Caribe, existe 1.6 milhões de pessoas portadoras do vírus da AIDS. A metade do total das pessoas soro-positivo tem entre 15 a 24 anos, isso significa que uma alta percentagem adquire o vírus durante os anos escolares. Oferecer uma educação preventiva a este grupo etário, dentro e fora do sistema formal, é uma estratégia importante para prever novos contágios. A UNESCO-Santiago, trabalha em projetos educacionais com pessoas aidéticas e também em atividades de promoção para educações preventivas ao nível decisórios.

Ações

- “1º Seminário Oficina Latino Americano sobre Formulação de Políticas e Tomadas de Decisões para potencializar o aporte do Sistema Formal a prevenção da AIDS”, 1997. Seu objetivo foi promover o trabalho intersectorial no campo da prevenção de AIDS e a integração do tema nos currículos nacionais. Participaram mais de 60 pessoas de 17 países e organismos internacionais. Na declaração final, solicitou-se a UNESCO que criara e coordenara uma rede de ação horizontal entre os Ministérios da Educação e oferecera apoio técnico para a implantação/inserção da educação preventiva nos currículos dos países. Como seguimento ao Seminário Oficina está sendo preparado a implantação piloto de educação preventiva em escolas do Brasil, Panamá e República Dominicana.

- Como parte da oficina e com finalidades experimentais elaborou-se um Jogo de Simulação para experimentar os efeitos da educação preventiva no sistema escolar de um país tipo latino americano.
- Em conjunto com a FNUAP organizaram-se oficinas com ONGs e instituições públicas que trabalham na área da VIH/AIDS, no Chile. As oficinas tratam temas como avaliação de impacto, material didático e metodologias inovadoras de planejamento de projetos.

Colaborações com outras agências e instituições

Na temática sobre AIDS, a UNESCO participa dos grupos temáticos nacionais com OPS, PNUD, UNICEF e as Comissões Nacionais contra a AIDS (CONASIDA).

6.

MELHOR E MAIOR INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO

Quando a América Latina e o Caribe viviam a crise econômica e social, os Ministros da Educação, reunidos na III Reunião do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal de Educação (Bogotá, 1987), recomendaram que deveria ser superado o baixo financiamento na educação e se priorizasse a designação de recursos destinados aos serviços educacionais dos setores populares.

Na V Reunião do Comitê Intergovernamental (Quito, 1991) os Ministros da Educação propõem a diversificação das fontes de financiamento do serviço educacional, captando e combinando diferentes fontes: estatais, privadas, não governamentais, comunitárias e de organismos internacionais de cooperação técnica e financeira. Recomendaram, também, a otimização da utilização dos recursos orientando-os prioritariamente para o investimento e inovações educacionais.

Na VI Reunião do Comitê Intergovernamental (Kingston, 1996) os Ministros recomendaram continuar incrementando o orçamento designado para a educação já que este segue insuficiente quando é comparado com o lugar que ocupa a educação no desenvolvimento dos países.

As ações da UNESCO na região têm, como um dos propósitos, aumentar a disponibilidade de recursos para a educação. Para que sejam implementadas reformas educacionais eficazes, é preciso chegar a consensos sociais em cada país sobre o financiamento da educação, tanto com o setor público como privado. Os países da região dedicam em média, 7% do seu PIB para a educação e formação de recursos humanos, deste 4,5% é financiado com recursos públicos.

Ações

- A UNESCO, através da Divisão de Políticas e Planejamento da Educação, preparou em agosto 1988, um documento de trabalho para uma reunião técnica sobre o tema de mobilização de recursos externos para o financiamento da educação, realizada em Buenos Aires nos dias 9 a 11 de Novembro deste mesmo ano, com apoio da Organização de Estados Ibero-americanos e Governo da Argentina.
- Como resultado desta reunião técnica, preparou-se a publicação “El Financiamiento de la Educacion en período de Austeridad Presupuestaria”, –Santiago, Chile 1990– recolhendo as apreciações sobre a situação que se vivia no final da década e as perspectiva de ação, mostrando a variedade de posições, temas e enfoques.
- O estudo “Educación y Conocimiento: Eje de la Transformación Productiva con Equidad”, preparado em conjunto pela CEPAL/UNESCO (Santiago, Chile 1992), estimou o custo e financiamento da estratégia, sugerindo que o esforço deve aumentar 50% para assegurar que o sistema educacional responda às necessidades da sociedade, incluindo uma contribuição média do setor público em 6,5% do PIB.
- Esta proposta foi apresentada pela UNESCO na Sétima Reunião de Ministros da Educação da América Latina e do Caribe (Kingston, Jamaica 1996), como um dos desafios da educação. No documento preparado pela UNESCO “Educación para el desarrollo y la paz: valorar la diversidad y aumentar las oportunidades de aprendizaje” (ED-96/MINEDLAC VII/3) contem esta proposta.
- Em 1993, no marco da Coordenação Educacional e Cultural da América Central (CECC), realizou-se uma reunião preparatória para contribuir com os 6 países da sub-região na elaboração de projetos nacionais e sub-nacionais nos campos da educação e cultura com a finalidade de mobilizar recursos financeiros.
- No marco do projeto de desenvolvimento da educação PNUD/UNESCO e em colaboração com o Instituto de Pesquisa Social e Econômica da Universidade de Dijon (França), entregou-se ao Haiti, apoio financeiro e técnico para a elaboração de estudos sobre financiamento da educação.
- No final de 1992 e durante o primeiro semestre de 1993, trabalhou-se em Honduras o Projeto UNESCO/PNUD HON/A2/001 sobre Estratégias para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacional no setor educacional. Seus resultados foram utilizados pelo Banco Mundial para a preparação de um empréstimo a Honduras.

- No seminário sobre educação secundária organizado pela UNESCO, em novembro de 1996, na CEPAL, apresentou-se a dissertação “Financiamento de la Educación Secundaria: Por qué?, En qué? y Quienes pueden financiarla?”. Acredita-se que a captação de recursos financeiros de diferentes índoles, para um programa determinado, é possível desde que o planejamento da proposta educacional seja clara e de interesses consensuais.

7. USO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

7.1 *Uma discussão sem fronteiras*

O Escritório Regional da Educação da UNESCO iniciou uma nova prática de ação interativa à distancia no campo do conhecimento e divulgação dos temas educacionais através de tele-seminários, permitindo assim, ampliar as fronteiras da análise neste campo a toda Iberoamérica.

Atualmente, já foram convidadas a tomar parte, as faculdades de educação, Ministérios e Instituições de Pesquisa, espera-se ampliar ao máximo a participação de todos os atores dos processos educacionais.

Os tele-seminários são realizados mediante a televisão por satélite, no espaço educativo da televisão espanhola, utilizando o sistema HISPASAT, operado pela Associação de Televisão Educativa Íbero-americana (ATEI). Esta Associação é instância do Governo Espanhol e da qual a UNESCO faz parte em qualidade de organismo de consulta. São utilizados, também, documentos escritos e discussões pela Internet. É uma nova forma de encontro entre acadêmicos, autoridades e usuários permitindo superar as barreiras geográficas e instalar um amplo espaço para quem participa das mesmas inquietudes em matérias educacionais.

Ações

Foram realizados 3 tele-seminários. O primeiro em 1995 sobre o tema Educação Ambiental, o segundo sobre Qualidade da Educação em 1995 e 1996 o terceiro em 1997, como continuação e divulgação dos temas da Reunião de Ministros realizada em Kingston em Maio 1996. Nestes encontros sem fronteiras, participaram ao redor de 80 instituições maioritariamente países da Iberoamérica.

Atualmente, prepara-se o quarto seminário cujo tema será sobre os Direitos Humanos e a Formação de uma Cultura para a Paz e fará parte das atividades de preparação do 50º Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. Espera-se a produção de exposições que incorporem personalidades de grande convocatória entre a juventude e a participação de 2 grupos: o primeiro Universidades, Agências de Cooperação, Ministérios e Meios de Comunicação; e o outro, de escolas de nível médio.

8. TEMAS TRANSVERSAIS

8.1 Planejamento e gestão

Uma prioridade mantida ao longo da última década, tem sido mudar a gestão dos sistemas educacionais com vistas a abertura para possibilitar a participação comunitária; incrementar a eficácia, equidade e eficiência dos serviços educacionais; profissionalizar a ação dos Ministérios da Educação e incrementar a qualidade com equidade dos sistemas educacionais.

Assim foi reconhecido nas diferentes reuniões regionais do Projeto Principal (PROMEDLAC) e nas reuniões de Ministérios da Educação da Região (MINEDLAC).

Ações

- Como estratégia para desenvolver as ações no campo do planejamento e gestão, em escala regional, foi criada a rede REPLAD do Projeto Principal de Educação. Nesta rede participam 37 instituições de 18 países. Centros de pesquisas, programas de pós-graduação, direções nacionais de Planejamento e Sistemas Nacionais de Avaliação. Entre este encontram-se 2 organismos de caráter regional (Laboratório Latino Americano de Avaliação da Qualidade de Educação e REDUC) e 3 entidades sub-regionais (SECAB, ICASE e CARNEID).
- REPLAD realiza ações de pesquisa, desenvolvimento conceptual, intercâmbio de experiências e inovações, formação e difusão no âmbito de políticas, gestão e avaliação educacional.
- O trabalho da REPLAD orienta-se para o desenho (reuniões consultivas) e a implantação (planos, seminários, capacitação e assessoria), no âmbito regional, nacional e sub-nacional, dos documentos de políticas educacionais de PROMEDLAC e MINEDLAC.
- Também desenvolveu-se um intenso trabalho de assessorias a Ministérios da Educação; participação em seminários (aproximadamente 70

conferências) e em grupos de especialistas e na elaboração de documentos institucionais.

- Desenvolveu-se ações de sistematização de práticas e formação no âmbito da política e gestão, e organização de estágios; Banco de inovações no âmbito da gestão; Banco de itens de avaliação, etc.
- Em relação a sistematização, realizaram-se ações de promoção, desenvolvimento e seguimento de experiências inovadoras: desenvolvimento e experimentação de novos modelos de gestão em contextos de centralização e descentralização; desenvolvimento de modelos e jogos de simulação para a formulação de políticas educacionais; seminários internacionais de intercâmbio de experiências inovadoras nos âmbitos da política pública e inovação na gestão.
- Também foram realizadas ações para promover o debate, a reflexão e atualização de atores relevantes na gestão e formulação de políticas, mediante reuniões técnicas da REPLAD para o desenho de orientações no campo da modernização da gestão dos sistemas educacionais; seminários regionais de formação de formadores em Política e Gestão Educacionais (curso oficina anual); seminários internacionais sobre inovações e novas orientações dos sistemas educacionais em América Latina e no mundo, cursos regionais de formação de recursos humanos para os sistemas de avaliação.
- Outra atividade de importância foi a realização e divulgação de estudos e pesquisas. Entre estes destacam os da evasão e retenção nos programas de alfabetização; de políticas de descentralização na educação básica e média na América Latina; a educação na transição para a democracia (estudos de caso) a determinação de níveis de qualidade da educação (em 7 países) e os da dívida externa e financiamento da educação. Mais recentemente está trabalhando na Avaliação de Reformas Educacionais como a Transformação Educacional na província de Buenos Aires e a Avaliação e Apoio a Políticas Educacionais no Estado de Chihuahua.
- Uma ação recente foi a instalação da sede do Instituto Internacional de Planejamento Educacional em Buenos Aires. Oferecendo em níveis iguais de qualidade, os cursos tradicionalmente oferecidos pela IIEPE em Paris.

Colaboração com outras agências e instituições

- Com a CEPAL: elaboração conjunta de documentos, entre outros “Educación y Conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad” e seminários no âmbito da política, planejamento, gestão e avaliação educacional e cursos de formação.

- Com o ILPES: seminários e cursos, tais como docência em curso regional de ILPES de formação de planejadores.
- Com a UNICEF: reuniões de ministros e seminários sobre política e planejamento nos temas de gênero e infância.
- Com a FNUAP: seminários e desenvolvimento de programas de avaliação de temas transversais;
- Com o BID: participação em cursos tais como o de análise de política com REDUC e seminários e financiamentos de atividades de REPLAC;
- IDRC: financiamento de estudos;
- Fundação FORD: Financiamento de estudos, seminários e publicações;
- Banco Mundial: participação em projetos, cursos e seminários organizados pela UNESCO e Banco Mundial;
- Com a SECAB: financiamento e participação em seminários e cursos organizados pela SECAB ou REPLAD;
- HIID: curso de formação de planejadores.
- Com OEI: seminários e publicações.

8.2 Serviços estatísticos para o incentivo de sistemas da educação

Durante praticamente meio século, a UNESCO foi a principal fonte de informação estatísticas sobre sistemas educacionais do mundo. É a única organização mundial credenciada em virtude de sua Constituição para solicitar aos Estados membros que lhes facilitem sistematicamente dados estatísticos em todas as esferas de sua competência.

A UNESCO apoia a formulação de políticas e o processo de adoção de decisões através de:

- coleta, produção e difusão de dados confiáveis relativo às políticas sobre educação, ciência, cultura e comunicação;
- realização de estudos analíticos destinados a facilitar a avaliação quantitativa e qualitativa do sistema atual da educação e as perspectivas para o futuro nas esferas de ação da UNESCO;
- apoio ao fortalecimento da capacidade dos estados membros em matéria de estatística e de análise,

Ações

As ações estão centralizadas em 4 aspectos complementárias entre si:

Coleta, difusão e análise de informação estatística:

- Para apoiar o seguimento dos objetivos principal de educação na região foram preparados –desde 1985– 4 publicações contendo um análise da situação educacional na América Latina e no Caribe, no período compreendido entre 1980 até a data desta respectiva publicação (1985, 1987, 1989, 1994). O Anuário da UNESCO, uma pesquisa bianual dirigida aos países da região e outras informações contidas em diferentes fontes são usadas como base para a elaboração desta publicação. Tais publicações tem servido de referência na formulação de recomendações dos Ministros da Educação na região em sucessivas reuniões de PROMEDLAC e MINEDLAC, ocorridas desde 1987.
- Está em elaboração o informe sobre a Situação Educacional da América Latina e do Caribe para o período 1980-1997, com o propósito de facilitar a avaliação global do cumprimento dos objetivos do PPE para o ano de sua culminação, 2000.

Elaboração de definições e normas comuns:

- A comparabilidade e qualidade dos dados depende da existência das definições e normas comuns.
- Iniciou-se desde 1997 o impulso na região da aplicação por Estados Membros –começando pelos países do MERCOSUR– da Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) recentemente revisada.
- A partir do II Semestre de 1997, começou a participação de especialistas na formação de definições estatísticas operacionais necessárias para seguir de perto os objetivos da Educação para Todos e na revisão das definições e metodologias relacionadas com campos como as finanças em matéria de educação.

Elaboração de novos dados e indicadores pertinentes em educação:

- A UNESCO tem contribuído na região para o avanço na elaboração de indicadores pertinentes na educação, com objetivo de facilitar a coleta e análise de dados confiáveis e outras informações necessárias para formular políticas
 - Participação em 2 reuniões técnicas regionais sobre indicadores, organizadas pela Sede da UNESCO: a primeira sobre indicadores

básicos em educação (Quito, 1995) e a outra sobre custos e financiamento da educação (Montevideú, 1997).

- Participação a partir de setembro, 1997 de vários países da região (Argentina, Brasil e Chile, recentemente, em processo de incorporação Paraguai e Uruguai) no projeto piloto da UNESCO/OCDE sobre Indicadores Mundiais em Educação.
- Compromisso recente com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, CEPAL, para gerar indicadores de equidade e eficácia do sistema educacional em coordenação com os países da região que de sustentação à tomada de decisões de política educacionais.
- Participação em reuniões políticas e técnicas para monitorar o cumprimento das metas em educação acordadas no Compromisso Nariño sobre Infância e Política Social (Santa Fé de Bogotá, 1994) e discutidas, posteriormente, na segunda e terceira Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social (Guatemala, 1994) e Santiago, 1996), através de indicadores em educação e a conformação de um sistema de informação das metas estabelecidas sobre a infância (Venezuela e Peru, 1997).
- Participação na análise sobre indicadores de política educacional desde a perspectiva de crianças e adolescentes, organizado pelo Foro Educacional de Peru (Lima, 1997).

Fortalecimento das capacidades nacionais em matéria de estatísticas:

- Atuando sobre a base de uma recomendação formulada pelos Ministros da Educação em PROMEDLAC (Santiago, 1993), entre 1994 e 1996 preparou-se um estudo sobre a “Coordenação da assistência externa para a educação na América Latina e o Caribe”, com a colaboração da UNICEF, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. As conclusões e recomendações do estudo foram apresentadas numa reunião de organizações que prestam assistência externa para a educação na região (Washington, Janeiro 1996).
- O Sistema Regional de Informação –SIRI– fortaleceu-se com a execução de um Projeto Regional de Melhoria das Estatísticas de Educação, financiado pelo Fundação Ford (Junho 1996 a dezembro 1997). Um resultado substantivo deste projeto e o estado sobre os sistemas de estatísticas de educação na América Latina e Caribe, está sendo publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento a ser divulgado na região.
- UNESCO tem cooperado desde dezembro 1996 com os países do MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Chile como país

associado), na conformação de um sistema de informação em educação nestes países. Formou parte da comissão organizadora da Oficina sobre Indicadores Educativos que foi realizado com este objetivo (Santiago, outubro 1997). Contou com a cooperação do Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina, PREAL.⁴ Recentemente (Janeiro, 1998) foi estabelecido um acordo com Convênio Andrés Bello -CAB- para trabalhar da mesma maneira durante 1998 com seus Estados Membros.

- Como resultado da Oficina com os países do MERCOSUR gerou-se uma modalidade virtual de trabalho utilizando meios modernos de comunicação como correio eletrônico e INTERNET. Com o apoio de PREAL conformou-se grupos de trabalho sobre aspectos específicos de indicadores que facilitem o intercâmbio de opiniões, experiências e documentos sobre indicadores em educação.

8.3 Programa de participação na área educacional

Desde seu início a UNESCO prestou assistência direta as atividades nacionais dos Estados Membros, nas esferas da Competência da Organização, no marco do “Programa de Participação das Atividades dos Estados Membros” ou “Programas de Participação”. Corresponde aos Estados Membros determinar, em suas solicitações, as prioridades de utilização dos recursos. No biênio passado (1996-1997), o orçamento aprovado para o Programa de Participação foi de 22 milhões de dólares.

Através desta assistência pretende-se promover atividades de caráter nacional, regional e internacional, como também fortalecer a cooperação das Comissões Nacionais e os Clubes Centros e Associações UNESCO. A assistência abrange: os serviços de especialistas e consultores; bolsas e subvenções de estudos; publicações, equipamentos; conferências e reuniões; seminários e cursos de capacitação; contribuições financeiras; e outros serviços considerados pelos interessados. A partir do biênio passado contempla-se apoio as ações de urgência para enfrentar as necessidades de assistência imediata.

Ações

Biênio 1994-1995

Na região da América Latina e o Caribe, no biênio 1994-1995, aprovaram-se, na área educacional, 101 solicitações dos Estados Membros. Os montantes da ajuda pontual situaram-se entre os 2 mil e os 30 mil dólares por atividade. Houveram

⁴ Projecto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em convênio com a cooperação de Pesquisas para o Desenvolvimento (CINDE); recebe o apoio do Canadian International Development Research (IDRC), U.S. Agency for International Development (USAID), entre outras agencias de cooperação internacional.

apenas dois apoios que superaram os 50 mil e 80 mil dólares para ajuda de emergência e foi acordada para os países do Caribe após catástrofes naturais.

- Neste biênio conseguiu-se organizar importantes conferências internacionais e nacionais com o apoio do Programa da Participação. Deve-se destacar : Congresso de Pedagogia 95, realizado em Cuba; Seminário Internacional sobre Inovações Tecnológicas Educacionais em Colômbia e um Seminário Internacional de Formação Docente no Brasil.
- Adicionalmente ao apoio dado à capacitação em desenho de programas e projetos, bem como ao desenho de planos a médio prazo ou planos para melhoria da qualidade do ensino, apoiou-se um grande número de solicitações de incentivo à alfabetização. Nesta área elaboraram-se desenhos de fortalecimento institucional para a alfabetização e capacitação para o trabalho de jovens e mulheres do meio rural; bem como programas de educação bilíngüe intercultural.
- Apoiaram-se programas de ensino básico para todos, de educação pautada nas necessidades da comunidade; programas de educação pré-escolar, produção de material educativo e programas de avaliação dos custos da educação básica, certificação da educação média e superior.
- Houveram, também, solicitações para a realização de atividades voltadas para o bem-estar de crianças de escolas marginais, para a proteção de crianças vítimas de maltrato infantil e para a formação de educadores de rua.
- Foram realizadas diversas atividades voltadas para criança com necessidades educativas especiais.
- Incentivou-se a realização de diferentes atividades de capacitação em gestão, administração e supervisão escolar, bem como sobre desenho curricular. Destaca-se a importância acordada sobre formação de docentes em educação ambiental e para o ensino das ciências, física e matemática no ensino básico. Elaboraram-se materiais educativos para estas áreas.
- Realizaram-se atividades referidas ao ensino à distância e rádio educativa. Outorgaram-se bolsas para estudantes e criaram-se bibliotecas e centros culturais. Neste período fortaleceu-se o Plano de Escolas Associadas e Clubes UNESCO em 4 países da Região e ofereceram-se duas Cátedras UNESCO para educação e democracia. Além disto foram realizados programas de formação para o ensino dos valores; o desenvolvimento de uma pedagogia voltada para a promoção da democracia e a melhoria do ensino dos direitos humanos nas escolas básicas.

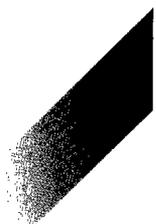
Biênio 1996-1997

Neste biênio foram aprovadas 151 solicitações. Os montantes da ajuda situaram-se entre os 3 mil e os 20 mil dólares por atividade. Neste período houve um aumento na ajuda de emergência com apoios da ordem dos 16 mil a 60 mil dólares cada um. Neste último caso, a ajuda visou à reconstrução de escolas destruídas por furacões; envio aos países afetados de materiais educativos e para melhorar a gestão educacional. Dez países da Região beneficiaram-se com a ajuda de emergência.

- Dentre as Conferências importantes financiadas pelo Programa de Participação neste biênio devem ser destacadas: Primeiro Congresso Internacional de Pedagogia em Nicarágua; Seminário Internacional: Educação e meios de comunicação de massa, em Argentina; Segunda Conferência Caribenha sobre Educação Pré-escolar em Barbados e a Reunião da Comissão Permanente de Ministros da Educação do Caribe, em Barbados; Congresso Brasileiro sobre Educação em Direitos Humanos e Segundo Seminário de Avaliação da Educação Superior em Uruguai;
- Neste período realizaram-se atividades de capacitação em elaboração de projetos para a melhoria dos indicadores educacionais; para a formação do currículo; planejamento e gestão educacional; bem como para a melhoria da qualidade do ensino.
- Realizaram-se um grande número de atividades relacionadas com a alfabetização: censos nacionais, programas de alfabetização para jovens, mulheres rurais e indígenas. Promoveu-se a capacitação para o desenho curricular e organizativo da educação polimodal de jovens e adultos; a educação para líderes de desenvolvimento comunitário e para a produção de materiais para leitores iniciais e a educação básica das meninas e mulheres marginalizadas. Também, incentivou-se a educação intercultural bilíngüe e o Ensino Médio para as indígenas.
- Outorgaram-se bolsas estudantis; facilitou-se a implantação de escolas de verão; o ensino da língua portuguesa, inglesa e francesa como segunda língua; o desenvolvimento do ensino da música; o ensino de artesanato na escola; o uso de vídeos no ensino; o uso de programas de rádio e da Internet na educação; o estímulo ao lazer.
- Promoveram-se programas de educação para a paz; a formação de centros de documentação; a criação de bibliotecas; a publicação de revistas educacionais em Braille para cegos. As Escolas Associadas e os Clubes UNESCO receberam um grande apoio em 6 países da Região e foram criadas 2 Cátedras UNESCO de Cultura da para Paz.
- Incentivou-se a avaliação dos custos da escola pública, a avaliação do ensino das ciências no nível básico e a avaliação da qualidade da educação.

Promoveram-se o ensino da matemática e as férias escolares científicas. Desenvolveram-se atividades de ensino técnico e profissional dando especial ênfase desta modalidade na educação das mulheres.

- Neste período incentivaram-se ações educacionais na prevenção do consumo de drogas; atividades para a integração à escola comum de crianças com necessidades educativas especiais; formação docente para o nível pré-escolar, educação básica e média; e fortalecimento das Escolas Normais.



DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES

Durante a década 1987-1997, a Oficina Regional de Educação (UNESCO/Santiago) desenvolveu uma atividade permanente em publicações, o que representa 133 títulos, além da edição do Boletim do Projeto Principal de Educação.

Este esforço tem permitido a Oficina Regional, UNESCO/Santiago, fazer-se presente –desde uma ampla gama– no debate educacional da Região, antecipando e impulsionando reflexões que tem contribuído para o enriquecimento da temática educacional na Região.

A necessidade de que a Oficina Regional de Educação realizasse atividades de publicação e divulgação de material inovador no campo da educação foi reconhecida na Primeira Reunião do Comitê Regional do Projeto Principal de Educação para América latina e o Caribe, transformada em mandato explícito por PROMEDLAC III (Guatemala, 1989) e retificado por PROMEDLAC IV (Quito, 1991) PROMEDLAC V (Santiago, 1993) PROMEDLAC VI y MINEDLAC (Kingston, 1996).

A grande prioridade outorgada pelos governos da Região ao intercâmbio e divulgação massiva de temas inovadores no campo da educação, deve ser somada a evidente comprovação da limitada possibilidade da América Latina e no Caribe, financiarem neste tema publicações nacionais. As prioridades que o setor público vem dando a outros temas e o fato do setor privado não encontrar suficientes os incentivos econômicos, fazem inviável a consecução dos objetivos de imediação (proximidade no tempo) e proximidade (vizinhança no espaço) na socialização de novas visões no campo educacional.

Os objetivos de longo prazo desta ação são o desenvolvimento de sistemas de comunicação, informação e promoção mediante a edição e divulgação de materiais educativos através de publicações –e outros meios de comunicação tais

como INTERNET e magnéticos— que permitam gerar o interesse e a participação dos Estados membros, tanto no âmbito dos ministérios, como o de outros organismos nacionais.

As publicações da Oficina Regional de Educação, UNESCO/Santiago, refletem o estágio das reflexões e dos debates da agenda educacional da Região e muitas delas são o resultado de atividades tais como pesquisas, reuniões, seminários e oficinas realizados pela própria UNESCO.

Para a curto prazo se procura:

- divulgar e incentivar antecipadamente o interesse, a reflexão, a pesquisa e a socialização das temáticas que fazem parte importante do discurso educacional na região. Neste sentido, as publicações da Oficina Regional de Educação, não estão competindo com o que os outros setores —públicos ou privados— possam vir a fazer, e sim, buscando novos espaços no campo da divulgação educacional.
- difundir os resultados das ações do Projeto Principal e das ações da UNESCO na Região, bem como as experiências de diferentes organismos (nacionais, regionais e subregionais) em áreas vinculadas ao desenvolvimento da educação;
- apoiar e incentivar os esforços por garantir o cumprimento das metas propostas pelas reuniões de PROMEDIA e a Conferência Geral da UNESCO;
- intensificar e sistematizar o intercâmbio de informação, de inovações pedagógicas, de formação docente e de recursos humanos fazendo possível o conhecimento das diversas experiências nacionais ou regionais vinculadas ao tema da educação e do fazer geral da UNESCO/ Oficina Regional de Educação;
- produzir e divulgar temas que sirvam aos Estados Membros como referências para a tomada de decisões na elaboração de estratégias e instrumentos de ação coerentes com as situações nacionais;
- intensificar mediante as publicações a colaboração horizontal regional e subregional entre os governos e instituições dos países da região nos seus diferentes âmbitos, tendo como base as idéias centrais das estratégias da Oficina Regional de Educação e os mandatos da UNESCO;
- incentivar políticas que façam da divulgação de inovações um componente central, visando atingir a mais alta participação comunitária para alcançar acordos nacionais no campo educacional.

Os leitores alvo das publicações da Oficina Regional de Educação, UNESCO/Santiago são principalmente –e de forma não excludente– os Ministros da Educação e dependências das Secretarias de Estado; os responsáveis pelas decisões políticas relativas às ações educacionais; as Comissões de educação de Câmaras de Deputados e Senadores da Região; as Organizações Regionais de parlamentares; as Organizações de professores (Bibliotecas, Centros de Documentação, publicações); os Centros de Documentação e Bibliotecas parlamentárias; os centros acadêmicos de nível universitário (Faculdades de Educação, bibliotecas centrais, etc.) ONGs; editores de publicações especializadas.

O *Boletim do Projeto Principal* é a mais importante e solicitada das publicações da Oficina Regional de Educação. Trata-se de uma publicação quadrimestral de ensaios sobre temas de inovação em todos os campos da educação na região.

Paralelamente às publicações produzidas, editadas e co-editadas pela Oficina Regional de Educação, estabelecem uma permanente relação com outras instâncias da UNESCO cuja os resultados concretizaram-se através da tradução, edição, impressão e distribuição na região de:

- *EFA 2000* boletim trimestral publicado para o Secretariado do Fórum Consultivo Internacional sobre Educação para Todos, editado em árabe, chinês, espanhol, francês e inglês.
- *Informacion e Inovación*, boletim trimestral do Escritório Internacional de Educação (OIE) editado em francês e inglês.
- *UNEVOC INFO*, Seção de Educação Técnica e profissional, da UNESCO, Paris, publicado somente em inglês e francês
- *PEA*, boletim do Projeto UNESCO de Escolas Associadas para a promoção da cultura de paz.
- *Contacto*, Boletim de Educação Ambiental da UNESCO editado em inglês e francês.

No anexo 3 apresenta-se o listado de títulos publicados pela Oficina Regional de Educação, UNESCO/Santiago, durante 1987-1997, bem como os artigos incluídos no *Projeto Principal de Educação*.

III. O FUTURO É HOJE

O início do século XXI não é uma ruptura absoluta com o passado, pois a vida é um contínuo e os problemas e desafios presentes no fim do século XX são válidos para o próximo século. No entanto, é importante refletir sobre a nova etapa, procurando novas respostas e soluções a antigos problemas ainda não resolvidos e colocando-se novos problemas, perguntas e desafios. É importante, pelo menos, à luz da enorme experiência acumulada, pensar em como queremos que seja o futuro.

Os países da região estão interagindo em um cenário de transformações e exigências múltiplas e mutáveis colocando grandes desafios que por sua vez demandando uma variedade de tarefas, perguntas e respostas educacionais. Devem ser assinalados, pelo menos, quatro grandes desafios que poderiam vir a ser a carta de navegação da educação no século XXI.

1. O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, DA PAZ E DO DESENVOLVIMENTO, EXIGEM UMA EDUCAÇÃO COM PROFUNDO SENTIDO ÉTICO

“A paz, o desenvolvimento e a democracia se constroem com educação. Não à força. São alcançados com o esforço cotidiano de cada um. Não são dados” (Federico Mayor). Estes três elementos tornaram-se os componentes cruciais da evolução das sociedades. Não há desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem justiça social; não existe paz sem desenvolvimento, não existe paz nem desenvolvimento sem democracia e nada disto será possível de ser alcançado sem garantir o direito de todos a ter acesso a uma educação de qualidade ao longo de sua vida.

O conceito de desenvolvimento redefinir-se constantemente e já ultrapassou a dimensão de simples crescimento econômico, sendo considerado atualmente como a ampliação das possibilidades humanas. Existe a imperiosa sensação de

que é preciso desenhar um crescimento econômico que “sustente-se em” e que respeite os direitos das pessoas e do meio ambiente. O respeito à condição humana e ao capital natural à ser transmitido às gerações futuras é necessário para alcançar um novo modelo de desenvolvimento. Nesta nova visão de desenvolvimento, o mais importante é a força criativa de uma educação capaz de imaginar novas relações e interações das pessoas e entre elas e o meio ambiente. Fazer sustentável a vida, hoje e amanhã, é um imperativo ético e também uma concepção científica que abrange as ciências naturais e sociais e tem seu fundamento, tanto na economia, como na cultura.

Aprender a viver juntos torna-se o eixo central a ser incorporado nos processos educacionais, como uma via fundamental para consolidar a democracia, construir a paz e alcançar um desenvolvimento com equidade. Há quem afirme que, em um mundo altamente condicionado pela presença dos meios de comunicação e de informação, a escola deve preocupar-se, principalmente, com o desenvolvimento de capacidades relacionadas com o equilíbrio pessoal e as relações interpessoais. A escola é um espaço privilegiado para que crianças e adolescentes iniciem o exercício dos seus direitos, mediante práticas educacionais que permitam a participação e a interação entre os alunos, e as possibilidades de escolha.

A convivência não é possível sem compartilhar valores, estruturados em redor de uma ética da solidariedade. O grande desafio na região não está na definição destes valores éticos, porque eles já estão presentes no discurso e são amplamente aceitos. O grande desafio é torna-los uma realidade na vida cotidiana, na política, nos negócios e nas relações interpessoais. No começo do século XXI é importante a forte retomada do sentido ético da educação, dando maior importância ao desenvolvimento de valores fundamentais relacionados com a tolerância, o respeito e a valorização das diferenças culturais, individuais e a cooperação; valores que tem estado ausentes em uma etapa voltada à alcançar maior crescimento econômico e a competitividade internacional. A educação com valores há de ser uma prioridade absoluta que abranja todas as etapas educacionais e todas as áreas do currículo como um tema transversal fundamental.

Um importante elemento na ética é o respeito ao outro. A região da América Latina e do Caribe é uma região plural, por isto educar para o pluralismo e o respeito à diversidade é inadiável.

2. *A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO MARCO DA GLOBALIZAÇÃO E DO RESPEITO À PRÓPRIA IDENTIDADE, REQUER UMA EDUCAÇÃO QUE RESPEITE À DIVERSIDADE*

A interdependência planetária e a globalização são fenômenos da nossa época, que já estão agindo e que vão deixar sua marca no século XXI. A utopia -baseada nas diferenças culturais e espirituais- que há de guiar nossos passos, consiste em fazer que o mundo procure alcançar um entendimento mútuo maior, um maior senso de responsabilidade e uma solidariedade também maior. A educação tem um papel essencial na realização desta universal tarefa: ajudar a compreender o mundo e aos demais, para compreender melhor a si mesmo.

A globalização muda o contexto do desenvolvimento econômico e cultural e gera exigências possíveis de serem ignoradas. Os atuais processos de integração subregional y regional estão sendo assumidos como um dos principais desafios continentais e como elemento estratégico para que os países da região possam complementar suas economias, reforçar seus vínculos culturais e para inserir-se melhor no mundo.

A educação não foge das exigências da globalização e da integração. Não obstante é, e deve chegar a ser, o fator central que permita enfrentar vitoriosamente, as tensões geradas pela globalização: a tensão entre o mundial e o local, entre a tradição e a modernidade, entre o global e a própria identidade. Ela é, e deve chegar a ser, um fator que consolide a integração proposta para áreas como a América Central, Região Andina, MERCOSUR e todo o hemisfério americano.

A região da América Latina e o Caribe é muito heterogênea. Existem diferenças importantes tanto entre os países como ao interior dos mesmos, o que não invalida muitas características comuns, tanto culturais como no seu desenvolvimento. Um grande desafio consiste em definir como os países da região vão integrar-se dentro da região como vão relacionar-se com o mundo mantendo sua própria essência e identidade. Esta definição ajudará, sem dúvida, a refletir sobre o papel da educação neste processo.

Cultura, desenvolvimento e educação fazem parte de uma trilogia inseparável. Não é possível haver um avanço cultural para formas melhores de convivência sem

educação e não é possível ampliar as possibilidades humanas ou seja haver desenvolvimento, sem educação. Naturalmente, a educação por si só não é suficiente; precisa-se de políticas para outras áreas, mas sem a educação os avanços não são possíveis.

O século XXI irá oferecer recursos sem precedentes tanto na circulação e armazenamento da informação, como na comunicação. Um desafio importante é definir a função da educação em um mundo cada vez mais mediatizado pela tecnologia da informação e da comunicação. A multiplicidade de poderosas fontes de informação, requer da redefinição da finalidade da educação, que enfrenta ao desafio de ajudar aos sujeitos à reconstruir e reorganizar conscientemente a enorme quantidade de informação fragmentada e desordenada que recebem anterior e paralelamente à sua vida escolar. Por outro lado, existe a necessidade de introduzir estes meios de comunicação, nos sistemas educacionais como uma forma de avançar nas aprendizagens. Isto quer dizer que há que contar com novas alianças na educação, sendo cada dia mais urgente, a articulação entre os sistemas educacionais e os meios de comunicação social para benefício da educação e dos cidadãos.

3. *A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REQUER UMA EDUCAÇÃO DE MAIOR QUALIDADE PARA TODOS DURANTE TODA A VIDA*

“As desigualdades sociais e as assimetrias na distribuição das riquezas de toda ordem, incluindo em primeiro lugar o conhecimento, só podem ser reduzidas e superadas, partilhando melhor” (Federico Mayor). É preciso distribuir melhor os frutos do crescimento e do progresso, especialmente, a educação.

A região da América Latina e do Caribe é uma das que tem a pior distribuição de renda no mundo. Uma alta percentagem da população vive ainda na pobreza, bolsões de miséria, desigualdades na distribuição e insuficiências sociais. A atual pressão pela competitividade econômica pode fazer esquecer ou minimizar a necessidade de dar a cada ser humano as oportunidades necessárias para seu desenvolvimento e promoção pessoal. A igualdade de oportunidades significa dar mais a quem mais necessita, isto é, oferecer uma educação de maior qualidade a todos, mas principalmente, aos grupos que, por diferentes causas, estão em situação de maior desvantagem. Um desafio fundamental para educação é “incluir

aos excluídos, aos marginalizados” e oferecer-lhes maiores oportunidades para reduzir as distâncias sociais, o que significa o fortalecimento do papel do estado para garantir que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso à educação e às possibilidades de continuar aprendendo durante toda a vida. Naturalmente, só a educação não é condição suficiente para atingir uma maior equidade social, mas é imprescindível para garantir a igualdade de oportunidades.

A consecução desta meta apresenta um conjunto de desafios. É necessário incrementar significativamente o financiamento para a educação e otimizar o uso dos recursos públicos e privados. É fundamental, também, fornecer às escolas as condições e recursos necessários para desenvolver projetos escolares e institucionais adequados às necessidades e características dos alunos e do contexto sócio-cultural.

A educação deve contribuir na formar cidadãos responsáveis, participativos e comprometidos com os problemas do meio social e do meio ambiente. Deve contribuir, também, na formação de sujeitos autônomos e criativos, responsáveis pelo seu próprio projeto de vida, que aprendam a aprender durante toda a vida e sejam capazes de buscar soluções aos múltiplos problemas que os desafiam. Estas capacidades só serão alcançadas através de processos educacionais que promovam à participam ativa dos alunos nos seu processo de aprendizagem, que lhes permitam ser protagonistas na construção do conhecimento. Além de que, significa o desenvolvimento de processos de ensino que levem em consideração as diferentes necessidades e possibilidades de aprendizagem de cada aluno e um currículo amplo e flexível, adaptável a tais diferenças.

Uma educação de maior qualidade e com equidade supõe a possibilidade de educar-se durante toda a vida, quer dizer, oferecer a todos a possibilidade de receber uma educação com várias finalidades: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade educacional, a superação pessoal, ou a ampliação dos conhecimentos relacionados com as exigências da vida profissional. A educação ao longo da vida supõe, também, uma reflexão sobre as diferentes etapas da vida escolar e a necessidade de articulá-las, bem como sobre a relação entre modalidades formais e não convencionais, especialmente na educação da primeira infância e na educação de jovens e adultos.

Oferecer uma boa educação aos jovens é um grande desafio. A região da América Latina e do Caribe tem uma grande população de jovens, e existe uma situação de aumento do desemprego, do uso de droga, da delinquência; e muitos jovens não tem um projeto de vida. Existe o convencimento de que o tema da juventude deverá estar no centro da nova agenda educacional, até pelos escassos níveis de participação da juventude no âmbito social e político e pelos poucos instrumentos que facilitem o maior protagonismo e a integração dos jovens nos atuais processos de modernização e democratização das sociedades nacionais.

A educação pode ser uma peça chave para enfrentar e superar as consequências da modernização que tem acelerado as contradições sociais e geracionais. A

educação dos jovens que necessitam ingressar a ensino médio e superior renovados e que exigem mais instrumentos que garantam o acesso às fontes laborais, ou a criação de fontes alternativas, continua sendo um imperativo na região. É óbvio que, o acima assinalado, supera o âmbito educacional entretanto, a educação é indispensável para animar a maior participação cidadã dos jovens, para fortalecer sua identidade e responder às suas demandas de maior autonomia.

4. COLOCAR A EDUCAÇÃO COMO UMA ALTA PRIORIDADE REQUER O COMPROMISSO DE TODOS AVANÇANDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE EDUCATIVA

Os atuais processos de mudança educacional gerados na região constituem uma amostra excepcional do interesse governamental pela educação e pela centralidade de seu papel. Alcançar uma educação com equidade supõe o desenvolvimento de uma sociedade educativa na qual todos interagimos e temos a possibilidade de educarmos, sem limitações advindas da condição pessoal, social e cultural. Uma sociedade educativa supõe assumir a educação como uma responsabilidade de todos: o compromisso e a participação de todos os setores da sociedade no estabelecimento de alianças estratégicas entre o setor educacional e os outros setores governamentais, o mundo do trabalho, os meios de comunicação social, as ONGs, os sindicatos, igrejas, poder judicial e parlamentares.

Uma sociedade educativa requer, necessariamente, de escolas colaboradoras nas quais os diretores, professores, pais, alunos e comunidade participam, assumindo a responsabilidade pelo processo educacional. Esta necessária ampliação de atores na educação, não supõe o esquecimento do papel dos professores como principais agentes educacionais e que deles depende, em grande medida, a introdução das mudanças fundamentais para melhorar a qualidade do ensino. Frequentemente o docente é exigido, para substituir outras instituições também responsáveis na satisfação das necessidades educacionais; no entanto, geralmente, ele não dispõe se quer das condições adequadas para o desenvolvimento de seu trabalho.

A melhoria das condições de trabalho dos docentes e sua maior valorização profissional, constituem um grande desafio para o século XXI. É de maior

importância focalizar esforços na geração de condições de trabalho condignas e entregar aos docentes a formação necessária para que possam encarar com sucesso as novas exigências e desafios. A formação deve facilitar aos docentes uma atitude reflexiva que lhes permita analisar sua prática para modificá-la e construir, a partir dela, um novo conhecimento. É fundamental, também, promover a estruturação de equipes docentes que trabalhem em estreita colaboração com a comunidade e demais agentes educacionais.

5. *AS FORTALEZAS DA CONTRIBUIÇÃO DA UNESCO NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DA REGIÃO*

O mandato recebido pela UNESCO do sistema das Nações Unidas e o lugar que ela ocupa na estrutura da cooperação internacional, fazem dela uma instituição chave para o futuro. A UNESCO não é um organismo financeiro, nem focalizada somente para pesquisa; sua tarefa principal é desenvolver o potencial humano, em colaboração com os Estados Membros e seus múltiplos associados e interlocutores do cenário internacional.

A UNESCO, enquanto espaço de convergência de idéias e saberes das diferentes regiões do mundo e pela sua presença em todos os países, adquire uma dimensão universal que lhe permite contribuir ao fomento, transferência e aproveitamento partilhado do conhecimento. Esta dimensão faz de sua contribuição, um elemento indispensável para que América Latina e o Caribe beneficiem-se dos saberes das outras regiões e, por sua vez, entreguem ao mundo, os seus.

A originalidade da UNESCO está no amplo leque de suas competências (educação, cultura, pesquisa e ciência, comunicação) que fazem dela uma organização intelectual no sentido amplo, menos envolvida com uma visão somente economicista dos problemas. Sua polivalência permite-lhe uma abordagem tanto do desenvolvimento humano como do progresso material.

Ela promove a educação permanente para todos em todo o mundo, o que lhe favorece ter acesso, a informação universal para depois oferece a cada região, e ao interior de cada uma delas. Com esta bagagem informativa, permite-lhe analisar comparativamente as diferentes situações. Para realizar esta missão e procurar um futuro educacional melhor conta com quatro Institutos Especializados: Oficina Internacional de Educação (Genebra); Instituto Internacional de

Planejamento Educacional (Paris); Instituto de Educação (Hamburgo) e o recentemente criado Instituto Internacional de Educação Superior (Caracas). Para tornar ainda mais efetiva sua missão, a UNESCO se apoia numa rede de oficinas regionais, subregionais e nacionais, que no caso da América Latina e o Caribe, são 22.

A UNESCO, por seu caráter intergovernamental, tem a grande vantagem de poder mobilizar aos responsáveis políticos, do mais alto nível, para levá-los a definir planos de ação e ao compromisso na adoção das medidas necessárias para alcançar estes objetivos. Pode, também, convocar a outros seguimentos da sociedade, tanto pública como civil, propiciando debates e compromissos com a educação. Esta capacidade de convocatória que nenhum Estado tem, por si só, é uma via fundamental para promover a cooperação entre os países.

A Organização partilha sua mensagem com Instituições que representam aos cidadãos, como o Parlamento Latino americano –PARLATINO– e outros Parlamentos da região, com a finalidade de ampliar seus espaços de colaboração e procurar novos compromissos que permitam concretizar seus ideais em benefício de nossos povos. Da mesma maneira, ela expande sua ação aos novos espaços que os Estados Membros estão gerando. Neste sentido, destaca-se sua participação nos processos de integração subregional como o MERCOSUR Educacional e outras instâncias subregionais.

Neste âmbito deve destacar-se o projeto DEMOS que congrega personalidades políticas, sendo vários deles, ex-presidentes de República, cientistas políticos e intelectuais para refletir e sugerir idéias sobre “América Latina: uma nova cultura política para o novo século”. Até o momento foi realizado seis laboratórios de análise social, o último deles em Brasília com a participação do Presidente do Brasil, sete ex-presidentes da República, políticos e intelectuais. Discutiu-se acerca de governar a globalização e na Declaração afirma-se: “Diante da encruzilhada que vive a humanidade neste fim de século, América Latina e o Caribe podem e devem escolher um novo rumo, imprescindível para consolidar a paz, a democracia e o desenvolvimento, estariam em sério perigo se persistirem em modelos econômicos sem justiça, igualdade, solidariedade”.

A missão ética da UNESCO obtém maior importância num mundo que está a procura de novos pontos de referência, e vivem como chamam alguns “Crise de valores”. A necessidade de uma instância internacional que possibilite esta reflexão, livre e global, é cada vez mais intensa.

A UNESCO dispõe de uma agenda preliminar que poderia chegar a ser um espaço de reflexão sobre os grandes desafios que são colocados para a região. Esta agenda irá sendo redefinida nas reuniões preparatórias para última Conferência de Ministros da Educação (PROMEDLAC) em 1999, no marco do Projeto Principal de Educação. As reuniões preparatórias supõem uma oportunidade de intercâmbio, um fórum para que os países apresentem suas experiências, as lições aprendidas

e os resultados alcançados, colocando-os ao serviço de todos. Tomando em consideração que os próprios ministros assinalaram no último PROMEDLAC, a necessidade de um novo projeto regional de educação que incluísse, também, o ensino médio, para promover mudanças substanciais neste nível educacional, é que se propõe que a agenda para o próximo século aceite esta petição.

ANEXO 1

ANÁLISE DOS TEMAS RELEVANTES EM EDUCAÇÃO ACORDADOS EM EVENTOS MUNDIAIS E REGIONAIS

A partir de 1990 tem acontecido importantes eventos de caráter político nos quais existem declarações, recomendações e compromissos com ações relacionadas com a educação no âmbito mundial e regional. A identificação destes eventos está no quadro final.

Os sete temas mais relevantes apresentados são: acesso universal à educação para a superação do analfabetismo; a educação de qualidade para todos ao longo de toda a vida; a educação como dever de todos; a educação, direito humano fundamental para construir uma cultura para a paz, tolerância e democracia; a educação para todos é uma contribuição ao desenvolvimento sustentável; melhor e maior investimento de recursos em educação: uso de meios de comunicação e de novas tecnologias em educação.

1. Acesso universal à educação para a superação do analfabetismo

Educação básica para todos. A alfabetização é pré requisito indispensável para promover em cada indivíduo a educação durante toda a vida.

O propósito é ampliar o acesso à educação básica tomando em consideração os acordos em Jomtien: "A educação básica deve ser fornecida a todas as crianças, jovens e adultos" e o compromisso de Nova Iorque de realizar programas que visem reduzir o analfabetismo e ofereçam oportunidades de educação a todas as crianças, independente de sua origem e sexo, entendendo que o alfabetismo universal e o acesso à educação em todos os níveis, sem distinção de raça, nacionalidade ou gênero, são a base indispensável para o desenvolvimento social e cultural sustentável; o crescimento econômico e a estabilidade democrática.

No Cairo enfatiza-se a variável cultural no desenvolvimento ao afirmar que os países deveriam: "promover o acesso universal e equitativo à educação de qualidade, o mais alto nível de saúde física e mental sem distinção de raça,

nacionalidade, gênero, idade, deficiência, localização geográfica ou religião; respeitando e promovendo nossas culturas comuns e particulares, fortalecendo o papel da cultura no desenvolvimento”.

Existe consenso de que para a superação do analfabetismo é preciso gerar condições para o desenvolvimento individual e social e é “condição indispensável para o desenvolvimento humano” (El Cairo). Como estratégia, em Nova Iorque comprometeram-se a: “elaborar programas para erradicar o analfabetismo, impedir a ausência escolar não justificada e melhorar a capacitação dos seres humanos”.

O desafio é elaborar delineamentos inovadores que permita superar os atuais problemas de cobertura, garantindo igualdade de oportunidades para todos no acesso e permanência no sistema educacional. Especialmente, interessa o aumento das possibilidades de educação básica para “quem foi marginalizado” com o objetivo de promover sua integração social. A declaração de que “Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de aprendizagem” (Salamanca) é a síntese da essência deste desafio.

As medidas que deveriam ser adotadas –segundo a Declaração de Nova Iorque– são:

- Ampliar as atividades de desenvolvimento na primeira infância, e
- Oferecer acesso à educação básica, isto é, à educação fundamental, ou seu equivalente, pelo ao menos a 80% das crianças em idade de estar nestes níveis, dando especial importância à redução das diferenças existentes, atualmente, entre meninos e meninas”.
- Reduzir à metade o analfabetismo entre os adultos, especialmente entre as mulheres”.

A afirmação: “Todos os países deveriam consolidar os progressos alcançados na década de 1990 em vistas a facilitar o acesso universal ao ensino básico” como foi concordado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (El Cairo) sintetiza este desafio.

Na América Latina e no Caribe o desafio está presente tanto no compromisso de Nariño como nas Cúpulas regionais;

No compromisso de Nariño:

- “Duplicar esforços na perspectiva de alcançar a universalização da escolaridade básica, incluindo a educação inicial/pré-escolar com base na família e na comunidade

- Identificar metodologias e estratégias para aumentar a cobertura e desenvolver modelos alternativos de atenção em educação inicial/pré-escolar.
- aumentar até 1995, em 50% a percentagem de meninos e meninas que finalizam a escola básica.
- reduzir em 10% a repetência nos dois primeiros graus e garantir que 60% complete os primeiros anos de escola.

E nas Cúpulas Ibero-americanas referem e aderem-se a este compromisso :

A Cúpula Ibero-americana da Ilha Margarita:

“Conscientes de que no contexto atual, superar a pobreza na região demanda a execução de programas que garantam a população o acesso aos serviços de educação, saúde, justiça e infra-estrutura, de maneira tal que possa aceder a melhores empregos e obter maiores ingressos, ratificamos que a inversão social deve estar dirigida à promoção de oportunidades para que as pessoas mais pobres possam integrar-se de maneira produtiva e permanente à economia”.

A Cúpula Ibero-americana de Salvador:

“Eliminar o analfabetismo é condição indispensável para o desenvolvimento humano. A alfabetização da mulher é um fator primordial para melhorar a saúde, nutrição e educação da família e facilitar a participação da mulher na tomada de decisões”.

2. Educação de qualidade para todos ao longo de toda a vida

Uma educação que contribuía efetivamente ao desenvolvimento de cada indivíduo e ao longo de toda sua vida e que facilite suas relações com a sociedade no cultural, social, político e econômico. Cada ser humano tem diferentes capacidades - cognitivas, sociais, emocionais, motoras. A educação pode contribuir à manifestação harmônica destas dimensões e potencialidades em cada indivíduo.

O reconhecimento de que “... só um desenvolvimento focalizado no ser humano e numa sociedade participativa baseada no pleno respeito dos direitos humanos pode conduzir a um desenvolvimento sustentável e equitativo” (Hamburgo) destaca o valor do desenvolvimento da pessoa como eixo central do processo da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Duas afirmações em Jomtien mostram este desafio: “Cada pessoa –criança, jovem ou adulto– deverá estar em condições de aproveitar ao máximo as oportunidades

educacionais oferecidas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem” e “Que o aumento das possibilidades de educação seja traduzido em um autêntico desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, dependendo em definitivo de que os indivíduos aprendam verdadeiramente como resultado destas possibilidades; quer dizer, que verdadeiramente obtenham conhecimentos úteis, capacidade de raciocinar, aptidões e valores”.

Em Havana acrescentou-se o aspecto profissional ao declarar: “Em uma sociedade mutável faz-se necessária uma educação integral, geral e profissional que propicie o desenvolvimento da pessoa como um todo favorecendo seu crescimento pessoal, sua autonomia, sua socialização e a capacidade de transformar em valores os bens que a aperfeiçoam”. Afirmaram também que: “A educação permanente deve fazer possível que toda pessoa, em qualquer etapa de sua vida, possa voltar às aulas encontrando sempre nelas, a oportunidade de reintegrar-se à vida acadêmica”.

O propósito é renovar a educação, seus conteúdos, métodos e processos para ajustá-los às necessidades do desenvolvimento individual e social, junto com a renovação, diversificação e ampliação dos sistemas, programas e processos educacionais tendo em vistas à educação ao longo de toda a vida, considerando as transformações sociais e as perspectivas do século XXI. Em Jomtien declarou-se: “Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem exige alguma coisa a mais que a renovação do compromisso com a educação básica no seu estágio atual. O que se requer é uma “visão ampliada” que -tendo como base o melhor das práticas atualmente realizadas- vá além dos recursos atuais, das estruturas institucionais, dos planes de estudo e dos sistemas tradicionais de instrução,”.

Em seguida, esta exigência foi enriquecida em Viena ao recomendar que: “Os Estados devem centrar-se em ...orientar a educação no sentido do desenvolvimento integral da personalidade humana e reforçar o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Em Salamanca, em especial, destaca-se e recomenda-se:

“Todas as crianças possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas; o sistema de educação e os programas educacionais devem levar em conta a grande diversidade destas características e necessidades”.

“... aqueles que tenham necessidades especiais devem ter acesso a uma escola comum que os receba com uma estratégia pedagógica orientada à criança e capaz de satisfazer suas necessidades”.

Os vínculos da educação com a sociedade foram relevados em Nova Iorque, principalmente, no que se refere à vida produtiva. Recomendaram: “...preparar as crianças para a realização de atividades produtivas e aproveitar as oportunidades

de aprendizagem permanente, por exemplo, através da capacitação profissional e permitir as crianças alcancarem a vida adulta em um rico meio cultural e social que as apoie. No Cairo recomendou-se mais, “Dar atenção à qualidade e tipo de ensino básico universal e aumentar a educação e capacitação média e superior, facilitando o acesso a estes níveis e a finalização do ciclo”. Em uma perspectiva bem mais ampla, foi reconhecido que “a educação superior precisa introduzir métodos pedagógicos com base na aprendizagem para formar graduados que aprendam a aprender e a empreender, de maneira tal que sejam capazes de gerar seus próprios empregos, criando entidades produtivas que contribuam a combater o flagelo do desemprego” (Havana).

O currículo é um tema destacado. Em Nova Delhi propuseram: “Melhorar a qualidade e a relevância dos programas de educação básica, intensificando os esforços para melhorar o status, formação e condições dos professores; melhorar os conteúdos e materiais de aprendizagem e fazer outras reformas necessárias aos sistemas de educação”. Referências especiais sobre os professores são feitas em Ammam: A formação, status e motivação dos professores continua sendo um dos temas mais importantes da educação. As tecnologias e meios são complementários, mas nunca poderão substituir o papel essencial dos professores como organizadores do processo instrutivo, como guia e modelo para os jovens.

A recomendação da Conferência Internacional de Educação da UNESCO é “Elaborar e praticar políticas integradas, voltadas para atrair e manter na profissão docente a homens e mulheres motivados e capazes; reformar a formação inicial e no trabalho para que estejam a serviço dos novos desafios da educação; adotar as medidas que façam possível a inovação educacional; reforçar a autonomia profissional e o senso de responsabilidade dos docentes e melhorar sua situação e condições de trabalho.

Em América Latina e o Caribe, estes temas ocupam um espaço importante no debate internacional e no mais alto nível das decisões políticas estão apresentados da seguinte forma:

A Cúpula Ibero-americana de Cartagena de Índias:

“...a formação do ser humano, desde a infância, como sujeito central do desenvolvimento para potencializar suas capacidades criadoras e para permitir-lhe ter uma vida profissional eficiente, superando visões que o limitam a simples objeto de interesse econômico, recomendação que supõe o apoio decidido de uma educação pertinente e de qualidade”

“... o interesse superior da criança deverá ser o princípio que guie aos encarregados de educá-lo e orientá-lo; esta é responsabilidade de todos os pais”.

A Cúpula Ibero-americana de São Carlos de Bariloche:

“...o objetivo prioritário das políticas educacionais deve estar dirigido a gerar condições de qualidade na educação básica e média, que forneça os elementos, técnicas, valores, aptidões necessárias para que as pessoas possam viver com dignidade, atingir os níveis educacionais adequados as suas características, aprender continuamente ao longo da vida e melhorar a qualidade humana das sociedades e dos países ibero-americanos. Hoje é urgente a procura deste objetivo; vivemos numa crise caracterizada pela deterioração da qualidade da educação”. Em especial, recomenda-se: “ o estímulo, desde muito cedo na vida da criança, da curiosidade intelectual e da capacidade de perguntar”.

“... o fortalecimento da profissão docente mediante a melhoria de sua formação inicial, atualização e aperfeiçoamento contínuo”.

“... a articulação da educação formal e da educação para o trabalho é fundamental tanto para o desenvolvimento econômico, como para o acesso ao emprego”.

A Cúpula Hemisférica de Miami:

- “...Procurarão alcançar para o ano 2010 uma taxa de ingresso da escola básica de 100% e uma taxa de inscrição na escola média do 75%, como mínimo...”
- Hão que melhorar a capacitação dos recursos humanos, bem como a capacitação técnica profissional e magistral as que são essenciais para o melhoria da qualidade e igualdade da educação no hemisfério.
- Ampliarão o acesso e fortalecerão a qualidade da educação superior e promoverão a cooperação entre as instituições que entregam conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para o desenvolvimento sustentável”.

O compromisso de Nariño propõe formas de efetivar estas intenções: “a) elevar a qualidade da educação básica introduzindo reformas curriculares, aumentando o investimento em infra-estrutura, textos apropriados, capacitação de docentes, garantindo que o período escolar seja adequado às necessidades dos países e permita uma aprendizagem efetiva. b) identificar estratégias para diminuir a evasão escolar e c) desenvolver opções de educação e capacitação técnica vocacional específicas para fomentar o cumprimento dos direitos cívicos da infância consagrados na Convenção dos Direitos da Criança.

A educação de jovens e adultos também tem sido objeto de grande atenção por parte das autoridades ao declarar na Conferência Regional de Brasília o propósito de “Impulsionar uma Educação de jovens e adultos que dê atenção prioritária à

políticas integrais de formação que promovam o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas para que todas as pessoas possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, as transformações científicas e tecnológicas que experimenta a região no campo da produção e da comunicação e com incidência na vida social e cultural”.

Em relação com a educação superior como parte do processo educacional ao longo de toda a vida, afirma-se e recomenda-se que “A educação superior deve fortalecer sua capacidade de análise crítica de antecipação e de visão projetiva; para elaborar propostas alternativas de desenvolvimento e para enfrentar com um horizonte de longo prazo, as problemáticas emergentes de uma realidade em contínua e rápida transformação”. Para isto “as instituições de educação superior devem transformar-se em centros aptos para facilitar a atualização, a reciclagem e a reconversão de profissionais, oferecendo uma sólida formação nas disciplinas fundamentais junto com um ampla diversificação de programas e estudos, diplomas, e pontes entre os cursos e as disciplinas” (Havana).

3. Educação como dever de todos

Maior participação da sociedade na educação —seja a comunidade local, os pais e todos os setores organizados—. Propõe-se gerar maior consciência na sociedade do seu papel educacional, indo mais além das funções que o Estado assume. Participam todos os atores da sociedade civil.

Em Jomtien afirma-se que “As autoridades nacionais, regionais e locais, responsáveis pela educação tem a obrigação prioritária de oferecer educação básica para todos, mas não se deve esperar delas que forneçam a totalidade dos recursos humanos, financeiros e organizativos que demanda esta tarefa”. Mais ainda, em Amman se destacou que “...a Educação para Todos exige o trabalho conjunto de todos os elementos da sociedade: parlamentares, corpos religiosos, voluntários e grupos comunitários, setor empresarial, meios e outros. Requerendo de espírito de solidariedade. Numa sociedade educacional é reconhecido o papel dos pais, família e comunidade como os primeiros educadores da criança. A aprendizagem e o ensino começam com o nascimento e continuam ao longo da vida”.

Recomenda-se “...a adoção de medidas para o estímulo das condições em que as comunidades locais deverão participar em maior medida nas ações e as comunidades mais prósperas ajudem às menos favorecidas” (Rio de Janeiro). Para fazer presente esta vontade política, em Nova Delhi concordou-se “...assumir a revisão do programa a níveis nacionais e trocar estas experiências entre estes e com a comunidade global”.

América Latina e o Caribe não estão alheios a estes acordos segundo os compromissos assumidos em três cúpulas regionais:

A Cúpula Ibero-americana de Salvador:

“...eliminar das sociedades a pobreza, a fome, o analfabetismo” e afirmou que “a melhor maneira de superá-los era o investimento em recursos humanos e a participação de todos os agentes sociais”.

A Cúpula Ibero-americana de São Carlos de Bariloche:

“...revisar os modelos tradicionais de formação profissional com a participação dos diversos atores: família e empresa”.

A Cúpula Hemisférica de Miami:

“Apoiarão à descentralização, incluindo garantias de financiamento adequado e uma ampla participação no processo de tomada de decisões por parte dos pais, de educadores, líderes comunitários e funcionários governamentais”.

4. A educação, direito humano fundamental para construir uma cultura para a paz, tolerância e democracia

A educação é um direito humano indispensável na construção de uma sociedade democrática participativa e solidária. Deve contribuir em criar uma cultura pacífica, tolerante e democrática, estimulando a solidariedade, a compreensão e a aceitação do outro. “Toda pessoa tem direito à educação visando o pleno desenvolvimento dos recursos humanos; da dignidade humana e do potencial humano, dando especial atenção às mulheres e meninas. A educação deveria ser pensada de maneira tal que fortaleça o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluídos os que se referem à população e o desenvolvimento” (El Cairo).

Em Beijing reafirma-se que “a educação constitui um direito humano e um instrumento essencial para alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. A educação livre de atitudes discriminatórias beneficia tanto a meninos como a meninas e, pontualmente, contribui a igualar as relações entre homens e mulheres”.

A educação em direitos humanos faz parte importante das declarações. Em Viena destacou-se que “a educação, a capacitação e a informação pública dos direitos humanos são elementos essenciais para fomentar e concretizar relações estáveis e harmônicas entre as comunidades e para promover a compreensão mútua, tolerância e paz.

América Latina e o Caribe estão comprometidos, no mais alto nível, com a decisão política de assegurar o direito à educação e a educação em direitos humanos.

A Cúpula Hemisférica de Miami:

“Empreender todas as medidas necessárias para garantir os direitos das crianças, caso ainda não tenha sido assinada, deverão considerar seriamente a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança”.

A Cúpula Ibero-americana da Ilha Margarita:

- “...fortalecer, o mais cedo possível, os programas de formação cidadã e de educação para a democracia e a participação, propiciando a capacitação de dirigentes políticos, visando manter e aumentar o interesse generalizado pelo aperfeiçoamento do regime democrático e dos órgãos e estruturas que dele fazem parte.
- Oferecer mais informação pública sobre direitos humanos e reforçar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais incluídas nas relações com a população e o desenvolvimento... incluir nos currículos de todas as escolas -tanto em contextos formais como não formais- os temas dos direitos humanos, as leis humanitárias, a democracia e o império de lei. Desenvolver programas para a promoção e cumprimento dos direitos humanos, incluídos programas educacionais para informar à população de seus direitos legais e de sua obrigação de respeitar os direitos dos outros”.

A Cúpula Ibero-americana de Viña del Mar:

“Felizes com a celebração do cinquentenário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO) reafirmamos solenemente nosso compromisso com os ideais de paz, justiça, liberdade e solidariedade, presentes na sua constituição. Deveremos continuar, também, incentivando a cooperação entre as nações em todos os ramos da atividade intelectual e no intercâmbio internacional de representantes da educação, da ciência e da cultura. Contribuiremos para a conservação, o progresso e a — divulgação do saber”.

Em Brasília, o tema principal é a educação de jovens e adultos. Declara-se que “É necessário, em particular, desenvolver na Educação de Jovens e Adultos, uma abordagem intercultural da educação para o exercício da cidadania democrática com uma forte orientação na formação humana centrada nos valores que fortaleçam os direitos humanos, a justiça social, a educação ambiental e a não discriminação por razões de gênero, econômicas, religiosas, étnico-culturais, deficiências, etc. destacando-se, especialmente, o papel da mulher e a sensibilização dos homens para alcançar a equidade de gênero”.

5. A educação para todos contribui para o desenvolvimento sustentável

Uma educação individual e social de qualidade pode contribuir com o desenvolvimento sustentável promovendo uma humanidade responsável. O

desenvolvimento sustentável, por sua vez, pode contribuir a melhorar a educação. “Além de sua importância intrínseca para o desenvolvimento humano e o melhoramento da qualidade de vida, o progresso da educação e da alfabetização pode contribuir em forma especial na melhoria da saúde materno-infantil, na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável” (Nova Iorque).

Em Hamburgo destaca-se “ a contribuição da educação de adultos e da educação permanente na formação de uma cidadania consciente e tolerante, no desenvolvimento econômico e social, na promoção da alfabetização, na diminuição da pobreza e na preservação do meio ambiente, pode ser considerável e, conseqüentemente, deveria ser capitalizada”.

América Latina e o Caribe assumem a importância da educação e do desenvolvimento sustentável através dos vínculos entre educação, conhecimento, desenvolvimento científico, tecnológico e cultura segundo os compromissos assinados em duas Cúpulas:

A Cúpula Ibero-americana de Guadalajara:

“...as aspirações pelo desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural exigem um decidido impulso da educação e da cultura, como vias para alcançar os grandes desafios que, no contexto atual, enfrentam as nações, em especial, o fortalecimento da própria identidade e a inserção internacional competitiva”.

“Gerar uma maior consciência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, e que a educação e o conhecimento serão o grande capital do século XXI, reforça a importância de formar recursos humanos para a democracia, o desenvolvimento econômico e social e a integração dos países. A educação pode chegar a ser um fator dinamizador do desenvolvimento”.

A Cúpula Hemisférica de Miami:

“Aumentar o acesso e fortalecer a qualidade da educação superior e promover a cooperação entre as instituições que aportam conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para o desenvolvimento sustentável”.

6. Melhor e maior investimento de recursos em educação

A importância e o compromisso político com a educação de qualidade com equidade para todos ao longo de toda a vida, precisam de um significativo volume de recursos para alcançar seus propósitos. Isto foi reconhecido em Nova Deli: “Fazer do desenvolvimento humano a mais alta prioridade de suas ações, no âmbito nacional e em outros, garantindo que uma crescente proporção dos recursos nacionais e da comunidade estejam dedicados à educação básica e

melhorando a administração dos recursos existentes”. Posteriormente, em Beijing declara-se: “O investimento em educação formal e não formal e na capacitação de mulheres e meninas tem demonstrado ser –através de seu excepcional retorno social e econômico– um dos meios mais eficientes para alcançar um desenvolvimento e um crescimento econômico, tanto sustentados como sustentáveis”.

Uma preocupação fundamental nas conferências é a captação inovadora e eficiente dos recursos é apresentada no Rio de Janeiro: “Dar maior prioridade à educação nas designações orçamentárias, protegendo-as das exigências das reduções com fins estruturais” e o “Incentivo à troca de dívidas por atividades de ensino...” Em Amman reitera-se que “...a eficiência e efetividade na utilização dos recursos continuam sendo essenciais para o Programa da Educação para Todos: Uma mais eficiente gestão dos sistemas educacionais, um mais efetivo uso das alianças, um desenho de melhores sistemas de pesquisa e experimentação e o desenvolvimento confiável da informação e da avaliação dos sistemas”. Em Hamburgo convida-se a “Agir com maior diligência para incrementar e garantir os investimentos nacionais e internacionais para a educação de jovens e adultos, bem como o compromisso dos recursos privados e comunitários”.

Embora no âmbito mundial reitera-se, nas diferentes instâncias de decisão política, a importância do financiamento e do gasto em educação, este tema não tem sido assumido nem destacado como um desafio e compromisso político da região. Ele é explicitado somente em uma Cúpula:

A Cúpula Ibero-americana de Salvador:

“... a decisão de orientar o gasto social em função das necessidades básicas em saúde, educação e segurança social, principalmente em relação com os grupos mais vulneráveis”.

7. *Uso dos meios de comunicação social e de novas tecnologias em educação*

Na sociedade educacional todos os meios de comunicação social e as novas tecnologias podem ser também meios educativos.

Em Nova Iorque é reconhecida: “...a urgência de responder à Convenção dos Direitos da Criança sobre o direito à educação com novas estratégias capazes de oferecer educação de qualidade para todos, incluindo os pobres, os marginalizados e todos aqueles com necessidades especiais. É um apelo ao esforço compreensivo adaptado às necessidades específicas da população e baseado nas melhores experiências e tecnologias disponíveis”.

O valor educacional destes meios e das novas tecnologias relaciona-se com: “A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos que exigem ampliar e redefinir, constantemente, o alcance de uma educação básica que inclua a educação inicial, a escola básica, programas de alfabetização, a aplicação de todos os instrumentos úteis e dos canais de informação, comunicação e ação” (Jomtien).

Existe o reconhecimento de que “Os meios de comunicação social constituem poderosos aliados da educação. Como ferramenta educativa, os meios podem ser um instrumento que, educadores e instituições governamentais e não governamentais, orientem no sentido do progresso da mulher e do desenvolvimento. A televisão, particularmente, tem tido um maior impacto na juventude influenciando nos valores, nas atitudes e percepções sobre as meninas e mulheres positiva ou negativamente”. A informática na educação e no sistema de informação converteram-se em um elemento de aprendizagem e divulgação do conhecimento cada vez mais valioso (Beijing).

Nas Cúpulas realizadas na América Latina e Caribe, este tema não tem sido explicitado, o que mostra a pouca relevância política dada. No entanto, vale a pena ser considerado o pouco que foi assumido como compromisso e desafio deste tema na região.

Em síntese, os maiores desafios e compromissos reconhecidos são: o acesso universal à educação e à superação do analfabetismo, junto com garantir um processo educacional de qualidade e com equidade para todos. Uma menor ênfase política tem recebido temas como o da educação como dever de todos e a educação como um direito fundamental para a paz, a tolerância e a democracia. Da mesma forma, mas é menos frequente e explícito nas declarações políticas – especialmente na região– o compromisso com a educação como contribuição ao desenvolvimento sustentável, a necessidade de maior disponibilidade de recursos para investir na educação e a utilização dos meios de comunicação e novas tecnologias em educação.

ANEXO 2

CÚPULAS E CONFERÊNCIAS MUNDIAIS E REGIONAIS

<ul style="list-style-type: none">- Cúpulas Mundiais<ul style="list-style-type: none">• Cúpula Mundial em favor da Infância, Nações Unidas (Nova York, 29-30 de setembro de 1990).• Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, Dinamarca, 6 a 12 de março de 1995).- Cúpulas Hemisféricas<ul style="list-style-type: none">• Primera Cúpula Hemisférica das Américas (Miami, 1994).- Cúpulas Ibero americanas<ul style="list-style-type: none">• Guadalajara (1991)• Madri (1992)• Salvador (1993)• Cartagena de Índias(1994)• San Carlos de Bariloche (1995)• Santiago, Viña del Mar (1996)• Ilha Margarita (1997)
<ul style="list-style-type: none">- Conferências Mundiais<ul style="list-style-type: none">• Meio ambiente e Desenvolvimento (Río de Janeiro, 1992)• Direitos Humanos (Viena, 1993)• População e Desenvolvimento (Cairo, 1994)• Mujer (Beijing, 1995)- Conferências Mundiais sobre Educação<ul style="list-style-type: none">• Educação para Todos (Jomtien, 1990)• Reunião de Educação para Todos dos Nove países de Desenvolvimento mais Povoados (Nova Deli, 1993)• Reunião do Fórum Consultivo Internacional sobre Educação para Todos para a Revisão de Meia Década de Educação para Todos (16-19 de junho de 1996, Amman, Jordânia)• Sobre Necessidades Especiais (Salamanca, Espanha, 1994)

- Conferências Internacionais para Educação
 - Quinta Conferência Internacional sobre educação de Adultos sobre Educação para Todos (Hamburgo, 1997)
 - Conferências Internacionais de Educação BIE (43º, 44º y 45º)
- Conferências Regionais sobre Educação
 - Conferência Regional Preparatória da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Brasília, Brasil, janeiro 1997)
 - Conferência Regional sobre Políticas e Estratégias para a transformação da Educação Superior (Havana, Cuba, 1996).
- Reuniões Americanas de Seguimento da Cúpula Mundial em favor da Infância:
 - Segunda Reunião Americana sobre Infância e Política Social, Agenda 2000: Agora os Crianças (5-6 de abril de 1994, Santa Fé de Bogotá, Colômbia) Compromisso de Nariño.

ANEXO 3

LISTA DE PUBLICAÇÕES

- A la educación por la comunicación. La práctica de la comunicación educativa. *M. Kaplún*. UNESCO-OREALC. 1992, 236 p.
- Acerca de la educación rural. Impresiones de viaje. *M. Soler*. UNESCO-OREALC. 1991, 158 p.
- Actividades de educación ambiental para las escuelas primarias. Sugerencias para confeccionar y usar equipo de bajo costo. (Serie Educación Ambiental, N° 21) UNESCO-PNUMA. 1997, 100 p.
- Adaptación de guías de aprendizaje: dos casos exitosos. *E. Schiefelbein, V. Colbert, C. Sotomayor*. UNESCO/UNICEF/CIDE. 1993, 180 p.
- Alfabetización. "Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural N° 5". *M. Amadio y A. L. D'Emilio* (comp.). UNESCO-OREALC. 1988, 92 p.
- Alfabetización y educación cívica. Experiencias con mujeres campesinas en Perú. *P. Núñez* (comp.). UNESCO-OREALC. 1990, 85 p.
- Alfabetización en el primer ciclo escolar: dilemas y alternativas. *N. Elichiry*. UNESCO-OREALC. 1991, 126 p.
- Alternativas de educación básica de adultos. Seminario regional. Colonia Tovar, Venezuela, 1986. UNESCO-OREALC, 1987. 96 p.
- Alternativas de alfabetización en América Latina y el Caribe. Seminario regional. Brasilia, Brasil, 1987. UNESCO-OREALC. 1988, 404 p.
- Analfabetismo y alfabetización. Mesa redonda. PROMEDLAC III. UNESCO-OREALC. 1990, 76 p.
- Analfabetismo femenino en Chile de los '90. *M.E. Letelier*. UNESCO/UNICEF. 1996, 172 p.
- Año Internacional de la Alfabetización 1990. Consulta técnica regional. La Habana, Cuba. 1988 UNESCO-OREALC. 1988 124 p.
- Aportes para una pedagogía de la paz. *E. de Zavaleta*. UNESCO-OREALC. 1986, 130 p.
- Ayudando a los jóvenes a empezar a trabajar. Producción de materiales de autoaprendizaje. UNESCO- Santiago, 1997. 104 p.
- Capacitación de personal agropecuario de nivel medio. Informe final. Seminario taller subregional, Barquisimeto, Venezuela, 1989. UNESCO-OREALC. 1990, 160 p.
- Construyendo desde lo cotidiano. Pedagogía de la lectoescritura. *M. Domínguez, M. Farfán*. UNESCO-CAB. 1996, 142 p.
- Coordinación de la asistencia externa para la educación en América Latina y el Caribe. UNESCO/UNICEF. 1996, 68 p.
- Coordination of external assistance of education in Latin America and the Caribbean. *R. McMeekin*. UNESCO/UNICEF. 1996, 60 p.
- Conocimiento matemático en la educación de jóvenes y adultos. Jornadas de reflexión y capacitación. Río de Janeiro, Brasil 1995. UNESCO-Santiago, 1997, 192 p.
- Cultura. E. Amodio. "Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural N° 1". *M. Amadio y A.L. D'Emilio* (comp.). UNESCO-OREALC. 1988, 136 p.
- Desarrollo y perfeccionamiento de la enseñanza técnica y profesional. Congreso Internacional, Berlín, República Democrática Alemana. 1987. UNESCO-OREALC. 1989. 60 p.

- Deserción y retenciones en programas de alfabetización. Bolivia, Honduras y República Dominicana. *Manuel A. Sepúlveda* (Coor.) UNESCO-OREALC, 1988. 162 p.
- Deuda externa y financiamiento de la educación. Su impacto en Latinoamérica. *F. Reimers*. UNESCO-OREALC. 1990, 224 p.
- Diseño de programa de formación de formadores en planeamiento y administración de la educación. Informe final, Madrid, España, 1988. UNESCO-OREALC. 1988, 290 p.
- Docentes y docencia. Las zonas rurales. *M. Gajardo y A.M. de Andraca*. UNESCO/FLACSO. 1992, 160 p.
- Educación con mujeres indígenas. Seminario técnico regional. Antigua, Guatemala. 1987. UNESCO-OREALC. 1987. 84 p.
- Educación de adultos. La acción de REDALF. UNESCO-OREALC. 1989. 192 p.
- Educación de adultos en el Proyecto Principal. Estudio Bibliográfico. *Nora Schlaen*. UNESCO-OREALC. 1987, 208 p.
- Educación básica y desarrollo rural. Estrategias para su integración. UNESCO-OREALC/FAO. 1988. 46 p.
- Educación en la transición a la democracia. Casos de Argentina, Brasil y Uruguay. *C. Braslavsky*. UNESCO-OREALC. 1989, 335 p.
- Educación en poblaciones indígenas. Políticas y estrategias en América Latina. *M Zúñiga, J. Ansión y L. Cueva*. UNESCO/III. 1987, 328 p.
- Educación general de los trabajadores en América Latina. Seminario regional. Santiago, Chile, 1989. UNESCO-OREALC/Programa de Economía del Trabajo. 1990. 116 p.
- Educación y pueblos indígenas en Centro América. Un balance crítico. *M. Amadio, S. Varese y C. Picón*. UNESCO-OREALC. 1987, 160 p.
- Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad. CEPAL/UNESCO. 1992, 270 p.
- Education and knowledge: Basic pillars of changing production patterns with social equity. CEPAL/UNESCO. 1992, 270 p.
- Educación en población. Traducción de International Review of Education, Vol. 39, N° 1-2, marzo 1993. UNESCO-OREALC. 1994. 142 p.5
- Educación pre escolar y pobreza. *M. Angélica Kotliarenco*. UNESCO-OREALC. 1988. 102 p.
- Eduquemos con música. *R. Ojeda*. UNESCO-OREALC. 1987, 110 p.
- El Enfoque modular en la enseñanza técnica. UNESCO-OREALC. 1988, 99 p.
- El Concepto de calidad de la educación. *Verónica Edwards*. UNESCO-OREALC. 1991, 70 p
- El libro de texto. Manual sobre el texto didáctico para la educación bilingüe intercultural. *C. Yáñez*. UNESCO-OREALC. 1989, 200 p.
- El uso de la informática en la educación. Informe final. Seminario taller subregional, Buenos Aires, Argentina, 1988. UNESCO-OREALC. 1989, 164 p.
- En busca de la escuela del siglo XXI. La Escuela Nueva de Colombia. *E. Schiefelbein*. UNESCO /UNICEF. 1993, 53 p.
- Escuela, comunidad y currículo. L. Montaluisa. "Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural N° 4". M. Amadio y A.L. D'Emilio (comp.). UNESCO-OREALC. 1988. 90 p.
- Escuelas y maestros. Condiciones del docente en Argentina. J. Ezpeleta. UNESCO-OREALC. 1989, 196 p.
- Enseñanza agrícola. Conservación del material agrícola, formación permanente del personal docente, innovaciones pedagógicas. Seminario regional. Oaxaca, México, 1986. UNESCO-OREALC. 1987. 134 p.

- Enseñanza de las disciplinas científicas fundamentales. Física, química, biología. Seminario subregional. Cali, Colombia, 1989. UNESCO-OREALC. 1989. 194 p.
- Entrenamiento de educadores e integración de niños con impedimentos en las escuelas comunes. Taller regional. Quito, Ecuador, 1987. UNESCO-OREALC. 1987. 112 p.
- Estudios sobre los contenidos de educación primaria y su vinculación con el trabajo productivo en áreas urbanas marginales. Luis Verástegui. UNESCO-OREALC. 1989. 68 p.
- Estado y Organizaciones no gubernamentales en América Latina. Estrategias para la educación de adultos. UNESCO/CEAAL. 1988, 112 p.
- Evaluación de programas de alfabetización. Informe final. Consulta técnica regional, Maracaibo, Venezuela. 1987. UNESCO-OREALC. 1988, 52 p.
- Evaluación de la Educación Ambiental en las escuelas. Guía práctica para los maestros. *D.B. Bennett*. UNESCO/PNUMA. 1991, 126 p. (Serie Educación Ambiental N° 12).
- Factores determinantes del rendimiento y de la repetición. Resúmenes analíticos monotemáticos N° 4. E. *Schiefelbein* y *M. Zeballos* (comp.). UNESCO/REDUC. 1993, 116 p.
- Formación, capacitación y perfeccionamiento de docentes de centros de educación básica de adultos. Taller regional. Montevideo, Uruguay, 1987. UNESCO-OREALC. 1988. 80 p.
- Formación de formadores en planeamiento y administración de la educación. Informe final. Reunión técnica de REPLAD, Campinas, Sao Paulo, Brasil. 1987. UNESCO-OREALC. 1988, 94 p.
- Formación de personal para la enseñanza de física, química y biología. Informe final. Seminario, Santo Domingo, República Dominicana, 1989. UNESCO-OREALC. 1990, 110 p.
- Formación de padres como educadores de sus hijos. Seminario técnico regional. Bogotá, Colombia, 1987. UNESCO-OREALC. 1988. 60 p.
- Formación para la enseñanza de las ciencias en el nivel primario y la enseñanza integrada de las ciencias. Informe final. Seminario técnico, Lima, Perú, 1988. UNESCO-OREALC. 1989, 108 p.
- Formación, perfeccionamiento y desempeño de los docentes de educación primaria y secundaria
- Resúmenes analíticos monotemáticos N° 5. E. *Schiefelbein* y *M. Zeballos* (comp.). UNESCO/REDUC. 1994, 244 p.
- Género, educación y desarrollo. *P. Ruiz*. UNESCO-OREALC. 1992, 90 p.
- Glosario de términos sobre el Medio Ambiente. *V. Sánchez* y *B. Guiza*. UNESCO-OREALC:1989, 162 p.
- Guía metodológica para la elaboración de materiales de lectura. *J. Reyes*. UNESCO-OREALC. 1990, 122 p.
- Guía metodológica para la evaluación-proyección de esfuerzos nacionales de alfabetización. UNESCO-OREALC. 1988, 66 p.
- Guía para la formulación de planes y administración de proyectos gubernamentales de textos de estudio. Con énfasis en los factores de reducción de costos. *D. Pearce*. UNESCO-OREALC: 1987, 100 p.
- Guías de aprendizaje para una escuela deseable. *E. Schiefelbein, G. Castillo, V. Colbert*. UNESCO /UNICEF. 1993, 120 p.
- Guías de aprendizaje para iniciación a la lectoescritura. 1° y 2° grados. UNESCO/UNICEF/CIDE. 1996, 162 p.
- Guía sobre simulación y juegos para la Educación Ambiental. *J.L. Taylor*. UNESCO/PNUMA. 1991, 124 p. (Serie Educación Ambiental N° 2).

- Hacia una pedagogía de solución de problemas en la Educación Ambiental. UNESCO/PNUMA. 1991, 106 p. (Serie Educación Ambiental N° 15).
- Hacia una nueva institucionalidad en educación de jóvenes y adultos. *Luis Oscar Londoño*. UNESCO/CAB. 1995, 180 p.
- Identidad y ciudadanía. Educación cívica y mujer rural en la subregión andina. *E. Dasso y S. Montaña* (comp.). UNESCO/UNICEF. 1991, 122 p.
- In search of the school of the XXI century. *E. Schiefelbein*. UNESCO/UNICEF. 1991, 44 p.
- Investigación participativa y microplanificación. Informe final. Seminario taller regional, Managua, Nicaragua, 1987. UNESCO-OREALC. 1987, 78 p.
- Información y toma de decisiones en educación. Un estudio de caso. *A. Rojas*. UNESCO-REDUC. 1990, 105 p.
- Innovaciones en educación básica de adultos. Sistematización de seis experiencias. UNESCO-OREALC. 1995, 206 p.
- Innovaciones en la gestión educativa. Experiencia en Brasil, Chile y Venezuela. UNESCO-OREALC. 1995, 166 p.
- La contribución de las Organizaciones no gubernamentales de desarrollo a la educación de adultos. *Juan E. García-Huidobro*. UNESCO-OREALC. 1989, 68 p.
- La formación docente en América Latina. Desafío que requiere respuesta. *E. Castro*. UNESCO-OREALC. 1991, 124 p.
- La educación ambiental en la educación técnica y profesional. UNESCO/PNUMA. 1989, 58 p. (Serie Educación Ambiental, N° 24).
- La educación ambiental no formal en América Latina. Informe final. Consultas técnicas Jimenoa, República Dominicana y Uruguay. 1989. UNESCO-OREALC. 1990, 118 p.
- La educación de adultos en América Latina y el Caribe ante el próximo siglo. UNESCO/UNICEF. 1994, 270 p.
- La educación polivalente. Construcción de un proyecto socio-pedagógico para comunidades rurales. *Rodrigo Vera G.* UNESCO-OREALC. 1988. 98 p.
- La gestión pedagógica de la escuela. *J. Ezpeleta, A. Furlán* (comp.). UNESCO-OREALC. 1992, 342 p.
- La educación técnica y la formación profesional. *G. Messina, P.D. Weinber y M. Irigoín*. UNESCO-OREALC. 1996, 134 p.
- La enseñanza secundaria en el siglo XXI. Un desafío para América Latina y el Caribe. *Luis Edo. González*. UNESCO-OREALC. 1990. 100 p.
- La integración de niños discapacitados a la educación común. *D. Van Steenlandt*. UNESCO-OREALC. 1991, 118 p.
- La evaluación de proyectos, programas, campañas "Alfabetización para desarrollo". *H. Bholá*. UNESCO/IUE-DSE. 1992, 324 p.
- [La] Educación de adultos: la otra educación. *G. Messina*. UNESCO-OREALC. 1993, 214 p.
- La educación preescolar y básica en América Latina y el Caribe. UNESCO/UNICEF. 1993, 80 p.
- Las organizaciones de los docentes en las políticas y problemas de la educación. Estado del Arte. *I. Núñez*. UNESCO/REDUC. 1990, 92 p.
- Lengua. *L.E. López*. Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural N° 2. *M. Amadio y A.L. D'Emilio* (comp.). UNESCO-OREALC. 1988, 142 p.
- Lineamientos para el desarrollo de la Educación Ambiental no formal. UNESCO/PNUMA. 1989, 66 p. (Serie Educación Ambiental, N° 23).
- L'education préscolaire et primaire en Amérique latine et dans les Caraïbes. UNESCO/UNICEF. 1993, 82 p.

- Los materiales de autoaprendizaje. Marco para su elaboración. *M. Kaplún*. UNESCO-OREALC. 1995, 142 p.
- Los padres, primeros educadores de sus hijos. Guía para la producción de materiales de autoaprendizaje. *Juan J. Silva U.* UNESCO-ORAL. 1997. 66 p.
- Los proyectos de educación: preparación, financiamiento y gestión. *Andrés Magneu*. UNESCO-OREALC. 1992. 140 p.
- Maestros, escuelas, crisis educativa. Condiciones del trabajo docente en Bolivia. *J. Subirats e I. Nogales*. UNESCO-OREALC. 1989, 134 p.
- Material didáctico de bajo costo para la enseñanza técnica y profesional. Informe final. Seminario regional, Quito, Ecuador. 1987. UNESCO-OREALC. 1989. 546 p.
- Materiales de apoyo a la formación docente en educación bilingüe intercultural *M. Amadio y A.L. Emilio* (comp.). Vol. 1-5: Cultura; Lengua; Educación bilingüe; Escuela, comunidad y currículo; y Alfabetización. UNESCO-OREALC. 1988.
- Materiales didácticos para la educación ambiental. Informe final. Taller Lo Barnechea, 1989. UNESCO-OREALC. 1990, 176 p.
- Mecanismos de articulación entre la enseñanza escolar y la extraescolar. Informe final. Consulta técnica, Montevideo, Uruguay, 1989. UNESCO/CIDE. 1990, 158 p.
- Medios de comunicación al servicio de la alfabetización. *M.N. Cuculiza y D. Kalinowski* (comp.). UNESCO-OREALC. 1991, 122 p.
- Medición de la calidad de la educación: ¿Por qué, cómo y para qué? Vol. I. UNESCO-OREALC. 1992, 90 p.
- Medición de la calidad de la educación: Instrumentos. Vol. II. UNESCO-OREALC. 1994, 196 p.
- Medición de la calidad de la educación: Resultados. Vol. III. UNESCO-OREALC. 1994, 92 p.
- Mejoramiento de la producción de materiales de educación en población para la enseñanza primaria y la postalfabetización. Taller regional. Santiago, Chile. 1987. UNESCO-OREALC. 1987. 76 p.
- Medios de comunicación al servicio de la alfabetización y postalfabetización. *María N. Cuculiza, Dina Kalonowski* (comp). UNESCO-OREALC. 1991. 122 p.
- Mirando al futuro del desarrollo humano en América Latina y el Caribe. Seminario Regional UPEL. Sucre, Bolivia, 1987. UNESCO-OREALC. 1987. 121 p.
- Modelo de gestión GESEDUCA. UNESCO-OREALC. 1994, 162 p.6
- Modernización: un desafío para la educación. *M. Cherri, L.E. González y G. West* (comp.). UNESCO /CIDE-PIIE-OISE. 1989, 770 p.
- Módulo educacional sobre la conservación y manejo de los recursos naturales. UNESCO/PNUMA. 1987, 114 p. (Serie Educación Ambiental, N° 3).
- Módulo educacional sobre problemas ambientales en las ciudades. UNESCO/PNUMA. 1988, 238 p. (Serie Educación Ambiental, N° 4).
- Módulo para formación de maestros y supervisores de escuelas primarias. UNESCO/PNUMA. 1987, 190 p. (Serie Educación Ambiental, N° 5).
- Módulo para la formación de profesores y supervisores en servicio para las escuelas primarias. UNESCO/PNUMA. 1989, 229 p. (Serie Educación Ambiental, N° 6).
- Módulo para la formación de profesores de ciencias y de supervisores para escuelas secundarias. UNESCO/PNUMA. 1990, 244 p. (Serie Educación Ambiental, N° 7).
- Módulo para entrenamiento de profesores de ciencias en servicio y de supervisores para las escuelas secundarias. UNESCO/PNUMA. 1987, 228 p. (Serie Educación Ambiental, N° 8).
- Módulo para la formación inicial de profesores y supervisores de ciencias sociales para escuelas secundarias. UNESCO/PNUMA. 1990, 156 p. (Serie Educación Ambiental, N° 9).

- Mujer indígena y educación en América Latina. A.L. D'Emilio. UNESCO/I.I.I. 1989, 410 p.
- Mujer y educación de niños en sectores populares. *P. Ruiz Bravo*. UNESCO/CAB. 1995
92 p.8
- Necesidades básicas de aprendizaje. Estrategias de acción. UNESCO/IDRC. 1993, 348 p.
- Nuevas formas de aprender y enseñar. UNESCO-OREALC. 1996, 232 p.
- Nuevas guías de aprendizaje para una escuela deseable. *E. Schiefelbein, G. Castillo*.
UNESCO/UNICEF. 1993, 116 p.
- Nueve casos para preparar planificadores de la educación. *E. Schiefelbein y N. McGin*.
UNESCO-OREALC. 1997, 143 p.
- Olimpiadas internacionales de matemáticas 1978-1986 y problemas suplementarios.
UNESCO-OREALC. 1988, 180 p.
- Olimpiadas internacionales de física, 1967-1986. UNESCO-OREALC. 1986., 196 p.
- Para la crisis actual ¿Qué gestión educativa?. PROMEDLAC III. UNESCO-OREALC: 1990,
56 p.
- Participación de las organizaciones de docentes en la calidad de la educación.
UNESCO-OREALC. 1990, 96 p.
- Perfeccionamiento docente de personal de educación técnica postsecundaria. *L.E. González*. UNESCO-OREALC. 1990, 398 p.
- Perspectiva educativa del desarrollo humano en América Latina. UNESCO/PNUD. 1996,
156 p.
- PICPEMCE Una red de redes. *H. Gutiérrez*. UNESCO-OREALC. 1988, 106 p.
- Política de descentralización en la educación básica y media en América Latina. Estado del
Arte. *R. Hevia*. UNESCO/ REDUC. 1991, 100 p.
- Postalfabetización y trabajo. Informe final. Seminario taller regional, Pátzcuaro, Mich.,
México, 1988. UNESCO-OREALC. 1988, 96 p.
- Pre-school and basic education in Latin America and the Caribbean. UNESCO/UNICEF.
1993, 80 p.
- Recopilación de materiales didácticos en educación indígena. *M. Amadio y A.L. D'Emilio*
(comp.). UNESCO-OREALC. 1990, 176 p.
- REDALF. Segunda reunión técnica regional. Montevideo, Uruguay, 1987.
UNESCO-OREALC. 1987, 150 p.
- Red Regional REPLAD. Actividades realizadas en 1987. Evaluación, perspectivas. *C. Velasco*. UNESCO-OREALC. 1988, 143 p.
- Red Regional REPLAD. Cinco años de acciones de apoyo al Proyecto Principal. Logros y
perspectivas. *C. Velasco*. UNESCO-OREALC. 1989, 116 p.
- Resúmenes analíticos de documentos REPLAD. 1985-1987. UNESCO-OREALC. 1987. 78. p.
- Satisfacción de las necesidades básicas de aprendizaje. Documento de referencia.
WCEFA/UNESCO. 1991, 176 p.
- Servicio social universitario en educación de adultos. Análisis de una experiencia. Facultad
de Educación. Universidad de Luján. Argentina. UNESCO-OREALC. 1989. 134 p.
- Situación educativa de América Latina y el Caribe, 1980-1985. UNESCO-OREALC. 1988,
346 p.
- Situación educativa de América Latina y el Caribe, 1980-1987. UNESCO-OREALC. 1990,
500 p.
- Situación educativa de América Latina y el Caribe, 1980-1989. UNESCO-OREALC. 1992,
536 p.
- Situación educativa de América Latina y el Caribe, 1980-1994. UNESCO-OREALC. 1996,
702 p.
- Superación del analfabetismo Políticas y estrategias. Período 1990-2000. Informe final
seminario regional Managua, Nicaragua, 1989. UNESCO-OREALC. 1990, 30 p.

- Tendencias, necesidades y prioridades en la educación ambiental desde la conferencia de Tbilisi. UNESCO/PNUMA. 1990, 56 p. (Serie Educación Ambiental, N° 1).
- The state of education in Latin America and the Caribbean, 1980-1985. UNESCO-OREALC, 1989, 358 p.
- The state of education in Latin America and the Caribbean, 1980-1987. UNESCO-OREALC. 1990, 468 p.
- The state of education in Latin America and the Caribbean, 1980-1989. UNESCO-OREALC. 1992, 556 p.
- The state of education in Latin America and the Caribbean, 1980-1994. UNESCO-OREALC. 1996, 674 p.
- V Reunión REPLAD. Hacia una gestión educativa para la transformación productiva con equidad. UNESCO-OREALC. 1992, 86 p.
- VI Reunión técnica REPLAD. Los desafíos de la descentralización, la calidad y el financiamiento de la educación. UNESCO-OREALC. 1995, 100 p.
- Valores en educación. Resúmenes analíticos monotemáticos N° 6. *M. Zeballos y M.E. Poblete-González (comp.)*. UNESCO/REDUC. 1994, 168 p.
- Vamos creciendo juntas. Alfabetización de la mujer campesina en Perú. G. Portocarrero. UNESCO-OREALC. 1995, 64 p.
- Vinculación entre educación y el mundo del trabajo. Coloquio regional. Caracas, Venezuela, 1985. UNESCO-OREALC. 1987. 318 p.

Artículos publicados no Boletim do Projecto Principal de Educação para América Latina e o Caribe. 1987-1997 (español/inglés)

N° 12, Abril 1987.

- Segunda Reunión del Comité Regional Intergubernamental del Proyecto Principal y Sexta Conferencia Regional de Ministros de Educación y Ministros encargados de la planificación económica de los Estados Miembros de América Latina y el Caribe Demanda Nacional de Planificadores de Educación. *Walter García*.
- Pedagogía masiva audiovisual. *J. Manuel Calvelo Ríos*.
- Proyecto de educación nutricional en Jamaica. *Carol Baume*.

N° 13, Agosto 1987

- Alternativas a la comprensión del analfabetismo en la región. *Emilia Ferreira*.
- La educación inicial o parvularia. *M. Victoria Peralta*.
- La evaluación de proyectos educativos en América Latina. *Johanna Philp*.
- Problemas de aprendizaje en niños de 6 a 15 años de edad. *E. M. Houston*.

N° 14, Dezembro 1987

- Aportes para la construcción de un modelo didáctico de nuevas estrategias de educación a distancia. *Marta Mena*.
- Educación y computadoras: panorama y realidad. *Martin Carnoy, Hugh Daley, Liza Loop*.
- La escuela rural en Colombia. *Rodrigo Parra Sandoval*.
- Necesidades y requisitos de un eficiente programa escolar de salud: una perspectiva. *J. Peter Figueroa*.

Nº 15, Abril 1988

Nuevas estrategias para el financiamiento de la educación y de la formación en el Tercer Mundo. *Sylvain Lourie*.

La enseñanza de las matemáticas en los niveles básicos y medio en Chile. *Gracia Gálvez, Irene Villaroel*.

Precisiones en torno a la calidad de la educación. *Pedro Lafourcade*.

Los textos en el rendimiento del alumno y en la metodología de enseñanza. *Jamaica. Nancy A. George*.

Materiales de apoyo para la formación docente en educación bilingüe intercultural. *Massimo Amadio*.

Nº 16, Agosto 1988

La educación de adultos entre dos modelos. *Hugo R. Lovisolo*

Siete estrategias para elevar la calidad y eficiencia del sistema de educación. *Ernesto Schiefelbein*.

Educación de adultos para la habilidad oral. Una experiencia en innovación curricular. *Jeanette Morris*

Nº 17, Dezembro 1988

La situación de los docentes en el caribe de habla inglesa. *Albert. B. Alleyne*

El alfabetismo en el Grupo de los 8. Instrumentalización de un programa de intercambio de experiencias. Ministerio de Educación del Perú.

Estado y la educación en América Latina. *Juan Casassus*.

Hacia un pensamiento en educación matemática. Aportes de investigaciones chilenas de los niveles básicos y medios. *Patricio Montero, Hernán González*.

Nº 18, Abril 1989

Repetición: La última barrera para la universalizar la educación primaria de América Latina. *Ernesto Schiefelbein*

Investigación sobre el comportamiento de los profesores en los cursos de primer año de español en colegios secundarios de Trinidad y Tabago. *Irma King, Jeannette Morris*.

La educación rural en la reforma educacional de la provincia de Córdoba, Argentina. *A.M. Prada*.

Nº 19, Agosto 1989

Tercera Reunión del Comité Regional del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe. PROMEDLAC III. UNESCO-OREALC.

Acciones nacionales de alfabetización de adultos en América Latina: Una revisión crítica. *Rosa María Torres*

El financiamiento de la educación en período de austeridad presupuestaria. UNESCO. División de Políticas y Planificación Educativa.

Conferencia Mundial de Educación para Todos. Satisfacción de las necesidades básicas de aprendizaje.

Patrones de creencias culturales que inciden en el aprendizaje de las ciencias en las escuelas del Caribe de habla inglesa. *June George, Joyce Glasgow*.

Nº 20, Dezembro 1989

Alfabetización, derechos humanos y democracia. *José Rivero*

La enseñanza básica y el analfabetismo en América Latina y el Caribe: 1980-1987.

E. Schiefelbein, J.C. Tedesco, R. Ruiz de Lira y S. Peruzzi
 Administración y desarrollo de recursos en algunos colegios primarios y para toda
 edad en el Caribe anglo parlante. *Olga Jammes-Reid*
 Progresos en la educación bilingüe en situación de escasez de recursos. experiencia
 y perspectivas en Nicaragua. *Massimo Amadio*

Nº 21, Abril 1990

Conferencia Mundial sobre educación para todos
 Declaración Mundial sobre educación para todos.
 Marco de acción para satisfacer las necesidades básicas de aprendizaje
 La planificación educativa en el futuro. *Jesús. M. Gurriarán.*
 Análisis del financiamiento y administración de la educación en un contexto de
 austeridad. *Aldo. E. Solari*
 Estrategias para la introducción del Consejo de exámenes del Caribe. *Barbara Bailey*
 Los consejos de escuela y el desarrollo educativo. Una experiencia argentina.
Antonio P. F. Salviolo.

Nº 22 Agosto 1990

Descentralización y desconcentración de los sistemas educativos en América Latina:
 fundamentos y dimensiones críticas. *Juan Casassus.*
 La educación brasileña y sus recursos; de la recesión al nuevo orden institucional.
Jacques Velloso, Sandra Carvalho.
 Políticas en una era post-liberal; Reforma y reconstrucción educativa para la década
 del noventa. *Thomas Fleming.*
 La comunicación en los procesos de alfabetización: reto que exige respuesta. *Mario*
Kaplún.
 Microcentros y formación docente. *César Vera, Francisco Parra.*

Nº 23, Dezembro 1990

Educación para todos en América Latina en el siglo XXI. Los desafíos de la
 estabilización, el ajuste y los mandatos de Jomtien. *Fernando Reimers*
 Educación de niños y jóvenes con discapacidades. Principios y prácticas. *Seamus*
Hegarty.
 Enseñanza defensiva. Una estrategia para facilitar el proyecto de educación entre
 pares. *Hyacinth E. McDowall*
 Cambios científicos y tecnológicos y educación permanente. *Ettore Gelpi.*

Nº 24, Abril 1991

El Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe. Avances,
 limitaciones, obstáculos y desafíos. Documento de trabajo para PROMEDLAC IV.
 UNESCO-OREALC
 Recomendación de PROMEDLAC IV;
 Declaración de Quito.
 Oportunidades de educación para la mujer. El caso de América Latina y el Caribe.
E. Schiefelbein, S. Peruzzi

Nº 25, Agosto 1991

Estrategias de desarrollo y educación: El desafío de la gestión pública. *Juan C.*
Tedesco.

La construcción de acuerdos nacionales en educación. Mesa redonda de PROMEDLAC IV. *Ricardo Lagos E., Marvin Herrera, Elvis S. Palomera, Antonio Bachs. Andrés Cardó Franco. José J. Brunner.*

Nº 26, Dezembro 1991

Autonomía de la escuela: posibilidades, límites y condiciones. *Guiomar Namó de Mello.*

Mejoramiento de la educación en un contexto de crisis. Mesa redonda PROMEDLAC IV. *Fernando Fajnzylber, Wadi D. Haddad, Donald B. Holsinger, Hazel M. Salmon, Vicky Colbert, Antonio Salonia, Noel McGinn*

Nº 27, Abril 1992

Sistemas de evaluación educacionales en América Latina. Reseña temática y experiencias reciente. *Robin Horn, Laurence Wolff, Eduardo Vélez.*

Programa de mejoramiento de la calidad en escuelas básicas en sectores pobres. Una experiencia chilena. MINEDUC Chile.

La educación bilingüe más allá de las fronteras nacionales. La cooperación boliviano-peruana. *Luis E. López, Lucía D'Emilio*

Nuevos cometidos de la educación técnica y profesional del nivel medio.

Lineamientos y estrategias. *María de Ibarrola.*

Analfabetismo funcional en jóvenes y adultos. Educación y trabajo en un país en desarrollo. *Olabisi Kuboni.*

Nº 28, Agosto 1992.

Nuevas estrategias de cambio educativo en América Latina. *Juan C. Tedesco.*

Necesidades de educación básica y prioridad política de la reforma de la educación primaria. *Luis Ratinoff.*

Modernidad educacional y modernización educativa. *Juan Casassus.*

Hacia una integración de la investigación y planificación de la educación. *Ernesto Schiefelbein, Noel McGinn.*

Necesidades de una política de educación inicial en América Latina y el Caribe. *Fernando Reimers.*

Televisión y educación ante el desarrollo. *Valerio Fuenzalida.*

La calidad de la educación primaria, medios de comunicación masiva y comunidad: El proyecto "Primero mi primaria... para triunfar". *José B. Toro.*

Nº 29, Dezembro 1992.

Relación entre la calidad de la educación y el modelo de enseñanza frontal en América Latina. *Ernesto Schiefelbein.*

Políticas para mejorar la calidad de la educación primaria. *Juan Pravda, Eduardo Velez.*

Reflexiones en torno al mejoramiento de la calidad de la educación. *Juan Cosco.*

La mujer colombiana en la universidad y en el mundo del trabajo. *Elissy Bonilla.*

Nº 30, Abril 1993

Comprensión de lectura de niños de áreas rurales y urbanas marginales. UNESCO-OREALC.

Recursos humanos y desarrollo empresarial. *León Trahtemberg.*

Repetición y rendimiento inadecuado en escuelas primarias de América Latina: magnitudes, causas, relaciones y estrategias. *Ernesto Schiefelbein, Laurence Wolff.*
 ¿Debe el Estado ocuparse aún de la educación? Análisis desde las dimensiones de regulación y la legitimación. *Juan Casassus.*
 La informática en la educación, una integración imprescindible. Recuento de una experiencia. *Carmen Luz Latorre, Luis E. González.*
 La investigación al servicio de la educación: tiempo y aprendizaje. *R.W. McMeekin.*

Nº 31, Agosto 1993

Profesionalizar la educación para satisfacer las necesidades básicas de aprendizaje. Intervenciones y resumen de acuerdos de PROMEDLAC V.
 Hacia una nueva etapa de desarrollo educativo. Documento principal de trabajo preparado por UNESCO.
 Recomendación para la ejecución del Proyecto principal de educación en el período 1993-1996. Comité Intergubernamental del Proyecto Principal de Educación.
 Declaración de Santiago. Ministros de Educación y Jefes de delegaciones asistentes a PROMEDLAC V.
 El aporte docente a los problemas de la educación en América Latina y el Caribe. *Magaly González, Adelaila Macías, Cecilia Rizo.*
 Aprender y enseñar ciencias; una relación a tener en cuenta. Carlos Palacios, *Encarnación Zambrano.*
 Descentralización de la educación. *R. W. McMeekin.*

Nº 32, Dezembro 1993.

Lectoescritura: factor clave de calidad de la educación. OREALC,
 La lectoescritura y calidad de la educación para niños, adultos y bilingües. *Ernesto Cuadra.*
 Investigaciones en analfabetismo funcional de adultos. *Vanilda Paiva.*
 Recomendaciones para mejorar comprensión lectora y de escritura de niños en áreas rurales y urbano marginales. *Josette Jolibert.*
 El programa de las 900 escuelas. Una experiencia chilena. *Viviana Galdames.*
 Pensamiento reflexivo y creatividad en el rendimiento de la lectoescritura. El proyecto PRYCREA; una experiencia cubana. *América González Valdés.*
 Alfabetización de los niños en América Latina. *Emilia Ferreiro.*
 Política lingüística y proceso de alfabetización. *Marie Clay.*
 Educación para la Paz en Granada. *Leonard L. Greaux.*
 Jerome Bruner y la educación de adultos. *Jorge J. Posada.*
 Analfabetismo funcional, los conocimientos informados y medios masivos. *Germán Mariño.*
 Educacional vocacional y técnica: políticas, estrategias y una innovación. *R.W. McMeekin.*

Nº 33, Abril 1994.

La gestión moderna de los sistemas educacionales. OREALC.
 Rediseñando el Estado en América Latina: algunos temas estratégicos. *Bernardo Kliskberg.*
 Política de recursos humanos para la gestión de los sistemas educativos. *Guiomar Namó de Mello.*
 La administración educacional al nivel local. *Burchell Whiteman.*
 La descentralización educativa en México. *José A. Pescador.*

Necesidades de información para la toma de decisiones en una gestión moderna de los ministerios de educación. *Germán Rama*.

Calidad, pertinencia y equidad de la oferta educativa. Informe de la misión interagencial de alto nivel en apoyo al Ministerio de Educación de Chile. UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, PNUD y Banco Interamericano de Desarrollo.

La descentralización educativa y el orden político: países unitarios y federales. *Silvia de Sénen González*.

Educación multicultural y estudio de conflictos como elementos de la educación para la Paz en Trinidad y Tabago. *Sandra Gift*.

Enseñanza en base a grupos: una herramienta para mejorar el aprendizaje. *R.W. McMeekin*.

Nº 34, Agosto 1994.

Las características de la profesión maestro y la calidad de la educación en América Latina. *E. Schiefelbein, C. Braslavsky, B. A. Gatti, P. Farrés*.

Quiénes enseñan hoy en la Argentina. *Cecilia Braslavsky, Alejandra Birgin*.

Característica de los profesores de primer grado en Brasil; perfil y expectativas. *B. A. Gatti, Y. L. Esposito, R. Neubauer da Silva*.

Ser maestro: decisión o destino. Las condiciones de permanencia dentro del magisterio. *Pilar Farrés, Carmen Noriega*.

Formación y capacitación de los profesores: impacto en el aprendizaje en los Estados Unidos. *Violeta Arancibia*.

Investigación educativa en América Latina: la agenda pendiente. *José Rivero*.
Asimetrías educativas ante el Tratado de Libre Comercio. *Pablo Latapí*.

Nº 35, Dezembro 1994.

Tendencias actuales de las reformas educativas. *Juan C. Tedesco*.

Educación y cambio en la estructura social de América Latina. *German Rama*.

Las retóricas educativas en América Latina: la experiencia de este siglo. *Luis Ratinoff*.

Las pruebas y la evaluación de los logros académicos. *Bernadette E. Nwafor*.

Avances en la enseñanza de la economía doméstica. *Rita Dyer*.

La igualdad de oportunidades educativas de las mujeres: mitos y realidades. *María L. Jáuregui*.

¿Educación para la tolerancia?: equívocos, requisitos y posibilidades. *Pablo Latapí*.

Nº 36, Abril 1995.

Los países menos adelantados y el desafío del desarrollo social. UNESCO.

Demandas educativas de los nuevos estilos de gestión. *Cecilia Montero*.

Concertación de contenidos básicos comunes en Argentina. *Cecilia Braslavsky*.

Comités de Asignaturas en Guayana. *Leyland Maison*.

La educación básica de calidad: evolución del rol docente. *Argar Alexander*.

Revistas de sindicatos docentes: temas y protagonismos del maestro. *Joanna Pincetti*.

Necesidades especiales en el aula; formación docente en el ámbito de la integración escolar. *Gerardo Echeita, Cynthia Duk, Rosa Blanco*.

Nº 37, Agosto 1995.

La reforma educativa en América Latina y el Caribe: un programa de acción. *Ernesto Schiefelbein*.

- Los bachilleres uruguayos: quienes son, qué aprendieron y qué opinan. CEPAL. Montevideo.
- Factores condicionantes del nivel de escolarización de Guatemala. *Emilio Rojas*.
- Relaciones entre la educación formal y la no formal: implicaciones para el entrenamiento docente. *Ali Hamadache*.
- Aprendizaje abierto y a distancia. UNESCO.
- N° 38, Dezembro 1995.
- Calidad de la educación, desarrollo, equidad y pobreza en la región. 1980-1994. *E. Schiefelbein, A. M. Corvalán, S. Peruzzi, S. Heikkinen, I. Hausmann*.
- Las matemáticas en las escuelas del Caribe anglófono: trascendiendo la década de los 90. *Desmond Broomes*.
- La integración de alumnos con necesidades especiales: situación actual y perspectivas en América Latina y el Caribe. *Rosa Blanco, Cynthia Duk*.
- Acción por la igualdad, el desarrollo y la paz. UNESCO.
- N° 39, Abril 1996.
- Educación secundaria en el Caribe no hispanoparlante. *Errol Miller*.
- Coordinación de la asistencia externa para la educación en América Latina y el Caribe. *Robert McMeekin*.
- Devaluación y privatización de la enseñanza. *Luis Ratinoff*.
- Una discusión sin fronteras; los teleseminarios de la Oficina Regional de Educación. *Arturo Matute*.
- N° 40, Agosto 1997.
- Educación, democracia, paz y desarrollo. Recomendaciones de MINEDLAC VII; Educación para el desarrollo y la paz: Valorar la diversidad y aumentar las oportunidades de aprendizaje personalizado y grupal. UNESCO-Santiago; Evaluación del redimiento del alumno. Investigación en la sala de clase: acciones pedagógicas complementarias. *Ubiratan D'Ambrosio*.
- Los alumnos quieren aprender. *Marilyn Atherley*.
- Informe de la revisión de medio decenio de educación para todos en América Latina (1990-1995). UNESCO-Santiago.
- N° 41, Dezembro 1996.
- La profesión docente y el desarrollo de la educación en América Latina y el Caribe. UNESCO-OREALC.
- Caminando hacia el siglo XXI: Docentes y procesos educativos en la región de latinoamérica y del Caribe. *Beatrice Avalos*.
- Formación de los educadores de la era de la geoinformación: En busca de identidad educativa hacia el 2005. *E. Doryan, E. Badiolla, S. Chavarría*.
- El papel del maestro en la reforma educativa. *Claudia Harvey*.
- La creciente importancia del docente en un mundo en cambio. *Oswaldo Verdugo*.
- Financiamiento de la educación secundaria ¿por qué? ¿en qué? ¿y quiénes pueden financiarla? *Ana M. Corvalán*.
- N° 42, Abril 1997.
- La educación secundaria en América Latina y el Caribe: objetivos, expansión, demandas y modalidades. UNESCO-OREALC.

Temas asociados a la educación secundaria de América Latina. *Francoise Caillods, María H. Maldonado-Villar.*
Siete políticas fundamentales para la educación secundaria en América Latina. *María de Ibarrola.*
La educación secundaria: un ejercicio de lectura. *Gloria Calvo.*
Educación secundaria: ¿Puente o cuello de botella?. *Alexandra Draxler.*
Educación secundaria en América Latina y el Caribe: Elementos de contribución para un debate. *Jacques Hallak.*
Repensar la educación secundaria. *Ernesto Ottone.*

Nº 43. Agosto 1997

La educación en población y la educación sexual en América Latina. *Martha Falconier.*
El tema de la población y la Iglesia Católica. *Waldo Romo.*
Educación sexual de calidad: un asunto de equidad. *Alfredo Rojas, Katrin Boege.*
Intersectorialidad en la educación sexual y salud reproductiva en la adolescencia. El caso de Brasil. *Alessandra Casanova*
La nueva estrategia de educación en población en Guatemala. *R. Rosemberg, J. Cifuentes y E. García (R.P.)*
Como se forman los maestros en América Latina. *Graciela Messina.*

Nº 44, Dezembro 1997

La educación científica, un aprendizaje accesible a todos. *Beatriz Macedo.*
Cambios didácticos como consecuencia de las innovaciones curriculares. *Anna Pessoa de Carvalho*
El profesor en la autorregulación de la experiencia creativa. *F. Angulo Delgado, Mario R. Quintanilla*
La pirámide de la popularización de la ciencia y la tecnología. *Eduardo Martínez.*
Educación científica y sociedad sustentable. *José A. Martínez.*
La integración de saberes en la formación de formadores en física. *Leonor Colombo y Marta A. pesa.*
Las representaciones sobre las Ciencias Naturales. Revisión bibliográfica de aspectos metodológicos de la investigación educativa. *A. Abad, B. Avalos, E. Castronovo, M. Rossetto y N. Zapata.*
Formación científica y formación ciudadana. *Miguel Rojo.*
La educación en la Cumbre de las Américas. *Marcela Gajardo, Ana M. De Andraca*
¿Cuáles son los problemas de un Ministerio de Educación? *Germán Rama.*
Integración y posibilidades educativas: un derecho para todos. *Rosa Blanco G.*